

Q1.



(Bill Watterson, Existem tesouros em todo lugar : as aventuras de Calvin e Haroldo. 1a ed. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2013)

A resposta do garoto, no último quadrinho, indica que, para ele, o questionamento do tigre

- A) leva-o a se perguntar se o tigre compreendeu o teor da mensagem do comercial.
- B) fortalece sua impressão inicial sobre a mensagem do comercial de televisão.
- C) convence-o de que o personagem do comercial não soube transmitir a mensagem.
- D) põe em dúvida a existência do produto anunciado no comercial de televisão.
- E) atenua a impressão que a mensagem transmitida no comercial lhe causara.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Q2.

Automação vai mudar a carreira de 16 milhões de brasileiros até 2030

A elite política e econômica global está preocupada com o futuro do trabalho.

Além das já conhecidas ameaças geopolíticas e ambientais, as transformações do mercado de trabalho também ganharam lugar de destaque. Só no Brasil, 15,7 milhões de trabalhadores serão afetados pela automação até 2030, segundo estimativa da consultoria McKinsey.

No mundo, no período entre 2015 e 2020, o Fórum Econômico Mundial prevê a perda de 7,1 milhões de empregos, principalmente aqueles relacionados a funções administrativas e industriais.

A avaliação de especialistas da área é que o mercado de trabalho passa por uma grande reestruturação, semelhante à revolução industrial. A diferença é que agora tudo acontece muito mais rápido: desde 2010, o número de robôs industriais cresce a uma taxa de 9% ao ano, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A mudança é positiva na medida em que libera profissionais de tarefas monótonas, que, por sua vez, podem ser feitas com maior rapidez e eficiência quando automatizadas.

“A boa notícia é que fica claro que os trabalhos para humanos terão que envolver qualidades humanas, como criatividade”, afirma José Manuel Salazar-Xirinachs, diretor regional da OIT para a América Latina e Caribe. “Isso soa muito legal, mas a questão é: quantos trabalhos para pessoas criativas serão gerados?”, questiona.

Nesse cenário de grande extinção de trabalhos que exigem pouca qualificação e de criação de um número menor dos que exigem muita, a tendência é de aumento da desigualdade, alerta a OIT.

O fim de funções hoje exercidas pela população de baixa e média renda vai gerar desemprego e pressionar para baixo o salário das que restarem, diante da massa de pessoas buscando trabalho.

“Há uma forte preocupação com os trabalhadores de menor qualificação, em termos do impacto da tecnologia. Essas pessoas não são realmente alfabetizadas digitais, e não terão oportunidade para aprender habilidades específicas. Eles serão deixados para trás e terão uma empregabilidade muito pequena”, diz Salazar-Xirinachs.

(Fernanda Perrin. Folha de S.Paulo. <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/01/1951904-16-milhoes-de-brasileiros-sofrerao-com-automacao-na-proxima-decada.shtml>. 21.01.2018. Adaptado)

A correspondência entre as formas verbais, na frase escrita a partir do texto, está em conformidade com a norma-padrão da língua em:

- A) Se a elite política e econômica global estivesse preocupada com o futuro do trabalho, adotaria medidas para conter os seus efeitos.
- B) Se a elite política e econômica global estaria preocupada com o futuro do trabalho, adotava medidas para conter os seus efeitos.
- C) Se a elite política e econômica global estivesse preocupada com o futuro do trabalho, adotasse medidas para conter os seus efeitos.
- D) Se a elite política e econômica global estaria preocupada com o futuro do trabalho, adotara medidas para conter os seus efeitos.
- E) Se a elite política e econômica global esteja preocupada com o futuro do trabalho, adota medidas para conter os seus efeitos.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Acentuação

Fonte: AGENTE DE TELECOMUNICAÇÕES POLICIAL / Polícia Civil/SP / 2018 / VUNESP

Q3.

Escravos no século XXI



Esses retratos, junto com muitos outros, formam uma galeria que o país não gosta de ver. São vários Antônio, vários Francisco, vários José que dão carne e osso a um grande drama brasileiro: o trabalho em condições análogas às de escravidão. Sim, todas essas pessoas foram escravizadas – em pleno século XXI.

Enredadas em dívidas impagáveis, manipuladas pelos patrões e submetidas a situações deploráveis no trabalho,

elas chegaram a beber a mesma água que os porcos, e algumas sofreram a humilhação máxima de ser espancadas, para não falar de constantes ameaças de morte.

Quando os livros escolares informam que a escravidão foi abolida no Brasil em 13 de maio de 1888, há exatos 130 anos, fica faltando dizer que se encerrou a escravidão negra – e que, ainda hoje, a escravidão persiste, só que agora é multiétnica.

Estima-se que atualmente 160 000 brasileiros trabalhem e vivam no país em condições semelhantes às de escravidão – ou seja, estão submetidos a trabalho forçado, servidão por meio de dívidas, jornadas exaustivas e circunstâncias degradantes (em relação a moradia e alimentação, por exemplo). Comparada aos milhões de africanos trazidos para o país para trabalhar como escravos, a cifra atual poderia indicar alguma melhora, mas abrigar 160 000 pessoas escravizadas é um escândalo humano de proporções épicas. Em 1995, o governo federal reconheceu oficialmente a continuidade daquele crime inclassificável – e criou uma comissão destinada a fiscalizar o trabalho escravo. O pior é que, em vez de melhorar, a situação está ficando mais grave.

(Jennifer Ann Thomas, Veja, 09 de maio de 2018. Adaptado)

Assinale a alternativa em que as palavras estão acentuadas obedecendo à mesma regra que determina a acentuação, respectivamente, das palavras “vários” e “análogas”.

- A) Dívidas; há.
- B) Josés; água.
- C) Antônios; multiétnica.
- D) Deploráveis; inclassificável.
- E) País; máxima.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Crase

Fonte: TÉCNICO LEGISLATIVO / Câmara de São José dos Campos/SP / 2018 / VUNESP

Q4.

Nas minhas pesquisas, tenho constatado que muitas mulheres brasileiras reproduzem e fortalecem, consciente ou inconscientemente, a lógica da dominação masculina. É verdade que o discurso hegemônico atual é o de libertação dos papéis que aprisionam a maioria das mulheres. No entanto, os comportamentos femininos não são tão livres assim; muitos valores mais tradicionais permanecem internalizados. Existe uma enorme distância entre o discurso libertário das brasileiras e seu comportamento e valores conservadores. Não pretendo alimentar a ideia de que as mulheres são as piores inimigas das mulheres, mas provocar uma reflexão sobre os mecanismos que fazem com que a lógica da dominação masculina seja reproduzida também pelas mulheres. Nessa lógica, como argumentou Pierre Bordieu, os homens devem ser sempre superiores: mais velhos, mais altos, mais fortes, mais poderosos, mais ricos, mais escolarizados. Essa lógica constitui as mulheres como objetos, e tem como efeito colocá-las em um permanente estado de insegurança e dependência. Delas se espera que sejam submissas, contidas, discretas, apagadas, inferiores, invisíveis. Em *O Segundo Sexo*, Simone de Beauvoir escreveu que não definiria as mulheres em termos de felicidade, e sim de liberdade. Ela acreditava que, para muitas, seria mais confortável suportar uma escravidão cega do que trabalhar para se libertar. A filósofa francesa afirmou que a liberdade é assustadora, e que, por isso, muitas mulheres preferem a prisão à sua possível libertação. No entanto, ela acreditava que só

existiria uma saída para as mulheres: recusar os limites que lhes são impostos e procurar abrir para si e para todas as outras o caminho da libertação.

(Miriam Goldenberg, O inferno são as outras. Veja, 07.03.2018)

Assinale a alternativa em que a passagem – Ela acreditava que, para muitas, seria mais confortável suportar uma escravidão cega do que trabalhar para se libertar. – está reescrita de acordo com a norma-padrão de regência e de emprego do sinal de crase.

- A) Ela desconfiava de que, para muitas, suportar uma escravidão cega valeria mais à pena do que optar por trabalho que às levasse a libertação.
- B) Ela desconfiava em que, para muitas, suportar uma escravidão cega valeria mais à pena do que optar por trabalho que as levasse a libertação.
- C) Ela confiava de que, para muitas, suportar uma escravidão cega valeria mais a pena do que optar por trabalho que às levasse à libertação.
- D) Ela confiava em que, para muitas, suportar uma escravidão cega valeria mais a pena do que optar por trabalho que as levasse à libertação.
- E) Ela confiava em que, para muitas, suportar uma escravidão cega valeria mais à pena do que optar por trabalho que as levasse a libertação.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Pontuação

Fonte: AUXILIAR DE PAPILOSCOPISTA / Polícia Civil/SP / 2018 / VUNESP

Q5.

O padeiro

Levanto cedo, ponho a chaleira no fogo para fazer café e abro a porta do apartamento – mas não encontro o pão costumado. No mesmo instante me lembro de ter lido alguma coisa nos jornais da véspera sobre a “greve do pão dormido” – uma greve dos patrões, que suspenderam o trabalho noturno; acham que obrigando o povo a tomar seu café da manhã com pão dormido conseguirão não sei bem o quê do governo. Está bem. E enquanto tomo meu café vou me lembrando de um homem modesto que conheci antigamente. Quando vinha deixar o pão à porta do apartamento ele apertava a campainha, mas, para não incomodar os moradores, avisava gritando:

– Não é ninguém, é o padeiro!

Interroguei-o uma vez: como tivera a ideia de gritar aquilo?

“Então você não é ninguém?”

Ele abriu um sorriso largo. Explicou que aprendera aquilo de ouvido. Muitas vezes lhe acontecera bater a campainha de uma casa e ser atendido por uma empregada ou outra pessoa qualquer, e ouvir uma voz que vinha lá de dentro perguntando quem era; e ouvir a pessoa que o atendera dizer para dentro: “não é ninguém, não senhora, é o padeiro”. Assim ficara sabendo que não era ninguém...

Ele me contou isso sem mágoa nenhuma, e se despediu ainda sorrindo. Eu preferi não o deter para explicar que estava falando com um colega, ainda que menos importante. Naquele tempo eu também, como os padeiros, fazia o trabalho noturno. Era pela madrugada que deixava a redação de jornal – e muitas vezes saía já levando na mão um dos primeiros exemplares rodados, o jornal ainda quentinho da máquina, como pão saído do forno.

Ah, eu era rapaz, eu era rapaz naquele tempo! E às vezes me julgava importante porque no jornal que levava para casa, além de reportagens ou notas que eu escrevera sem assinar, ia uma crônica ou um artigo em meu nome. O jornal

e o pão estariam bem cedinho na porta de cada lar; e dentro do meu coração eu recebi a lição de humildade daquele homem entre todos útil e entre todos alegre; “não é ninguém, é o padeiro!”

E assobiava pelas escadas.

(Rubem Braga. Para gostar de ler. Vol. 1 – crônicas. São Paulo: Ática, 1979. Adaptado)

Assinale a alternativa em que o acréscimo das vírgulas na frase está de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- A) Muitas vezes lhe acontecera, bater a campainha de uma casa, e ser atendido por uma empregada...
- B) No mesmo instante me lembro, de ter lido alguma coisa nos jornais da véspera, sobre a “greve do pão dormido”...
- C) ... e dentro do meu coração eu recebi, a lição de humildade daquele homem, entre todos útil e entre todos alegre...
- D) E, enquanto tomo meu café, vou me lembrando de um homem modesto que conheci antigamente.
- E) ... acham que obrigando, o povo a tomar seu café da manhã com pão dormido, conseguirão não sei bem o quê do governo.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Sintaxe de concordância verbal e nominal

Fonte: AUXILIAR DE PAPILOSCOPISTA / Polícia Civil/SP / 2018 / VUNESP

Q6.

O aspecto mais perverso da brutal recessão de 2014-16 – e da lenta recuperação que a sucedeu até agora – é o custo desproporcional imposto aos mais pobres.

Como primeiro impacto, o fechamento de vagas no mercado de trabalho e a queda da renda reverteram uma trajetória de avanços sociais que já completava uma década. Durante o longo ciclo de retração, a taxa de desemprego subiu de 6,5% para 13,7%, ou, dito de outro modo, 5,9 milhões de pessoas perderam seus postos de trabalho.

A retomada do crescimento econômico, iniciada no ano passado, tem se mostrado tímida e, embora a desocupação tenha caído um pouco, a qualidade das vagas geradas deixa a desejar.

Não surpreende, pois, que os dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE mostrem um quadro deteriorado.

A partir deles, a consultoria LCA calculou que em 2017 a pobreza extrema se elevou em 11%. Conforme os números publicados pelo jornal Valor Econômico, 14,8 milhões de brasileiros são miseráveis – considerando uma linha de R\$ 136 mensais. O Nordeste abriga 55% desse contingente.

Embora não se possa afirmar com certeza, uma vez que o IBGE alterou a metodologia da Pnad e ainda não divulgou as novas séries históricas, é plausível que também a exorbitante desigualdade social brasileira tenha aumentado com a recessão.

(Miséria brasileira, editorial. Folha de S.Paulo. 14.04.2018. Adaptado)

Assinale a alternativa em conformidade com a norma-padrão de concordância.

- A) A consultoria identificou, com base nos dados disponibilizados pelo IBGE, forte tendência de aumento da pobreza.

- B) Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios sugere aumento da pobreza especialmente no Nordeste.
- C) A velocidade da retomada econômica e da geração de empregos determinarão a qualidade dessas vagas e dos salários.
- D) O fechamento das vagas no mercado de trabalho tiveram impacto negativo na trajetória de avanços sociais.
- E) É brutal e ao mesmo tempo perverso para com os mais pobres os inúmeros efeitos da lenta recuperação econômica.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Vícios e figuras de linguagem

Fonte: TÉCNICO LEGISLATIVO / Câmara de São José dos Campos/SP / 2018 / VUNESP

Q7.

Teria eu meus seis, meus sete anos. Perto da gente, morava o “casal feliz”. Ponho as aspas porque o fato merece. Vamos que eu pergunte, ao leitor, de supetão: – “Você conhece muitos ‘casais felizes’?” Aí está uma pergunta trágica. Muitos afirmam: – “A coabitação impede a felicidade” etc. etc. Não serei tão radical. Nem podemos exigir que marido e mulher morem um no Leblon e outro para lá da praça Saenz Peña. Seja como for, uma coisa parece certa: – o “casal feliz” constitui uma raridade.

Normalmente, marido e mulher têm uma relação de ares-tas e não de afinidades. Tantas vezes a vida conjugal é tecida de equívocos, de irritações, ressentimentos, dúvidas, berros etc. etc. Mas o “casal feliz” de Aldeia Campista conseguiu, graças a Deus, eliminar todas as incompatibilidades. Era a mais doce convivência da rua, do bairro, talvez da cidade. Quando passavam, de braços, pela calçada, havia o sussurro espavorido: – “Olha o casal feliz!”. Da minha janela, eu os via como dois monstros.

Estavam casados há quinze anos e não havia, na história desse amor, a lembrança de um grito, de uma impaciência, de uma indelicadeza. Até que chegou um dia de Carnaval e, justamente, a terça-feira gorda. O marido saiu para visitar uma tia doente, não sei onde. A mulher veio trazê-lo até o portão. Beijaram-se como se ele estivesse partindo para a guerra. E, no penúltimo beijo, diz a santa senhora: – “Meu filho, vem cedo, que eu quero ver os blocos”. Ele fez que sim. E ainda se beijaram diante da vizinhança invejosa e frustrada. Depois, ela esperou que ele dobrasse a esquina. E as horas foram passando. A partir das seis da tarde ficou a esposa no portão. Sete, oito, nove da noite. Os relógios não paravam. Dez da noite, onze. E, por fim, o marido chegou. Onze.

O “casal feliz” foi parar no distrito.

Pois bem, contei o episódio para mostrar como o “irrelevante” influi nas leis do amor e do ódio. Por causa de uma mísera terça-feira gorda, ruía por terra toda uma pirâmide de afinidades laboriosamente acumuladas. No dia seguinte, separaram-se para sempre.

(Nelson Rodrigues, O reacionário – memórias e confissões. Adaptado)

A frase do narrador em que ele emprega linguagem figurada para se referir aos relacionamentos é:

- A) O “casal feliz” foi parar no distrito.
- B) Beijaram-se como se ele estivesse partindo para a guerra.
- C) No dia seguinte, separaram-se para sempre.
- D) Tantas vezes a vida conjugal é tecida de equívocos, de irritações...
- E) E ainda se beijaram diante da vizinhança invejosa...

Atualidades / Segurança

Fonte: AUXILIAR DE PAPILOSCOPISTA / Polícia Civil/SP / 2018 / VUNESP

Q8.

O ir e vir entre a capital paranaense e as cidades da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) mudou na última década. Se antes as cidades da RMC eram dormitórios, hoje atraem muitos profissionais que optam por morar na capital, com sua infraestrutura completa, e trabalhar nos municípios vizinhos.

(Gazeta do Povo. <https://www.gazetadopovo.com.br>. 19.12.2012. Adaptado)

O deslocamento populacional evidente no excerto é denominado

- A) nomadismo.
- B) transumância.
- C) migração urbano-rural.
- D) êxodo rural.
- E) migração pendular.

Atualidades / Transportes

Fonte: COORDENADOR PEDAGÓGICO / Pref. Ribeirão Preto/SP / 2016 / VUNESP

Q9.

Leia o trecho da notícia que envolvia a lei do sigilo, divulgada em outubro de 2015.

Governo de SP revoga segredo sobre documentos

Geraldo Alckmin mandou secretário mudar classificação 'ultrassegredo'.

Medida adotada em 2014 restringia acesso a documentos por 25 anos.

(<http://glo.bo/1Gz3TPm>)

Os documentos envolvidos na lei do sigilo diziam respeito

- A) ao processo de privatização do Banespa.
- B) às planilhas de arrecadação do ICMS durante seu governo.
- C) aos transportes metropolitanos: Metrô e CPTM.
- D) aos processos de concessão de rodovias estaduais.
- E) aos estudos sobre a reorganização da rede de ensino estadual.

Atualidades / Política

Fonte: AUXILIAR DE PAPILOSCOPISTA / Polícia Civil/SP / 2018 / VUNESP

Q10.

As “Diretas Já” tinham como principal bandeira a recuperação do direito de votar para presidente. Em 2 de março de 1983, o deputado federal Dante de Oliveira apresentou uma proposta de Emenda Constitucional que propunha a realização de eleições diretas para presidente em dezembro do ano seguinte. A Emenda Constitucional foi finalmente a voto no dia 25 de abril de 1984. Ela precisava de 320 votos para ser aprovada, mas só obteve 298, pois 112 deputados não compareceram para votar. A emenda foi derrubada, apesar de toda mobilização nas ruas.

(Nexo. <https://www.nexojornal.com.br/>. 26.03.2016. Adaptado)

Após o movimento das “Diretas Já”, o primeiro presidente eleito pelo voto direto foi

- A) José Sarney.
- B) Fernando Henrique Cardoso.
- C) Itamar Franco.
- D) Ulisses Guimarães.
- E) Fernando Collor de Mello.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Atualidades / Economia

Fonte: TÉCNICO LEGISLATIVO / Câmara de São José dos Campos/SP / 2018 / VUNESP

Q11.

A decisão do presidente dos EUA, Donald Trump, de aumentar os impostos de importação de aço e alumínio pode abalar o comércio mundial e a economia brasileira.

(UOL, 09.03.2018. Disponível em: <<https://goo.gl/Tn1QpE>>. Adaptado)

Uma das possíveis consequências da decisão de Trump para o Brasil é

- A) o aumento da produção de aço nacional, devido à demanda de outros países.
- B) uma crise na oferta de aço, diante da escassez do produto no mercado.
- C) o impacto nas siderúrgicas nacionais, que exportam muito para os EUA.
- D) a interrupção da importação de produtos norte-americanos, como retaliação à decisão.
- E) a redução no consumo de petróleo, muito utilizado na produção de aço.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Atualidades / Sociedade

Fonte: AUXILIAR DE PAPILOSCOPISTA / Polícia Civil/SP / 2018 / VUNESP

Q12.

Foi ministro do Superior Tribunal de Justiça, tendo permanecido nessa corte até 2012, ano em que assumiu o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal. GANHOU repercussão nacional ao se tornar relator de um famoso processo envolvendo vários políticos em casos de corrupção. Faleceu em Paraty, município do estado do Rio de Janeiro, em 2017.

É correto afirmar que o enunciado se refere a

- A) Teori Zavascki.

- B) Alfredo Buzaid.
- C) Ayres Britto.
- D) Cunha Melo.
- E) Miguel Reale.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Atualidades / Educação

Fonte: ANALISTA DE INFORMAÇÃO CULTURA E DESPORTO / AMLURB - Pref. São Paulo/SP / 2016 / VUNESP

Q13.

Estudantes ocuparam na manhã desta segunda-feira (14 de dezembro) mais quatro escolas da rede estadual de Educação em Goiás. Em seis dias, o movimento fechou oito unidades.

(G1, 14 dez.15. Disponível em: Adaptado)

Os estudantes protestam contra

- A) a proposta de reorganização escolar do governo de Goiás, que inclui a privatização de escolas a partir da realização de leilões e licitações.
- B) o corte radical de verbas na educação, que levou muitas escolas a sofrerem com a falta de produtos básicos para o seu funcionamento.
- C) a estagnação salarial vivida nos últimos anos por professores da rede pública, atualmente proibidos de fazerem greve por salários.
- D) a redução de investimentos, que tirou dos estudantes a possibilidade de continuarem os estudos no Ensino Superior público.
- E) o projeto do governo de Goiás de terceirizar a gestão da rede pública de ensino por meio de organizações sociais.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Atualidades / Saúde

Fonte: INSPETOR DE ALUNOS / Pref. Alumínio/SP / 2016 / VUNESP

Q14.

O vírus da zika chegou ao Brasil muito antes do que se imaginava, segundo um estudo publicado nesta quinta-feira (24/03) na revista "Science".

(<http://glo.bo/1VKv3gQ>. Adaptado)

Assinale o texto que completa corretamente a notícia acima.

- A) A epidemia ainda se restringe ao Brasil, não tendo atingido outros países.
- B) O zika está associado a vários problemas, sendo a microcefalia o mais conhecido.
- C) A epidemia tem âmbito restrito e felizmente não se alastra por grandes áreas.
- D) A vacina que protege da doença já está sendo oferecida aos idosos e às crianças.
- E) O inseto que transmite a doença não deve ser confundido com o mosquito da dengue.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Q15.

Mulheres chinesas clamam #Metoo, mas enfrentam censores estatais.

Elas se descrevem como “rompedoras do silêncio”, circulam petições e compartilham memes com imagens como punhos cerrados e unhas pintadas. Mas as chinesas estão tendo dificuldade em organizar um movimento #Metoo (Eu também, em tradução livre do inglês) forte. Elas enfrentam não apenas uma sociedade dominada por homens, mas o próprio Partido Comunista Chinês.

(<http://m.folha.uol.com.br/>. 30.01.2018. Acesso em 13.05.2018. Adaptado)

O movimento #Metoo teve inicialmente o objetivo de

- A) abolir a censura imposta pelo governo chinês às manifestações artísticas.
- B) conquistar a igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho.
- C) organizar a luta contra a desigualdade entre homens e mulheres na política.
- D) denunciar situações de assédio e abuso sexual cometidos contra mulheres.
- E) lutar pela redemocratização e realização de eleições diretas na China.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Q16.

Um turista desavisado pode achar que é pegadinha ao ser atendido na portaria de um hotel em Tóquio por um robô com rosto e roupa de mulher. Mas a cena é real. É uma pequena amostra de um gigantesco experimento em curso no Japão: a criação da chamada Sociedade 5.0, em que boa parte do trabalho humano será substituída por computadores e robôs. O Japão decidiu transformar sua sociedade em um laboratório tecnológico por um motivo extremo.

(Estadão. <https://link.estadao.com.br>. 28.01.2018. Adaptado)

O “motivo extremo” apontado pela reportagem para os vultosos investimentos japoneses na robotização de sua sociedade consiste

- A) no enfrentamento do processo de envelhecimento populacional.
- B) na fragilidade da legislação do país sobre os limites da biotecnologia.
- C) no recente tsunami que atingiu o continente asiático.
- D) no déficit em qualificação profissional dos trabalhadores japoneses.
- E) na baixa produtividade dos setores industriais tradicionais do Japão.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Atualidades / Energia

Fonte: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO JÚNIOR / METRÔ/SP / 2014 / FCC

Q17.

Em apenas quatro anos, a exploração do produto nos Estados Unidos iniciou uma revolução energética capaz de alterar o cenário econômico do país. A atração de investimentos produtivos, antes vista como impossível, tornou-se inevitável, assim como a autossuficiência em fontes de energia. Com ou sem cota – tema polêmico e ainda não definido –, os EUA estarão em poucos anos exportando o produto em volume suficiente para mudar o panorama mundial. A reserva americana é estimada em 2,7 trilhões de metros cúbicos, nos cálculos da Administração de Informação sobre Energia (EIA) de dezembro de 2010. É suficiente para abastecer o mercado por mais de 100 anos.

(Adaptado de: <http://exame.abril.com.br/rede-de-blogs/bioagroenergia/2013/08/13/energia>)

O texto faz referência ao novo gás natural obtido a partir

- A) da turfa.
- B) do urânio enriquecido.
- C) do xisto betuminoso.
- D) da hulha.
- E) do antracito.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Atualidades / Relações internacionais

Fonte: AUXILIAR DE PAPILOSCOPISTA / Polícia Civil/SP / 2018 / VUNESP

Q18.

Várias organizações humanitárias alertaram nesta segunda-feira (05.02.2018) os países que recebem refugiados sírios no Oriente Médio e no Ocidente contra o retorno forçado destes à Síria. As ONGs lamentaram em um relatório uma tendência alarmante a favor das expulsões.

De acordo com o mesmo informe, um número três vezes superior de sírios foram obrigados a abandonar suas casas no ano passado. Para o ano de 2018, são esperados 1,5 milhão de deslocados adicionais.

(Istoé. <http://istoe.com.br>. 05.02.2018. Adaptado)

A crise dos refugiados sírios tem origem

- A) nos desdobramentos da Primavera Árabe no país.
- B) na consolidação de um Estado teocrático cristão na Síria.
- C) no controle estatal das regiões sírias produtoras de petróleo.
- D) no apoio bélico russo a grupos extremistas do Oriente Médio.
- E) na intervenção militar dos Estados Unidos em apoio ao governo sírio.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Atualidades / Desenvolvimento sustentável e ecologia

Fonte: INSPETOR DE ALUNOS / Pref. Alumínio/SP / 2016 / VUNESP

Q19.

O presidente do país vizinho decretou nesta quarta-feira (06/04) que, diante da severa seca provocada pelo fenômeno El Niño, haverá feriado nas sextas-feiras, como parte de um “plano especial” para poupar energia elétrica.

O país, que viveu uma dura crise elétrica em 2010, ainda sofre constantes apagões, especialmente nas províncias.

(<http://glo.bo/1UY5FVO>. Adaptado)

A notícia refere-se

- A) à Venezuela.
- B) à Bolívia.
- C) ao Peru.
- D) ao Equador.
- E) ao Chile.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional e Ministério Público / Conceito, classificação, objeto e elementos das Constituições

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Pref. Porto Ferreira/SP / 2017 / VUNESP

Q20.

Determinado julgado do Supremo Tribunal Federal contém a seguinte ementa:

“Recurso Extraordinário. Repercussão Geral. Equiparação do prazo da licença-adoptante ao prazo de licença-gestante. (...) Alteração da realidade social e nova compreensão do alcance dos direitos do menor adotado.

Avanço do significado atribuído à licença parental e à

igualdade entre filhos, previstas na Constituição. Superação de antigo entendimento do STF”.

Este trecho da citada ementa faz referência ao que se denomina

- A) mutação constitucional.
- B) reforma constitucional.
- C) poder constituinte derivado.
- D) derrotabilidade.
- E) método tópico-problemático.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional e Ministério Público / Princípios constitucionais da República Federativa do Brasil

Fonte: AGENTE DE TELECOMUNICAÇÕES POLICIAL / Polícia Civil/SP / 2018 / VUNESP

Q21.

Assinale a alternativa que, nos termos da Constituição Federal, apresenta apenas crimes inafiançáveis e imprescritíveis.

- A) Ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático; tortura.
- B) Hediondos; racismo.
- C) Terrorismo; tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- D) Tortura; tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- E) Racismo; ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional e Ministério Público / Estado, Governo e Organização / Federal

Fonte: AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA / SEFAZ - SEGEP/MA / 2016 / FCC

Q22.

Constitui monopólio da União

- A) o transporte marítimo do petróleo de origem nacional ou internacional destinado ao país.
- B) a refinação do petróleo nacional, mas não do estrangeiro.
- C) a exportação, mas não a importação, de petróleo.
- D) a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo.
- E) a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de todo e qualquer minério ou mineral nuclear e seus derivados.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional e Ministério Público / Estado, Governo e Organização / Estadual

Fonte: ANALISTA EM GESTÃO PREVIDENCIÁRIA / FUNAPE / 2017 / FCC

Q23.

As normas constitucionais a respeito da organização do Estado brasileiro prescrevem que

- A) os Municípios não são dotados de autonomia, uma vez que a Constituição Federal não lhes garante o poder de dar-se uma Constituição própria.
- B) os Municípios não são dotados de autonomia, uma vez que não possuem Poder Judiciário, mas apenas Poder Legislativo e Poder Executivo.
- C) os Municípios são dotados de autonomia, mas as Câmaras de Vereadores devem limitar-se a regulamentar as leis federais e estaduais para a sua fiel execução.
- D) a União, os Estados e os Municípios são autônomos, mas não o Distrito Federal, que tem a natureza de autarquia federal.
- E) os Estados-membros são dotados de autonomia, tendo a Constituição Federal assegurado-lhes, inclusive, o exercício de competências legislativas exclusivas.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional e Ministério Público / Estado, Governo e Organização / Municipal

Fonte: ASSESSOR JURÍDICO E PROCURADOR JURÍDICO / Prefeitura de Andradinha/SP / 2017 / VUNESP

Q24.

A Constituição Federal, ao organizar em regime de colaboração seus sistemas de ensino, estabelece que os municípios atuarão prioritariamente

- A) no ensino fundamental e médio.
- B) com investimento anual de 20% da receita resultante de impostos.
- C) na função redistributiva e supletiva.
- D) no ensino fundamental e na educação infantil.
- E) no recenseamento dos educandos do ensino médio.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional e Ministério Público / Direitos e deveres individuais e coletivos

Fonte: INVESTIGADOR / Polícia Civil/SP / 2018 / VUNESP

Q25.

Com relação aos direitos individuais e coletivos, a Constituição Federal estabelece que

- A) são direitos do preso, dentre outros, que a sua família ou pessoa por ele indicada seja, imediatamente, comunicada de sua prisão bem como da identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.
- B) a pena não pode passar da pessoa do condenado, mas a obrigação de reparar o dano pode ser estendida aos sucessores até o limite do valor do dano.
- C) o tribunal do júri tem competência para processar e julgar os crimes dolosos e culposos contra a vida.
- D) podem ser adotadas, por meio de lei, dentre outras, as penas de privação ou restrição da liberdade, perda de bens, de trabalho forçado, de prestação social

alternativa e de interdição de direitos.

- E) nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em crime político ou de opinião, na forma da lei.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional e Ministério Público / Direitos Sociais

Fonte: INVESTIGADOR / Polícia Civil/SP / 2018 / VUNESP

Q26.

A prática do racismo é uma conduta que é severamente combatida pelas normas de direitos humanos internacionais. No Estado brasileiro, a Constituição Federal estabelece, quanto a essa matéria, que o racismo é crime

- A) inafiançável e imprescritível.
- B) hediondo.
- C) insuscetível de graça ou anistia.
- D) que deve ser punido com a pena de detenção.
- E) que prescreve em 10 (dez) anos.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional e Ministério Público / Nacionalidade

Fonte: TÉCNICO LEGISLATIVO / Câmara de São José dos Campos/SP / 2018 / VUNESP

Q27.

Nos termos da Constituição Federal de 1988, são privativos de brasileiro nato os cargos

- A) de Presidente da República, de Deputado Federal e de Senador da República.
- B) de Ministro do Supremo Tribunal Federal, da carreira diplomática e de oficial das Forças Armadas.
- C) de Presidente da Câmara dos Deputados, de Presidente do Senado Federal e de Presidente do Tribunal de Contas da União.
- D) de Ministro do Supremo Tribunal Federal, de Ministro da Defesa e de Ministro da Justiça.
- E) de Prefeito, de Vereador e de Juiz de Direito.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional e Ministério Público / Cidadania; Direitos Políticos

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Pref. Porto Ferreira/SP / 2017 / VUNESP

Q28.

De acordo com a Constituição Federal, ao servidor público da Administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplica-se, em regra, a seguinte disposição:

- A) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- B) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para benefício previdenciário.
- C) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço não será contado para todos os efeitos legais.

- D) se investido no cargo de Prefeito, e havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- E) tratando-se de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional e Ministério Público / Partidos Políticos

Fonte: PROCURADOR LEGISLATIVO / Câmara de Taquaritinga / 2016 / VUNESP

Q29.

Considere a hipótese de que um determinado vereador da Câmara Municipal de Taquaritinga, visando participar do bloco parlamentar vinculado ao prefeito, decida se desfiliar do partido a que está filiado. Considerando também que o parlamentar não sofreu qualquer espécie de perseguição na sua antiga agremiação, na condição de Procurador Legislativo e com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa que prevê a solução a ser dada ao caso do vereador.

- A) O vereador deverá perder o mandato, uma vez que a quebra de fidelidade partidária se aplica aos agentes políticos eleitos pelo sistema majoritário.
- B) Não deverá perder o mandato, uma vez que a regra da fidelidade partidária não se aplica aos candidatos eleitos pelo sistema proporcional.
- C) O vereador deverá perder o mandato, mesmo que comprovada a existência de justa causa para a sua desfiliação.
- D) O vereador deverá perder o mandato, uma vez que o mandato parlamentar conquistado no sistema eleitoral proporcional pertence ao partido político, salvo se comprovada a existência de justa causa para a ocorrência da desfiliação.
- E) O vereador não deverá perder o mandato, porquanto o mandato eletivo sempre pertence ao agente público democraticamente eleito.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional e Ministério Público / Repartição de competências no Estado Brasileiro

Fonte: INVESTIGADOR / Polícia Civil/BA / 2018 / VUNESP

Q30.

Imagine que a Câmara Municipal da Cidade X aprovou projeto de lei dispondo sobre interesses das comunidades indígenas localizadas em seu território. Nesse caso, partindo das regras constitucionais sobre a repartição de competências, é correto afirmar que a lei é

- A) inconstitucional sob o prisma formal, já que se trata de competência legislativa concorrente entre União, Estados e Distrito Federal a regulamentação de qualquer matéria relativa às populações indígenas.
- B) inconstitucional sob o prisma formal, já que se trata de competência legislativa privativa da União tratar sobre as populações indígenas.
- C) inconstitucional sob o prisma formal, já que a matéria é de competência exclusiva dos Estados membros e Distrito Federal.
- D) constitucional, uma vez que, por se tratar de nítido interesse local, a competência é privativa dos Municípios.
- E) constitucional, já que se trata de interesse local e regional, de modo que compete aos Estados membros, Distrito Federal e Municípios, de forma comum, legislar sobre a questão.

Direito Constitucional e Ministério Público / Administração Federal, Estadual e Municipal

Fonte: ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO - TÉCNICO DO TESOUREO MUNICIPAL / Pref. Teresina/PI / 2016 / FCC

Q31.

São vários os princípios constitucionais aplicáveis à Administração pública, mas são apenas cinco os que estão expressos e são específicos em relação ao tema. São eles:

- A) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- B) legalidade, independência, moralidade, probidade e eficiência.
- C) discricionariedade, publicidade, igualdade, efetividade e independência.
- D) discricionariedade, igualdade, probidade, independência e efetividade.
- E) legalidade, igualdade, moralidade, probidade e efetividade.

Direito Constitucional e Ministério Público / Poder Legislativo

Fonte: INVESTIGADOR / Polícia Civil/BA / 2018 / VUNESP

Q32.

Suponha que o Senado Federal decida criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigação da corrupção no Futebol. Nessa hipótese, é correto afirmar que

- A) se exige, para a criação da CPI, que pelo menos 1/6 (um sexto) dos membros do Senado tenham assinado o requerimento de instauração.
- B) no âmbito da investigação, se verificada a possibilidade de que o investigado fuja do país, a CPI poderá impor a proibição de ausentar-se do país.
- C) havendo suspeita de que o(s) investigado(s) mantém contato contínuo com organizações criminosas, a CPI poderá determinar interceptação telefônica.
- D) em regra, referida CPI poderá ser criada por prazo indeterminado, em função da necessidade de investigação apropriada da corrupção.
- E) a CPI será inconstitucional, pois o comando constitucional exige a instauração para apuração de fato determinado e não genérico.

Direito Constitucional e Ministério Público / Processo Legislativo

Fonte: INVESTIGADOR / Polícia Civil/BA / 2018 / VUNESP

Q33.

Imagine que 1/3 (um terço) dos membros da Câmara dos Deputados apresentou proposta de Emenda Constitucional com o objetivo de alterar o voto popular de secreto para aberto. Nesse caso, é correto afirmar que a proposta é

- A) inconstitucional sob o prisma formal, pois a legitimidade para apresentação de proposta de emenda constitucional só pode ser apresentada por 1/3 (um terço) dos membros do Congresso Nacional, e não apenas de uma das casas.
- B) inconstitucional sob o prisma formal, pois a legitimidade para apresentação de proposta de Emenda Constitucional é reservada ao Senado, na qualidade de representante dos Estados Membros.
- C) inconstitucional sob o prisma material, pois a Constituição não poderá ser emendada para abolição do voto secreto.
- D) constitucional, tanto sob o prisma formal como o material, já que a Constituição assegura apenas o voto direto, universal e periódico.
- E) constitucional, tanto sob o prisma formal como o material, já que a Constituição não assegura o voto e a forma de seu exercício como cláusula imutável.

Direito Constitucional e Ministério Público / Poder Executivo / Presidente da República

Fonte: INVESTIGADOR / Polícia Civil/BA / 2018 / VUNESP

Q34.

Imagine a seguinte situação hipotética: o Prefeito do Município X foi eleito no ano de 2016. Nessa situação, é correto afirmar que

- A) caso queira se candidatar ao cargo de Governador de Estado nas próximas eleições, deverá possuir a idade mínima de 35 (trinta e cinco) anos e renunciar ao respectivo mandato de Prefeito até 3 (três) meses antes do pleito.
- B) caso decida se candidatar ao cargo de Senador, deverá possuir a idade mínima de 30 (trinta) anos e renunciar ao respectivo mandato de Prefeito até 5 (cinco) meses antes do pleito.
- C) caso decida se candidatar ao cargo de Presidente ou Vice-Presidente da República, deverá possuir a idade mínima de 35 (trinta e cinco) anos e renunciar ao respectivo mandato de Prefeito até 6 (seis) meses antes do pleito.
- D) caso o cônjuge do Prefeito, por exemplo, queira se candidatar ao cargo de Vereadora do Município X pela primeira vez, ela será considerada elegível, ainda que o Prefeito não renuncie ao pleito.
- E) caso a sogra do Prefeito, por exemplo, queira se candidatar ao cargo de Prefeita do Município pela primeira vez, ela será considerada elegível, uma vez que somente há inelegibilidade ao cônjuge ou filhos do mandatário.

Direito Constitucional e Ministério Público / Poder Executivo / Ministros

Fonte: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR - ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA / Pref. Teresina/PI / 2016 / FCC

Q35.

A respeito dos Ministros de Estado, considere:

- I. O cargo de Ministro de Estado da Defesa pode ser ocupado por cidadãos brasileiros natos e naturalizados.
- II. O cargo de Ministro de Estado da Saúde pode ser ocupado por cidadãos brasileiros, natos e naturalizados, com idade a partir de 21 anos.
- III. Os Ministros de Estado são legitimados para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- IV. Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado.

Está correto o que consta APENAS em

- A) II e IV.
- B) I e II.

- C) I e III.
- D) II e III.
- E) I, III e IV.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional e Ministério Público / Poder Executivo / Conselhos

Fonte: TÉCNICO MINISTERIAL - ADMINISTRATIVO / MPE/MA / 2013 / FCC

Q36.

Considere os seguintes Ministros:

I. das Relações Exteriores;

II. do Planejamento;

III. da Justiça;

IV. da Integração Nacional.

São membros natos do Conselho de Defesa Nacional, dentre outros, os Ministros indicados APENAS em

- A) I, II e IV.
- B) I, III e IV.
- C) II e IV.
- D) III e IV.
- E) I, II e III.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional e Ministério Público / Poder Judiciário / Supremo Tribunal Federal

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 24ª / 2017 / FCC

Q37.

Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, em recurso ordinário,

- A) o habeas corpus decidido em última instância pelos Tribunais Regionais Federais.
- B) o habeas corpus decidido em única instância pelos Tribunais Regionais Federais.
- C) o crime político.
- D) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município.
- E) as causas decididas, em única instância, pelos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal quando a decisão recorrida contrariar tratado ou lei federal.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional e Ministério Público / Poder Judiciário / Superior Tribunal de Justiça

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 24ª / 2017 / FCC

Q38.

De acordo com a Constituição Federal, as ações contra o Conselho Nacional de Justiça são processadas e julgadas, originariamente, pelo

- A) Superior Tribunal de Justiça.
- B) Supremo Tribunal Federal.
- C) Congresso Nacional.
- D) Senado Federal.
- E) Conselho da Justiça Federal.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Pref. Marília/SP / 2017 / VUNESP

Q39.

Na hipótese de o Município não cumprir uma ordem judicial transitada em julgado, a Constituição Federal prevê, expressamente, como possível consequência,

- A) a intervenção Federal, a ser decretada pelo Supremo Tribunal Federal.
- B) a suspensão dos direitos políticos do Prefeito Municipal.
- C) a intervenção do Estado a ser determinada pelo Tribunal de Justiça por deferimento de representação.
- D) a suspensão de repasses de recursos federais ao Município até que seja cumprida a ordem judicial.
- E) a intervenção estadual, em decorrência de reclamação constitucional, a ser determinada pelo Superior Tribunal de Justiça.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional e Ministério Público / Poder Judiciário / Tribunais Estaduais

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRF 3ª / 2016 / FCC

Q40.

A empresa Branca S/A, sociedade de economia mista controlada pela União, no exercício de sua atividade típica, causou dano ambiental que atingiu o Município de Dracena, no interior do Estado de São Paulo, o qual não é sede de Subseção da Justiça Federal.

Em virtude de tal dano, o Ministério Público Federal irá propor ação civil pública em face da referida empresa.

De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, a ação deverá ser proposta perante a Justiça

- A) Federal, em razão da qualidade da Ré, controlada pela União.
- B) Estadual, do local do dano.
- C) Federal, em razão da qualidade do Autor.
- D) Federal, tanto em razão da qualidade do Autor quanto da Ré.
- E) Federal, em face do presumível interesse da União.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional e Ministério Público / Ministério Público / Fins, princípios, organização, garantias, vedações e funções. Conselho Nacional da Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público

Fonte: ASSISTENTE JURÍDICO / Pref. Suzano/SP / 2016 / VUNESP

Q41.

São funções essenciais à Justiça, previstas na Constituição Federal:

- A) Ministério Público, Advocacia Pública, Advocacia e Defensoria Pública.
- B) Advocacia Pública, Advocacia, Defensoria Pública e Polícia Judiciária.
- C) Magistratura, Ministério Público, Advocacia e Defensoria Pública.
- D) Magistratura, Advocacia Pública, Advocacia e Defensoria Pública.

- E) Ministério Público, Advocacia Pública, Defensoria Pública e Polícia Judiciária.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional e Ministério Público / Ministério Público / Ordem Social

Fonte: AGENTE DE TELECOMUNICAÇÕES POLICIAL / Polícia Civil/SP / 2018 / VUNESP

Q42.

É correto afirmar que o controle social formal é representado, entre outras, pelas seguintes instâncias:

- A) Igreja, Família e Opinião Pública.
- B) Escola, Igreja e Polícia.
- C) Forças Armadas, Polícia e Escola.
- D) Polícia, Forças Armadas e Ministério Público.
- E) Família, Escola e Ministério Público.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Conceito e princípios gerais do Direito Administrativo

Fonte: ESCRIVÃO / Polícia Civil/SP / 2018 / VUNESP

Q43.

A razoável duração do processo e o emprego de meios que assegurem a celeridade na sua tramitação são assegurados, a todos, no âmbito administrativo e revelam direito fundamental que tem por conteúdo os princípios da

- A) moralidade e reserva legal.
- B) nova gestão pública e razoabilidade.
- C) isonomia e eficiência.
- D) legalidade e publicidade.
- E) impessoalidade e indisponibilidade do interesse público.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Administração Pública

Fonte: ANALISTA FISCAL DE SERVIÇOS / AMLURB - Pref. São Paulo/SP / 2016 / VUNESP

Q44.

Assinale a alternativa que contempla duas áreas em que a Administração Pública pode firmar um contrato de gestão com uma organização social.

- A) Preservação do meio ambiente e administração da justiça.
- B) Desenvolvimento tecnológico e segurança pública.
- C) Cultura e saúde.
- D) Administração e gerenciamento de rodovias e pesquisa científica.
- E) Ensino universitário e administração de obras públicas.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Administração direta e indireta

Fonte: TÉCNICO LEGISLATIVO / Câmara de São José dos Campos/SP / 2018 / VUNESP

Q45.

Se a Prefeitura do Município de São José dos Campos desejasse criar uma autarquia prestadora de serviços públicos de água, esgoto e saneamento básico, seria necessário

- A) aprovar uma lei específica na Câmara Municipal para criar a autarquia, que passaria a integrar a Administração Indireta do Município.
- B) aprovar uma lei específica na Câmara Municipal para autorizar o Poder Executivo a criar a autarquia, que passaria a integrar a Administração Indireta do Município.
- C) editar um Decreto Municipal para criar a autarquia, que passaria a integrar a Administração Direta do Município.
- D) aprovar uma lei específica na Câmara Municipal para autorizar o Poder Executivo a criar a autarquia, que passaria a integrar a Administração Direta do Município.
- E) editar um Decreto Municipal para criar a autarquia, que passaria a integrar a Administração Indireta do Município.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Órgãos Públicos, conceito, classificação

Fonte: AGENTE FISCAL TRIBUTÁRIO / Pref. Suzano/SP / 2016 / VUNESP

Q46.

Sobre a Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- A) Em seu sentido formal, Administração Pública é o conjunto de Poderes e órgãos constitucionais.
- B) A Administração Pública pratica atos de governo, atuando com soberania ou autonomia política.
- C) Uma entidade autárquica realiza atividades, obras ou serviços de forma centralizada e com subordinação hierárquica em relação ao ente estatal que a criou.
- D) Uma Secretaria Municipal é exemplo de órgão público, já que não tem personalidade jurídica, sendo mero instrumento de ação da pessoa jurídica a que pertence.
- E) Empresa pública é pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica, com a finalidade de prestar serviço público que possa ser explorado de modo empresarial ou exercer atividade econômica de relevante interesse coletivo.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Terceiro Setor / Organizações Sociais

Fonte: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA FINALÍSTICA JURÍDICA / TCM/GO / 2015 / FCC

Q47.

Suponha que o Estado de Goiás pretenda contar com a participação de entidades privadas na gestão dos serviços de alguns hospitais da rede pública. De acordo com a legislação federal que rege a matéria, tal participação poderá se dar mediante

- A) convênio com entidades sem fins lucrativos, prevendo pagamentos do Estado pela execução dos serviços delegados.
- B) contrato de programa com organizações da sociedade civil de interesse público, estabelecendo remuneração baseada em indicadores de desempenho.
- C) termo de parceria com empresas privadas, que poderão receber a qualificação de organização social, sem perder sua finalidade lucrativa.

- D) contrato de gestão com organizações sociais, que são entidades privadas sem fins lucrativos que recebem essa qualificação do Poder Executivo.
- E) consórcio com fundações públicas, que detenham experiência reconhecida na atividade de gestão hospitalar, qualificadas como OSCIPs.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Administrativo / Terceiro Setor / Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRT 21ª / 2017 / FCC

Q48.

Pretende um determinado Município realizar procedimento para identificação, no setor privado, de pessoa jurídica apta a gerir uma unidade de reabilitação recém construída pelo ente no bojo de seu Programa "Cuidar, Reabilitar e Incluir". Uma possível solução para a municipalidade seria a realização de

- A) convênio administrativo com pessoa jurídica que tenha expertise para a gestão do equipamento público e prestação dos serviços públicos daquela natureza, mediante remuneração estipulada pelo número de municípios atendidos.
- B) procedimento de chamamento para seleção e posterior celebração de termo de colaboração com organização da sociedade civil, para a realização das finalidades de interesse público comum e recíprocas de gestão do equipamento público e atendimento dos municípios enquadrados no Programa.
- C) licitação para contratação de organização da sociedade civil sem fins lucrativos, em razão da finalidade social da contratação, para prestação dos serviços de gestão e atendimento dos municípios enquadrados no Programa, limitada a remuneração ao equivalente ao custo da pessoa jurídica.
- D) contratação direta, por meio de dispensa de licitação, com entidade da sociedade civil sem fins lucrativos que preencha os requisitos de notoriedade e apresente comprovada experiência na execução do objeto que se pretende contratar.
- E) procedimento de credenciamento para identificação das pessoas jurídicas aptas à realização dos serviços especializados buscados pelo Município, de modo que possam ser firmados contratos por prazo certo e subsequentes com todos os integrantes da lista.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Administrativo / Regime jurídico administrativo

Fonte: INVESTIGADOR / Polícia Civil/SP / 2018 / VUNESP

Q49.

Lei estadual que vede a realização de processo seletivo para o recrutamento de estagiários pelos órgãos e pelas entidades do poder público estadual fere o princípio da

- A) eficiência.
- B) legalidade.
- C) impessoalidade.
- D) segurança jurídica.
- E) continuidade do serviço público.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Administrativo / Poderes Administrativos

Fonte: INVESTIGADOR / Polícia Civil/SP / 2018 / VUNESP

Q50.

Advertência verbal aplicada por diretor de escola estadual a aluno que não cumpriu seus deveres, cometendo falta dentro do estabelecimento de ensino, é expressão do poder

- A) disciplinar.
- B) de polícia.
- C) hierárquico.
- D) regulamentar.

- E) discricionário.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Atos administrativos / Classificação, requisitos; Espécies

Fonte: ANALISTA LEGISLATIVO / Câmara de Registro/SP / 2016 / VUNESP

Q51.

“Ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a administração faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade.”

Esse conceito diz respeito à espécie de ato administrativo denominado

- A) aprovação.
- B) licença.
- C) permissão.
- D) parecer.
- E) tombamento.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Atos administrativos / Extinção

Fonte: ESCRIVÃO / Polícia Civil/SP / 2018 / VUNESP

Q52.

A Administração Pública, ao constatar que um de seus atos foi praticado com desvio de finalidade deverá

- A) provocar o Poder Judiciário para que aquele poder revogue o ato viciado.
- B) provocar o Tribunal de Contas para que aquele órgão declare nulo o ato viciado.
- C) convalidá-lo, mediante provocação.
- D) declará-lo nulo, de ofício.
- E) revogá-lo, de ofício ou mediante provocação.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Licitações e contratos administrativos

Fonte: CONTROLADOR INTERNO / Câmara de Indaiatuba/SP / 2018 / VUNESP

Q53.

Em relação às licitações, cujo procedimento para todas as unidades federadas foi regulamentado pela Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores, é correto afirmar que

- A) as obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação objetivando o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.
- B) a licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, inclusive quanto ao conteúdo das propostas apresentadas pelas empresas participantes, em obediência ao princípio da transparência.
- C) não poderá ser estabelecida margem de preferência nos processos de licitação, para qualquer interessado, em obediência ao princípio constitucional da isonomia citado no art. 3º do mencionado diploma legal.
- D) não poderá haver dispensa do referido certame para a contratação de obras e serviços de engenharia

pela unidade federada.

- E) o convite é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Responsabilidade civil do Estado

Fonte: ESCRIVÃO / Polícia Civil/SP / 2018 / VUNESP

Q54.

Empregado de empresa de ônibus prestadora do serviço público de transporte de passageiros em município, ao dirigir veículo da empresa delegatária, colidiu com veículo particular estacionado, causando prejuízo. Nessa hipótese, a responsabilidade civil pelo ressarcimento do dano suportado pelo particular proprietário do veículo abalroado será

- A) subsidiária e subjetiva do município titular do serviço público.
- B) subjetiva, do município titular do serviço público.
- C) objetiva, do motorista empregado da empresa prestadora do serviço público.
- D) subjetiva, da empresa prestadora do serviço público.
- E) objetiva, da empresa prestadora do serviço público.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Agentes Públicos / Classificação

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRT 21ª / 2017 / FCC

Q55.

Em relação aos servidores públicos que ocupam cargo ou emprego público e ao exercício dos poderes inerentes à Administração pública,

- A) o poder disciplinar aplica-se exclusivamente aos servidores ocupantes de cargos públicos, estando os empregados públicos, no exercício de suas funções, sujeitos ao poder de polícia pelo Estado.
- B) o vínculo efetivo dos servidores públicos autoriza que os ocupantes de cargo exerçam o poder normativo e regulamentar com a edição de decretos autônomos de organização administrativa.
- C) o poder hierárquico distingue-se do poder disciplinar, com este não se confundindo, aplicando-se o primeiro para as relações funcionais com o Poder Público, sendo o disciplinar para qualquer relação contratual entre poder público e terceiros não servidores.
- D) em que pese o poder de polícia se aplique a todos os servidores públicos, no exercício de suas funções, titulares de cargos efetivos, ocupantes de empregos públicos ou aqueles que ocupam cargo em comissão, seu exercício é exclusivo do Chefe do Executivo, em razão de sua indelegabilidade.
- E) não obstante a diversidade de regime jurídico a que estão sujeitos, há normas comuns, aplicáveis às duas categorias, como a exigência de concurso público para ingresso no serviço público, excetuadas as nomeações para cargos comissionados, nos termos da lei.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Agentes Públicos / Regime jurídico

Fonte: ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO (INTERIOR) / TJ/SP / 2018 / VUNESP

Q56.

Consoante o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, será aplicada a pena de demissão nos casos de

- A) aplicação indevida de dinheiros públicos.

- B) prática de insubordinação grave.
- C) exercício de advocacia administrativa.
- D) pedir, por empréstimo, dinheiro ou quaisquer valores a pessoas que tratem de interesses ou o tenham na repartição, ou estejam sujeitos à sua fiscalização.
- E) prática, em serviço, de ofensas físicas contra funcionários ou particulares.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Agentes Públicos / Direitos e deveres

Fonte: CONTADOR / UNIFESP / 2016 / VUNESP

Q57.

Assinale a alternativa que traduz corretamente o que prescreve a Lei Federal nº 8.112/90.

- A) A investidura em cargo público far-se-á com a entrada em exercício do servidor devidamente empossado.
- B) O concurso público terá validade de um ano, prorrogável por igual período.
- C) O servidor público não poderá ser removido de ofício, por interesse da Administração.
- D) Além do vencimento, poderão ser pagos ao servidor, a título de vantagens, indenizações, gratificações e adicionais.
- E) As indenizações serão incorporadas ao vencimento ou provento para qualquer efeito.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Agentes Públicos / Responsabilidade civil, criminal e administrativa

Fonte: OFICIAL LEGISLATIVO / Câmara de Poá/SP / 2016 / VUNESP

Q58.

De acordo com a Lei nº 8.429/92, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou a prestar falsa, será

- A) advertido por escrito, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
- B) suspenso de suas funções por 90 (noventa) dias, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
- C) punido com a pena de demissão a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
- D) punido com a cassação de seus direitos políticos e deverá fazer o ressarcimento ao erário, no valor de quatro salários-mínimos vigentes.
- E) banido do serviço público por dez anos e deverá fazer o ressarcimento ao erário, no valor de dez salários-mínimos vigentes.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Abuso de poder e desvio de finalidade

Fonte: CONTROLE EXTERNO - AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - ATIVIDADE JURÍDICA / TCE/CE / 2015 / FCC

Q59.

Carmelo e Leôncio são servidores públicos, sendo o primeiro chefe do segundo. Leôncio e Carmelo participaram de um torneio interno de futebol e Leôncio foi eleito o melhor jogador do campeonato. Carmelo, inconformado com o resultado do prêmio futebolístico, removeu Leôncio para localidade distante, a fim de que este não mais pudesse participar do campeonato. Neste caso, Carmelo

- A) deveria ter contado com a anuência da autoridade superior para efetuar a remoção.
- B) agiu dentro das suas atribuições legais.
- C) poderia ter realizado esta remoção, uma vez que possui poder hierárquico para tal.
- D) somente poderia ter realizado a remoção, com este fundamento, após a instauração de processo administrativo.
- E) incorreu em desvio de poder.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Improbidade Administrativa

Fonte: TÉCNICO LEGISLATIVO / Câmara de São José dos Campos/SP / 2018 / VUNESP

Q60.

Imagine que, hipoteticamente, um servidor da Câmara Municipal de São José dos Campos dispense, indevidamente, a realização de um processo licitatório e efetue uma compra direta. Esse servidor, nos termos da Lei Federal nº 8.429/92, praticou, em tese,

- A) ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- B) ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
- C) ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- D) ato de improbidade administrativa decorrente de aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário.
- E) uma conduta que não pode ser punida como ato de improbidade administrativa.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Controle da Administração

Fonte: ESCRIVÃO / Polícia Civil/SP / 2018 / VUNESP

Q61.

Sobre controle externo da Administração Pública, é correto afirmar que

- A) não alcança os atos administrativos vinculados.
- B) inclui-se na competência do Poder Judiciário, com auxílio dos Tribunais administrativos.
- C) não alcança os atos administrativos discricionários.
- D) inclui-se na competência do Poder Legislativo, com auxílio dos Tribunais de Contas.
- E) inclui-se na competência do Poder Executivo, com auxílio da Corregedoria.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Bens Públicos

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Pref. Marília/SP / 2017 / VUNESP

Q62.

A competência para declarar a utilidade pública ou o interesse social do bem com vistas à futura desapropriação é

- A) da União, exclusivamente.
- B) dos Estados, exclusivamente.
- C) dos Municípios, exclusivamente.
- D) da União e dos Estados, concorrentemente.
- E) da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Intervenção do Estado na propriedade

Fonte: DELEGADO / Polícia Civil/BA / 2018 / VUNESP

Q63.

O direito do proprietário de exigir que na desapropriação se inclua a parte restante do bem expropriado, que se

tornou inútil ou de difícil utilização, é denominado de

- A) Retrocessão.
- B) Desapropriação indireta.
- C) Direito de extensão.
- D) Indenização de benfeitorias.
- E) Direito de acrescer.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Serviços Públicos / Concessão

Fonte: INVESTIGADOR / Polícia Civil/BA / 2018 / VUNESP

Q64.

Os serviços públicos que, por sua natureza ou pelo fato de assim dispor o ordenamento jurídico, comportam ser executados pelo Estado ou por particulares colaboradores, são classificados como

- A) coletivos.
- B) singulares.
- C) delegáveis.
- D) indelegáveis.
- E) sociais.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Serviços Públicos / Permissão

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Câmara de Poá/SP / 2016 / VUNESP

Q65.

Ato administrativo pelo qual a Administração consente que certa pessoa utilize privativamente bem público, atendendo ao mesmo tempo aos interesses público e privado.

No que concerne ao uso de bem público, é correto afirmar que o enunciado conceitua

- A) a autorização comum de uso.
- B) a concessão de direito real de uso.
- C) a permissão de uso.
- D) a concessão de uso.
- E) o uso extraordinário de bem.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Serviços Públicos / Regime das parcerias público-privadas

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Câmara de Mogi das Cruzes/SP / 2017 / VUNESP

Q66.

No que tange às Parcerias Público-Privadas, assinale a alternativa correta.

- A) Comportam duas modalidades: a concessão patrocinada e a concessão administrativa.
- B) Trata-se de uma nova modalidade de concessão especial de serviços públicos existente apenas no Brasil.
- C) É vedada a celebração de contrato cujo valor seja inferior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).
- D) O contrato poderá contemplar como objeto único o fornecimento de mão de obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

- E) A contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada poderá ser feita por ordem bancária, sendo vedada a cessão de créditos não tributários.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Parte Geral do Código Penal / A aplicação da lei penal

Fonte: INVESTIGADOR / Polícia Civil/BA / 2018 / VUNESP

Q67.

Sobre a territorialidade e a extraterritorialidade da lei penal, previstas nos artigos 5o e 7o do Código Penal, assinale a alternativa correta.

- A) Ao crime cometido no território nacional, aplica-se a lei brasileira, independentemente de qualquer convenção, tratado ou regra de direito internacional.
- B) Ao autor de crime praticado contra a liberdade do Presidente da República quando em viagem a país estrangeiro, aplica-se a lei do país em que os fatos ocorrerem.
- C) Embarcação brasileira a serviço do governo brasileiro, para os efeitos penais, é considerada extensão do território nacional.
- D) Crime cometido no estrangeiro, praticado por brasileiro, fica sujeito à lei brasileira independentemente da satisfação de qualquer condição.
- E) Aplica-se a lei brasileira ao crime cometido por estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil, independentemente da satisfação de qualquer condição.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Parte Geral do Código Penal / Do crime

Fonte: INVESTIGADOR / Polícia Civil/SP / 2018 / VUNESP

Q68.

No que diz respeito ao lugar do crime, o CP adotou a teoria

- A) do resultado, ou seja, considera-se praticado o crime no lugar onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- B) da ubiquidade, ou seja, considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- C) da atividade, ou seja, considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte.
- D) da extraterritorialidade, ou seja, considera-se praticado no Brasil o crime cometido no estrangeiro contra a vida ou a liberdade do Presidente da República.
- E) da territorialidade estendida, ou seja, considera-se praticado no Brasil o crime cometido a bordo de embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou privada, onde quer que se encontrem.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Parte Geral do Código Penal / Da imputabilidade penal

Fonte: PROCURADOR MUNICIPAL / Pref. Presidente Prudente/SP / 2016 / VUNESP

Q69.

A respeito do crime e da imputabilidade, é correto afirmar que

- A) a omissão é penalmente relevante quando o omitente deixar de impedir o resultado que, por comportamento seu anterior, criou o risco de ocorrência.
- B) é isento de pena quem atua ou se omite sem a consciência da ilicitude do fato, sendo o erro evitável.
- C) a restituição da coisa, no crime de roubo, até o recebimento da denúncia, reduz a pena do agente.

- D) a embriaguez culposa exclui a imputabilidade.
- E) o ordenamento brasileiro adota o sistema vicariante, segundo o qual, aos inimputáveis por doença mental ao tempo da prática delitiva, primeiro aplica-se medida de segurança e, uma vez curados, pena.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Parte Geral do Código Penal / Do concurso de pessoas

Fonte: INVESTIGADOR / Polícia Civil/SP / 2018 / VUNESP

Q70.

No que diz respeito ao concurso de pessoas e às expressas regras do CP (arts. 29 a 31),

- A) não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.
- B) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua punibilidade.
- C) aplica-se a mesma pena a todos os coautores, ainda que a participação seja de menor importância.
- D) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua voluntariedade.
- E) mesmo que o crime sequer seja tentado, o ajuste, a determinação ou a instigação e o auxílio sempre são puníveis.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Parte Geral do Código Penal / Das causas excludentes de antijuridicidade e culpabilidade

Fonte: INVESTIGADOR / Polícia Civil/SP / 2018 / VUNESP

Q71.

Aquele que pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se,

- A) comete crime, embora esteja amparado por causa excludente de culpabilidade.
- B) não comete crime, pois age amparado pelo estrito cumprimento do dever legal.
- C) comete crime, embora esteja amparado por causa excludente de punibilidade.
- D) não comete crime, pois age amparado pelo estado de necessidade.
- E) não comete crime, pois age amparado pela legítima defesa.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Parte Geral do Código Penal / Das penas

Fonte: DELEGADO / Polícia Civil/BA / 2018 / VUNESP

Q72.

A respeito da Teoria das Penas, assinale a alternativa correta.

- A) A finalidade da pena, na teoria relativa, é prevenir o crime. Na vertente preventiva-geral, o criminoso é

punido a fim de impedir que ele volte a praticar novos crimes.

- B) A finalidade da pena, na teoria relativa, é prevenir o crime. Na vertente preventiva especial, de acentuado caráter intimatório, o criminoso é punido para servir de exemplo aos demais cidadãos.
- C) A finalidade da pena, na teoria absoluta, é castigar o criminoso, pelo mal praticado. O mérito dessa teoria foi introduzir, no Direito Penal, o princípio da proporcionalidade de pena ao delito praticado.
- D) A finalidade da pena, para a teoria eclética, é ressocializar o criminoso. O mérito dessa teoria foi humanizar as penas impostas, impedindo as cruéis e humilhantes.
- E) O ordenamento jurídico brasileiro adota a teoria absoluta, tendo a pena apenas o fim de ressocializar o criminoso.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Parte Geral do Código Penal / Da tentativa

Fonte: TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ADMINISTRATIVA / MPE/SE / 2013 / FCC

Q73.

Com relação ao plano subjetivo do crime,

- A) as culpas concorrentes de regra se compensam.
- B) dolo indireto é aquele cometido com culpa consciente.
- C) não há tentativa de crime culposos e involuntário.
- D) de regra os crimes são culposos e, excepcionalmente, dolosos.
- E) a culpa inconsciente é impunível.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Parte Geral do Código Penal / Da extinção da punibilidade

Fonte: PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO / MPE/ES / 2016 / VUNESP

Q74.

No tocante à extinção da punibilidade, assinale a alternativa correta.

- A) A retratação é admitida nos crimes de calúnia, injúria e difamação.
- B) O perdão do ofendido é um ato pelo qual o querelado desiste do prosseguimento da ação penal privada.
- C) Na receptação culposa, sendo o criminoso primário, será cabível o perdão judicial.
- D) A renúncia é instituto exclusivo da ação penal privada.
- E) A prescrição não incidirá sobre os crimes de terrorismo e tortura.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Parte Especial do Código Penal / Dos crimes contra a pessoa / Dos crimes contra a vida

Fonte: INVESTIGADOR / Polícia Civil/BA / 2018 / VUNESP

Q75.

Adalberto decidiu matar seu cunhado em face das constantes desavenças, especialmente financeiras, pois eram sócios em uma empresa e estavam passando por dificuldades. Preparou seu revólver e se dirigiu até a sala que dividiam na empresa. Parou de frente ao inimigo e apontou a arma em sua direção, mas antes de acionar o gatilho foi impedido pela secretária que, ao ver a sombra pela porta, decidiu intervir e impedir o disparo. Em face

do ocorrido, pode-se afirmar que Adalberto poderá responder por

- A) constrangimento ilegal.
- B) tentativa de homicídio.
- C) tentativa de lesão corporal.
- D) fato atípico.
- E) arrependimento eficaz.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Parte Especial do Código Penal / Dos crimes contra a pessoa / Das lesões corporais

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Câmara de Marília/SP / 2016 / VUNESP

Q76.

Funcionários públicos estão executando um ato legal. Mediante violência, um indivíduo opõe-se à execução do ato, e acaba causando lesão corporal leve em um particular que prestava auxílio aos funcionários públicos. Em que pese a oposição o ato se executa. O indivíduo

- A) comete crime de resistência e também responderá pela violência (lesão corporal).
- B) comete crime de desobediência, o qual terá sua pena aumentada por conta da violência (lesão corporal).
- C) apenas responderá pela violência (lesão corporal), não havendo porque se cogitar de outro crime, pois o ato foi executado.
- D) apenas comete crime de resistência, não havendo porque se cogitar de outro crime, uma vez que a vítima de violência (lesão corporal) não se trata de funcionário público.
- E) não comete crime algum.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Parte Especial do Código Penal / Dos crimes contra a pessoa / Da periclitación da vida e da saúde

Fonte: APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO - SEGURANÇA INSTITUCIONAL / CNMP / 2015 / FCC

Q77.

Adriano atravessou a rua com o semáforo na cor verde para o motorista e fora da faixa de pedestres. Foi atropelado por Joaquim, condutor que vinha em velocidade dentro dos limites legais. Após o atropelamento, Adriano foi encaminhado para o hospital mais próximo, com traumatismo craniano por ter batido com a cabeça na guia. O médico que o recepcionou condicionou o atendimento médico-hospitalar emergencial à exigência de nota promissória. O médico cometeu o delito de condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial cuja pena é de

- A) detenção de 3 meses a 1 ano e multa.
- B) reclusão de 6 meses a 2 anos e multa.
- C) detenção de 9 meses a 3 anos e multa.
- D) reclusão de 3 meses a 1 ano e multa, além de possível pensão mensal vitalícia que será devida a Adriano em caso de sequelas resultantes da demora no atendimento.
- E) detenção de 3 meses a 1 ano e multa, além da representação na Receita Federal do Brasil para que o hospital perca os benefícios fiscais.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Parte Especial do Código Penal / Dos crimes contra a pessoa / Dos crimes contra a liberdade pessoal; Dos crimes contra a inviolabilidade do domicílio

Fonte: ESCRIVÃO / Polícia Civil/SP / 2018 / VUNESP

Q78.

Tendo em conta os crimes contra a liberdade individual, previstos nos artigos 146 a 149 do Código Penal, bem

como os de extorsão (158 do CP) e extorsão mediante sequestro (159 do CP), é correto afirmar que

- A) Mévio e Caio, demitidos, ao manterem preso, por 10 dias, em uma casa abandonada, por vingança, o filho do dono da empresa em que trabalhavam, praticam o crime de extorsão mediante sequestro, previsto no artigo 159 do CP.
- B) Mévio, ao manter Tícia, sua vizinha, presa em casa, amarrada à cama, por uma semana, condicionando sua soltura à entrega da senha do cofre, onde ele sabia existir dólares e joias, pratica o crime de cárcere privado, previsto no artigo 148 do CP.
- C) Tício, ao submeter seus empregados a trabalho forçado e a condições degradantes, com restrição à locomoção, pratica o crime de constrangimento ilegal, previsto no artigo 146 do CP.
- D) Tício, ao ficar parado em frente ao trabalho de Mévia, sua ex-mulher, fazendo gestos com as mãos que simbolizam disparos de arma de fogo, causando-lhe temor, pratica o crime de ameaça.
- E) Caio, médico, ao realizar transfusão de sangue em Tício, menor, sem o consentimento dos pais, ainda que para salvá-lo de risco iminente de morte, pratica o crime de constrangimento ilegal, previsto no artigo 146 do CP.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Parte Especial do Código Penal / Dos crimes contra o patrimônio / Do furto

Fonte: AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL / Pref. Teresina/PI / 2016 / FCC

Q79.

O delito de furto simples, previsto no art. 155 do Código Penal, é um crime

- A) material, unisubsistente e instantâneo de efeitos permanentes.
- B) formal, unisubsistente e permanente.
- C) formal, unisubsistente e instantâneo de efeitos permanentes.
- D) formal, plurisubsistente e instantâneo.
- E) material, plurisubsistente e instantâneo.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Parte Especial do Código Penal / Dos crimes contra o patrimônio / Do roubo e da extorsão; Da extorsão mediante sequestro

Fonte: PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO / MPE/ES / 2016 / VUNESP

Q80.

O roubo

- A) qualificado pela morte (latrocínio) é considerado hediondo apenas quando consumado.
- B) será qualificado pela morte (latrocínio), se a violência for intencional provocando a morte (dolosa ou culposamente).
- C) poderá ser qualificado pela morte, se a violência não for intencional e o resultado for culposamente.
- D) impróprio admite que a violência seja praticada durante a subtração.
- E) qualificado por lesões graves é considerado hediondo.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Parte Especial do Código Penal / Dos crimes contra a fé pública / Da falsidade documental; Falsa identidade

Fonte: ESCRIVÃO / Polícia Civil/SP / 2018 / VUNESP

Q81.

Tendo em conta os crimes contra a dignidade sexual (artigos 213 a 234-B do Código Penal) e os crimes contra a fé pública (artigos 289 a 311 do Código Penal), assinale a alternativa correta.

- A) Ocultar documento público ou particular verdadeiro, em prejuízo alheio, não configura o crime de supressão de documento (art. 305 do CP), sendo típicas apenas as condutas de suprimir e destruir documento público ou particular verdadeiro.
- B) O cartão de crédito ou débito, para fins penais, é equiparado a documento particular.
- C) A conduta de manter estabelecimento em que ocorra exploração sexual é atípica, desde que não envolva menor de 18 (dezoito) anos.
- D) A conduta de atrair alguém à prostituição é atípica, desde que não se trate de pessoa menor de 18 (dezoito) anos.
- E) Os crimes de falso reconhecimento de firma ou letra (art. 300 do CP); certidão ou atestado ideologicamente falso (art. 301 do CP) e falsidade material de atestado ou certidão (art. 301, parágrafo 1º do CP) são próprios de funcionários públicos.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Penal / Parte Especial do Código Penal / Dos crimes contra a administração pública

Fonte: AUXILIAR DE PAPILOSCOPISTA / Polícia Civil/SP / 2018 / VUNESP

Q82.

Nos termos do Código Penal, é correto afirmar que

- A) o homicídio qualificado constitui crime apenado com detenção.
- B) não é crime o uso de documento falso.
- C) o crime de peculato admite modalidade culposa.
- D) ofender a integridade corporal ou a saúde própria ou de outrem é considerado crime de lesão corporal.
- E) subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel constitui crime de roubo.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Penal / Legislação Penal Especial / Crimes de responsabilidade de Prefeitos Municipais

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Pref. Marília/SP / 2017 / VUNESP

Q83.

Considere a seguinte situação hipotética.

Apura-se que o Prefeito de Antares poderia ter cometido crime de responsabilidade, pois há indícios de que ele haveria se utilizado, indevidamente, em proveito próprio, de bens e rendas públicos. No entanto, a apuração dos fatos deu-se em dezembro de 2016, ao final do mandato do Prefeito, que não havia sido reeleito. Mesmo assim, as investigações prosseguiram, e em dezembro de 2017, há provas suficientes para que o agora ex-Prefeito seja processado por crime de responsabilidade. Nesse caso, considerando o previsto no Decreto nº 201/67 e nas Súmulas do Supremo Tribunal Federal, o ex-Prefeito

- A) deve ser denunciado perante o Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores, porque a extinção do mandato do prefeito

não impede a instauração de processo pela prática do crime em questão.

- B) não pode ser denunciado perante o Poder Judiciário, nem perante a Câmara dos Vereadores, porque a extinção do mandato do prefeito impede a instauração de processo pela prática do crime em questão, por extinção da punibilidade.
- C) deve ser denunciado perante a Câmara de Vereadores, que realizará o julgamento do feito, independentemente de pronunciamento do Judiciário, porque a extinção do mandato do prefeito não impede a instauração de processo pela prática do crime em questão.
- D) não pode ser denunciado perante o Poder Judiciário, mas pode ser submetido a julgamento perante a Câmara de Vereadores, mesmo após extinto o mandato, pois se trata de infração política e não criminal.
- E) deve ser denunciado perante o Poder Judiciário, independentemente de pronunciamento da Câmara dos Vereadores, porque com a extinção do mandato, a conduta passa a ser regida pelos crimes comuns do Código Penal, caracterizando-se, assim, incidência do tipo penal do peculato.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Legislação Penal Especial / Crimes eleitorais

Fonte: INVESTIGADOR / Polícia Civil/BA / 2018 / VUNESP

Q84.

A respeito das disposições penais do Código Eleitoral, assinale a alternativa correta.

- A) Constitui crime dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem, dinheiro, dádiva, ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção, desde que a oferta seja aceita.
- B) Constitui crime rubricar e fornecer a cédula oficial em outra oportunidade que não a de entrega desta ao eleitor.
- C) Constitui crime diminuir os preços de utilidades e serviços necessários à realização de eleições, tais como transporte e alimentação de eleitores, impressão, publicidade e divulgação de matéria eleitoral.
- D) Constitui crime observar a ordem em que os eleitores devem ser chamados a votar.
- E) Constitui contravenção penal perturbar ou impedir de qualquer forma o alistamento.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Legislação Penal Especial / Crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor

Fonte: DELEGADO / Polícia Civil/BA / 2018 / VUNESP

Q85.

A respeito da Lei no 7.716/89, com as alterações da Lei nº 9.459/97 (tipificação dos crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor), assinale a alternativa correta.

- A) Os crimes nela previstos, sem exceção, são praticados mediante dolo.
- B) Não tipifica crimes resultantes de discriminação ou preconceito de religião, sendo específica a crimes de preconceito de raça, cor, etnia e procedência nacional.
- C) O crime de negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino, previsto no art. 6º, é específico a instituições públicas.
- D) Prevê como efeito automático da condenação a perda do cargo ou função pública, para o agente servidor público.
- E) Prevê como causa de aumento de pena, geral a todos os crimes, a prática em detrimento de menor de 18 (dezoito) anos.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Fonte: AUXILIAR DE PAPILOSCOPISTA / Polícia Civil/SP / 2018 / VUNESP

Q86.

Assinale a alternativa correta.

- A) Não se consideram de natureza jurídica as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais exercidas pelo delegado de polícia.
- B) Constitui crime apenado com detenção negar a alguém, por motivo de idade, emprego ou trabalho.
- C) Facilitar a corrupção de menor de 18 (dezoito) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la, constitui crime apenado com reclusão.
- D) A nomeação para cargo público de provimento efetivo, se possível, será precedida de concurso público de provas ou de provas e títulos.
- E) O crime de tortura é imprescritível e inafiançável, entretanto é suscetível de graça e anistia.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Legislação Penal Especial / Crimes hediondos

Fonte: INVESTIGADOR / Polícia Civil/BA / 2018 / VUNESP

Q87.

A Lei dos crimes hediondos (Lei nº 8.072/90), embora não forneça o conceito de crime hediondo, apresenta um rol dos crimes que se enquadram em seus dispositivos, entre os quais se pode destacar

- A) instigação ao suicídio.
- B) lesão corporal de natureza grave.
- C) incêndio qualificado pela morte.
- D) extorsão mediante sequestro.
- E) violação sexual mediante fraude.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Legislação Penal Especial / Crimes contra o consumidor

Fonte: INVESTIGADOR / Polícia Civil/SP / 2018 / VUNESP

Q88.

Em relação ao Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), assinale a alternativa correta.

- A) Os crimes culposos são apenados exclusivamente com multa.
- B) Existe hipótese de contravenção penal.
- C) Não existem crimes culposos.
- D) Não existem crimes apenados com reclusão.
- E) Todos os crimes são apenados com reclusão.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Legislação Penal Especial / Crimes referentes a licitações e contratos administrativos

Fonte: PROCURADOR / Pref. Campinas/SP / 2016 / FCC

Q89.

Nos crimes de licitações, a ação penal é pública incondicionada porque

- A) é do interesse público a publicidade dos atos licitatórios.
- B) são crimes que violam os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência da administração pública.
- C) a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.
- D) cabe ao ministério público promovê-la independentemente de provocação.
- E) o titular da ação penal somente poderá promovê-la mediante requisição do chefe do poder executivo.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Legislação Penal Especial / Crimes de Trânsito

Fonte: DELEGADO / Polícia Civil/BA / 2018 / VUNESP

Q90.

Considere o seguinte caso hipotético.

A velocidade máxima permitida na Rua A é de 50 Km/h.

“Y”, conduzindo seu veículo a 120 Km/h pela Rua A, atropela “Z”, provocando-lhe lesões corporais. Diante do exposto e considerando que “Y” cometeu um crime culposos de trânsito nos termos da Lei no 9.503/1997, é correto afirmar que a conduta de “Y” tipifica o crime de

- A) lesão corporal culposa na direção de veículo automotor, de ação penal pública condicionada e com possibilidade de aplicação da composição dos danos civis prevista na Lei no 9.099/95.
- B) lesão corporal culposa na direção de veículo automotor, de ação penal pública condicionada e com possibilidade de aplicação da transação penal prevista na Lei no 9.099/95.
- C) lesão corporal culposa na direção de veículo automotor, de ação penal pública incondicionada, não sendo possível a aplicação da transação penal prevista na Lei no 9.099/95.
- D) lesão corporal culposa na direção de veículo automotor, de ação penal pública incondicionada e com possibilidade de aplicação da composição dos danos civis prevista na Lei no 9.099/95.
- E) tentativa de homicídio na direção de veículo automotor, de ação penal pública incondicionada, não sendo possível a aplicação da transação penal prevista na Lei no 9.099/95.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Legislação Penal Especial / Crimes contra o meio ambiente

Fonte: ESCRIVÃO / Polícia Civil/SP / 2018 / VUNESP

Q91.

Considere a seguinte situação hipotética: “A” recebe autorização da Prefeitura Municipal de São Paulo para grafitar um prédio de sua propriedade e, durante a execução

do trabalho, amplia seu grafite e consta, propositalmente, sua manifestação artística nos muros de um monumento tombado em virtude do seu valor histórico. Diante dessa situação, é correto afirmar que

- A) “A” não cometeu crime ou contravenção penal, pois a Lei nº 9.605/1998 (Lei do Meio Ambiente) proíbe a pichação e não a grafiteagem.
- B) “A” cometeu uma contravenção penal prevista na Lei nº 9.605/1998 (Lei do Meio Ambiente), podendo ser apenado com multa.
- C) “A” não cometeu crime, pois estava autorizado pela Prefeitura Municipal, porém deverá apagar o grafite do monumento.
- D) “A” cometeu um crime da Lei nº 9.605/1998 (Lei do Meio Ambiente), podendo ser apenado com reclusão.

- E) "A" cometeu um crime da Lei nº 9.605/1998 (Lei do Meio Ambiente), podendo ser apenado com detenção e multa.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Legislação Penal Especial / Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores

Fonte: PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO / MPE/ES / 2016 / VUNESP

Q92.

A alienação antecipada de bens é um procedimento admitido expressamente na lei de

- A) Crimes eleitorais.
- B) Crimes contra o consumidor.
- C) Crimes hediondos.
- D) Crimes referentes a licitações e contratos administrativos.
- E) Lavagem de dinheiro.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Legislação Penal Especial / Estatuto do Desarmamento

Fonte: PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO / MPE/ES / 2016 / VUNESP

Q93.

Com relação ao Estatuto do Desarmamento, é correto afirmar que

- A) constitui crime a utilização de arma de brinquedo ou simulacro de arma capaz de atemorizar outrem.
- B) para a tipificação do crime de disparo de arma de fogo é necessário provar que determinada pessoa tenha sido exposta a risco.
- C) não poderá ser concedida liberdade provisória ao crime de comércio ilegal de arma de fogo.
- D) para a tipificação do crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido não é necessário que o armamento esteja municiado.
- E) o crime de tráfico internacional de arma de fogo não admite liberdade provisória.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Legislação Penal Especial / Crimes referentes à falência e à recuperação judicial ou extrajudicial

Fonte: DELEGADO / Polícia Civil/BA / 2018 / VUNESP

Q94.

Nos termos da Lei no 11.101/2005, é correto afirmar que o empresário que deixa de escriturar, antes da sentença que decretar a falência, os documentos de escrituração contábil obrigatórios

- A) não cometerá qualquer crime falimentar, pela ausência de previsão legal.
- B) cometerá um crime falimentar que exige para sua punição a ocorrência de uma condição objetiva da punibilidade.
- C) não cometerá um crime falimentar, pois o tipo penal contempla apenas a conduta de quem não elabora os documentos.
- D) não cometerá um crime falimentar, pois o tipo penal exige que a conduta do agente ocorra somente após a sentença.

- E) cometerá um crime falimentar que não exige para sua punição qualquer condição objetiva da punibilidade.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Legislação Penal Especial / Crimes referentes a drogas

Fonte: ANALISTA - ADVOGADO / CRBio / 2017 / VUNESP

Q95.

A, estudante de medicina, foi condenado por tráfico de drogas (art. 33, da Lei nº 11.343/06), em virtude de, nas dependências do Hospital da Universidade Federal Pública em que estuda, em comemoração ao aniversário de 21 (vinte e um) anos, fornecer, gratuitamente, aos demais colegas, drogas sintéticas (ecstasy). Em virtude de A ser primário, ostentar bons antecedentes, não se dedicar a atividade criminosa e nem integrar associação criminosa, o Juiz aplicou a causa de diminuição de pena, prevista no § 4º, art. 33, da Lei nº 11.343/06, no patamar máximo de 2/3 (dois terços), resultando pena de reclusão de 01 (um) ano e 08 (oito) meses, em regime inicialmente fechado. A respeito do caso hipotético, nos termos das legislações 8.072/90 (Crimes Hediondos) e 11.343/06 (Drogas), bem como da jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a afirmação correta.

- A) Em virtude de A ter sido condenado por tráfico de drogas, equiparado a crime hediondo, poderá progredir de regime após cumprir 3/5 (três quintos) da pena imposta, sendo vedada, contudo, a aplicação de anistia, graça e indulto.
- B) Uma vez aplicada causa de diminuição da pena, prevista no § 4º, art. 33, da Lei nº 11.343/06, o crime perde a natureza hedionda.
- C) Em virtude de o crime de tráfico de drogas ter ocorrido nas dependências de Universidade Federal Pública, o processo de A tramitou perante a Justiça Federal.
- D) Em virtude de A ter sido condenado por tráfico de drogas lhe é vedado recorrer em liberdade.
- E) Em sede de instrução do processo, na resposta, consistente em defesa preliminar, A pôde arrolar até 08 (oito) testemunhas de defesa.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Legislação Penal Especial / Crime de organização criminosa

Fonte: ESCRIVÃO / Polícia Civil/SP / 2018 / VUNESP

Q96.

Com relação à infiltração de agentes prevista na Lei nº 12.850/2013 (Organização Criminosa), é correto afirmar que

- A) somente é possível por meio de representação de Delegado de Polícia.
- B) é autorizada, em qualquer hipótese, para investigação de todos os crimes apenados com reclusão.
- C) é autorizada somente na fase de investigação policial e para os crimes apenados com reclusão.
- D) será autorizada pelo prazo de até 6 (seis) meses, sem prejuízo de eventuais renovações, desde que comprovada sua necessidade.
- E) na hipótese de representação do delegado de polícia, o juiz competente, poderá autorizar, mesmo sem a manifestação do Ministério Público.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Princípios que regem o processo penal

Q97.

A respeito do princípio constitucional do juiz natural, é correto afirmar que, na fase investigatória,

- A) ele é representado pelo delegado de polícia, que atua na presidência do inquérito policial e concretiza as medidas legais.
- B) não há, uma vez que para sua existência é imprescindível que haja o contraditório formal e a ampla defesa.
- C) não existe, pois nesta fase a autoridade judiciária exerce tão somente atividade correcional e nunca jurisdicional propriamente dita.
- D) poderá haver tão somente na hipótese de decretação de medidas que cerceiem a liberdade do investigado.
- E) ele é representado pelo juiz de direito que concede prazos, autoriza diligências e determina medidas restritivas.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Aplicação e interpretação da lei processual

Fonte: ADVOGADO / Câmara de Registro/SP / 2016 / VUNESP

Q98.

Assinale a alternativa correta.

- A) O prazo penal tem contagem diversa da dos prazos processuais e o dia do começo inclui-se no cômputo do prazo, ainda que se trate de fração de dia.
- B) As regras gerais do Código Penal sempre terão aplicação aos fatos incriminados por lei especial.
- C) Nas penas privativas de liberdade desprezam-se as frações de dias, o mesmo não ocorrendo nas penas restritivas de direitos.
- D) A lei penal não contém dispositivo a respeito da prorrogação dos prazos penais e, assim, podem ser prorrogáveis.
- E) Os prazos prescricionais e decadenciais são prazos de direito processual e não material.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Inquérito policial, Investigação Criminal

Fonte: PAPILOSCOPISTA / Polícia Civil/SP / 2018 / VUNESP

Q99.

A respeito do inquérito policial, procedimento disciplinado pelo Código de Processo Penal, é correto afirmar que

- A) os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão os autos do inquérito.
- B) ao término do inquérito, a autoridade policial fará minucioso relatório do que tiver sido apurado e enviará os autos ao membro do ministério público, não podendo o juiz competente tomar conhecimento dos fatos apurados antes, sob pena de nulidade.
- C) nos crimes de ação privada, a autoridade policial poderá determinar a instauração de inquérito, ainda que não haja requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.
- D) o inquérito, nos crimes em que a ação pública é condicionada, poderá ser iniciado sem representação, desde que mediante despacho fundamentado da autoridade policial competente.

- E) o inquérito não acompanhará a denúncia ou queixa, ainda que sirva de base a uma ou outra.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Ação Penal

Fonte: INVESTIGADOR / Polícia Civil/SP / 2018 / VUNESP

Q100.

O crime de estupro cometido contra vítima de 17 anos não vulnerável (CP, art. 213), o crime de estupro de vulnerável (CP, art. 217-A) e o crime de assédio sexual cometido contra vítima de 21 anos não vulnerável (CP, art. 216-A) são processados, respectivamente, por

- A) ação pública incondicionada; ação pública incondicionada; ação penal privada.
- B) ação pública incondicionada; ação pública condicionada à representação; ação pública condicionada à representação.
- C) ação pública condicionada à representação; ação pública incondicionada; ação pública condicionada à representação.
- D) ação pública incondicionada; ação pública incondicionada; ação pública condicionada à representação.
- E) ação pública condicionada à representação; ação pública condicionada à representação; ação penal privada.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Jurisdição e Competência

Fonte: ANALISTA - ADVOGADO / CRBio / 2017 / VUNESP

Q101.

De acordo com o Código de Processo Penal Brasileiro, a respeito de competência, assinale a alternativa correta.

- A) Nos casos de crimes conexos, de competência federal e estadual, uma vez unificados os processos, para julgamento único perante a Justiça Federal, a extinção da punibilidade do crime de competência federal faz cessar a competência da Justiça Federal, com a remessa do processo à Justiça Estadual.
- B) Conhecido o lugar da infração, mas estando o réu em lugar incerto e não sabido, será competente o Juiz que primeiro tomar conhecimento do fato.
- C) Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá escolher entre o foro do domicílio do réu e o do lugar da infração para propor a queixa crime.
- D) Os processos por crime contra a honra das pessoas que a Constituição sujeita à jurisdição do Supremo Tribunal Federal serão julgados por este.
- E) Os crimes praticados a bordo de aeronave nacional, dentro do espaço aéreo correspondente ao território brasileiro, serão processados e julgados pelo Juízo da Capital da República.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Questões e processos incidentes

Fonte: PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO / MPE/ES / 2016 / VUNESP

Q102.

De acordo com o Código de Processo Penal, a arguição de suspeição do promotor de justiça suscitada em primeira instância será decidida pelo

- A) procurador geral de justiça, com direito a recurso.
- B) Tribunal de Justiça, sem a possibilidade de recurso.
- C) juiz de direito, com direito a recurso.
- D) juiz de direito, sem direito a recurso.
- E) procurador geral de justiça, sem direito a recurso.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Prova

Fonte: INVESTIGADOR / Polícia Civil/SP / 2018 / VUNESP

Q103.

No que concerne ao regramento geral das provas no CPP,

- A) o juiz pode formar sua convicção exclusivamente baseado nos elementos informativos colhidos na investigação.
- B) são inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.
- C) são inadmissíveis, sem exceção, as provas derivadas das ilícitas.
- D) no curso da instrução é vedado ao juiz, por sua iniciativa, determinar diligência para dirimir dúvida sobre ponto relevante.
- E) quanto ao estado das pessoas, não se observará qualquer restrição estabelecida na lei civil, dada a busca da verdade real que norteia o processo penal.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Sujeitos do processo

Fonte: INVESTIGADOR / Polícia Civil/BA / 2018 / VUNESP

Q104.

Quanto aos assistentes de acusação, o Código de Processo Penal estabelece que

- A) o assistente é aquele que oferece a denúncia, na hipótese de inércia do Ministério Público nos crimes de ação penal pública.
- B) a morte do ofendido obsta que outrem atue ao lado do Ministério Público, no polo ativo.
- C) na hipótese de ação penal privada, poderá haver a assistência de acusação tão somente se houver pluralidade de ofendidos.
- D) na hipótese de morte do ofendido, poderão habilitar-se como assistente seu cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- E) a assistência inicia-se com a denúncia e conclui-se, em havendo interesse do ofendido, com o término da execução da pena.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Prisão e medidas cautelares pessoais alternativas à prisão

Fonte: INVESTIGADOR / Polícia Civil/SP / 2018 / VUNESP

Q105.

Entre outras hipóteses, de acordo com os expressos termos do art. 318 do CPP, poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for

- A) portador de diploma de nível superior.
- B) portador de neoplasia maligna (câncer), em qualquer estágio.
- C) arrimo de família.
- D) homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos.
- E) maior de 70 (setenta) anos.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Fatos e atos processuais

Fonte: TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ADMINISTRATIVA / MPE/SE / 2013 / FCC

Q106.

Em relação aos prazos no processo penal, é correto afirmar que

- A) se interrompem por férias, domingos ou feriados.
- B) não se computará no prazo o dia do começo.
- C) o prazo que terminar em domingo ou dia feriado considerar-se-á vencido no dia útil anterior.
- D) salvo casos expressos, os prazos correrão da juntada aos autos do mandado certificada pelo oficial de justiça.
- E) exclui-se da contagem do prazo processual, o dia do vencimento.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Citação, notificação e intimação

Fonte: ESCRIVENTE TÉCNICO JURÍDICO / TJ/SP / 2017 / VUNESP

Q107.

Estabelece o CPP em seu art. 353 que, quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado mediante

- A) precatória.
- B) carta com aviso de recebimento, "de mão própria".
- C) edital.
- D) videoconferência.
- E) qualquer meio que o juiz entenda idôneo.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Sentença; Coisa Julgada

Fonte: PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO / MPE/ES / 2016 / VUNESP

Q108.

X foi denunciado pelas práticas dos crimes de estelionato e falsificação de documento público. Nos memoriais, o Ministério Público requereu a condenação de X nos termos da denúncia, enquanto a defesa requereu a absolvição de X por falta de provas. O juiz da causa, entretanto, por entender que a prova existente nos autos trouxe elementos novos aos fatos narrados na inicial acusatória, condenou X por extorsão. Considerando os fatos apresentados, assinale a alternativa correta.

- A) Tendo em vista o desrespeito ao princípio da *ne reformatio in pejus*, a sentença é nula.
- B) Trata-se de sentença válida, pois o juiz pode decidir livremente, desde que o faça de maneira motivada.
- C) A sentença está perfeita tecnicamente por existirem elementos nos autos que autorizam a condenação por

crime mais grave; assim, estão devidamente respeitadas as garantias processuais, em especial o princípio do nemo tenetur se detegere.

- D) Tratase de hipótese de emendatio libeli; por esse fundamento, o juiz pode atribuir definição jurídica diversa ao fato, ainda que tenha que aplicar pena mais grave.
- E) Tratase de hipótese de mutatio libeli, e por não ter sido aditada a denúncia nem tampouco ouvida a defesa a sentença é nula.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Procedimento comum

Fonte: ESCREVENTE TÉCNICO JURÍDICO / TJ/SP / 2017 / VUNESP

Q109.

De acordo com o texto expresso do art. 397 do CPP, o juiz deverá absolver sumariamente o acusado no processo penal quando verificar

- A) extinta a punibilidade do agente.
- B) falta de justa causa para o exercício da ação penal.
- C) que a denúncia é manifestamente inepta.
- D) falta de condição para o exercício da ação penal.
- E) falta de pressuposto processual.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Procedimento nos processos de competência do Tribunal do Júri

Fonte: ESCREVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO (INTERIOR) / TJ/SP / 2018 / VUNESP

Q110.

Com relação ao procedimento relativo aos processos de competência do tribunal do júri, assinale a alternativa correta.

- A) Pronunciado o acusado, remetidos os autos ao tribunal do júri, será a defesa intimada para apresentar o rol de testemunhas que irão depor, em plenário, até o máximo de 08 (oito).
- B) Constituirão o Conselho de Sentença, em cada sessão de julgamento, 07 (sete) jurados, sorteados dentre os alistados, aplicando-se a eles o disposto sobre os impedimentos, a suspeição e as incompatibilidades dos juízes togados.
- C) Encerrada a instrução preliminar, o juiz, fundamentadamente, pronunciará ou impronunciará o acusado, não cabendo, nessa fase, a absolvição sumária.
- D) Contra a sentença de impronúncia do acusado caberá recurso em sentido estrito.
- E) O risco à segurança pessoal do acusado não enseja desaforamento do julgamento para outra comarca, sendo motivo justificante a dúvida razoável sobre a imparcialidade do júri.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Lei dos Juizados especiais criminais

Fonte: ESCRIVÃO / Polícia Civil/SP / 2018 / VUNESP

Q111.

Nos termos da Lei nº 9.099/95, com as alterações feitas pela Lei nº 11.313/06 (Lei dos Juizados Especiais Criminais), é correto afirmar que

- A) além das hipóteses do Código Penal e da legislação especial, dependerá de representação a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais dolosas e lesões culposas leves.

- B) consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a um ano, prevendo ou não a lei procedimento especial.
- C) consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais a que a lei comine pena máxima não superior a um ano, prevendo ou não a lei procedimento especial.
- D) além das hipóteses do Código Penal e da legislação especial, dependerá de representação a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas.
- E) a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais leves independe de representação da vítima lesionada, entretanto, se o crime for de lesão corporal culposa, há necessidade da representação.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Nulidades

Fonte: PROCURADOR DO MUNICÍPIO / Pref. Rosana/SP / 2016 / VUNESP

Q112.

É correto afirmar que

- A) a nulidade ocorrerá por incompetência, suspeição, impedimento ou suborno do juiz.
- B) caberá apelação da decisão que anula o processo da instrução criminal, no todo ou em parte.
- C) a nulidade do julgamento em plenário, em audiência ou em sessão do tribunal, poderá ser arguida logo depois que ocorrer ou por ocasião da interposição do recurso.
- D) a incompetência do juízo anula os atos ordinatórios e decisórios, devendo o processo, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente.
- E) a nulidade por ilegitimidade do representante da parte poderá ser a todo tempo sanada, mediante ratificação dos atos processuais.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Recursos e outros meios de impugnação / Teoria Geral dos Recursos

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL / TRF 3ª / 2014 / FCC

Q113.

A defesa de Alyson pretende alegar que o recurso de apelação interposto pelo Representante do Ministério Público é intempestivo. O termo inicial de contagem do prazo recursal para o Ministério Público se dá

- A) da intimação operada no órgão de imprensa oficial.
- B) a partir da entrega dos autos em setor administrativo do Ministério Público.
- C) do momento em que o Representante do Ministério Público apõe seu ciente nos autos.
- D) do termo de vista.
- E) do termo de vista ou da intimação operada no órgão de imprensa oficial, contando-se o termo inicial a partir da data da segunda intimação.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Recursos e outros meios de impugnação / Apelação; Recurso em sentido estrito; Embargos; Carta testemunhável; Correição parcial

Fonte: ESCREVENTE TÉCNICO JURÍDICO / TJ/SP / 2017 / VUNESP

Q114.

No julgamento dos recursos de apelação, expressamente de acordo com os artigos 616 e 617 do CPP, poderá o tribunal, câmara ou turma

- A) analisar a matéria em toda a sua extensão sem, contudo, produzir novas provas.
- B) agravar a pena, mesmo quando somente o réu houver apelado da sentença.
- C) analisar a matéria em toda a sua extensão sem, contudo, produzir novas provas, exceto proceder a novo interrogatório do acusado.
- D) condenar o acusado absolvido em sentença de primeiro grau, mesmo que a parte acusatória não tenha apelado.
- E) proceder a novo interrogatório do acusado, reinquirir testemunhas ou determinar outras diligências.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Recursos e outros meios de impugnação / Habeas corpus

Fonte: INVESTIGADOR / Polícia Civil/BA / 2018 / VUNESP

Q115.

O cumprimento de um alvará de soltura clausulado expedido pela autoridade judiciária em sede de habeas corpus significa que

- A) o paciente deverá ser imediatamente solto, independentemente de qualquer outra cláusula ou condição.
- B) a soltura do paciente apenas poderá ocorrer depois de autorizada pelo juízo que havia determinado a prisão objeto da impetração.
- C) somente poderá ocorrer a soltura do paciente se ele aceitar submeter-se a medida cautelar diversa da prisão.
- D) o paciente deverá ser solto imediatamente, desde que não haja outro motivo legal para mantê-lo preso.
- E) o paciente será solto tão logo haja demonstração da justeza dos motivos alegados na impetração.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Recursos e outros meios de impugnação / Mandado de segurança em matéria criminal

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRF 3ª / 2014 / FCC

Q116.

No curso de ação penal, o Representante do Ministério Público requereu ao Juízo Federal pedido de diligência para que fossem obtidas judicialmente certidões de antecedentes criminais das Justiças Estadual e Federal dos locais do fato, do nascimento e residência de réu. O juiz indeferiu o pedido, sob argumento de que, no processo penal de modelo acusatório, o Ministério Público tem o ônus da prova criminal, daí seu dever de apresentar as respectivas certidões de antecedentes criminais. Contra esta decisão cabe

- A) mandado de segurança.
- B) apelação.
- C) recurso em sentido estrito.
- D) carta testemunhável.
- E) habeas corpus.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Execução Penal / Execução das penas privativas de liberdade / Autorizações de saída

Fonte: INVESTIGADOR / Polícia Civil/SP / 2018 / VUNESP

Q117.

Nos termos da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal), os condenados que cumprem pena em regime fechado ou semiaberto e os presos provisórios poderão obter permissão para sair do estabelecimento, mediante escolha, quando ocorrer, entre outros, o seguinte fato:

- A) frequência a curso supletivo profissionalizante, bem como de instrução do 2o grau ou superior, na Comarca do Juízo da Execução.
- B) falecimento ou doença grave do cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão.
- C) participação em atividades que concorram para o retorno ao convívio social.
- D) necessidade de visita a integrantes de sua família.
- E) frequência a Curso do Ensino Médio ou Superior, na Comarca do Juízo da Execução.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Execução Penal / Execução das penas privativas de liberdade / Remição

Fonte: DEFENSOR PÚBLICO DE CLASSE INICIAL / DPE/RS / 2011 / FCC

Q118.

De acordo com a Lei de Execução Penal, incumbe à Defensoria Pública requerer a detração e a remição da pena. A respeito desses dois institutos é correto afirmar:

- A) O preso impossibilitado de prosseguir no trabalho, por acidente, continuará a beneficiar-se com a remição.
- B) Pelo instituto da remição, o período de prisão provisória por fato que resultou a condenação executada deve ser considerado no cômputo do cumprimento da pena imposta pela sentença.
- C) A detração consiste na possibilidade de o apenado diminuir parte do tempo de execução da pena pelo trabalho, sendo que a contagem do tempo para tal fim será feita à razão de 1 (um) dia de pena por 3 (três) de trabalho.
- D) O tempo remido não é computado para a concessão do indulto, somente para o deferimento do livramento condicional.
- E) O condenado que for punido por falta grave perderá o direito ao tempo detraído, começando o novo período a partir da data da infração disciplinar.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Disposições processuais penais em leis especiais / Prisão temporária

Fonte: INVESTIGADOR / Polícia Civil/SP / 2018 / VUNESP

Q119.

Observados os demais requisitos previstos na Lei nº 7.960/89 (Prisão Temporária), caberá prisão temporária quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado, entre outros, nos seguintes crimes:

- A) roubo, estupro e epidemia com resultado de morte.
- B) tráfico de drogas, roubo e concussão.
- C) peculato, concussão e prevaricação.
- D) cárcere provado, homicídio culposo e extorsão.
- E) genocídio, terrorismo e peculato.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Disposições processuais penais em leis especiais / Identificação criminal

Fonte: AUXILIAR DE PAPILOSCOPISTA / Polícia Civil/SP / 2018 / VUNESP

Q120.

Segundo a Lei Federal no 12.037/2009, em seu artigo 3o, embora apresentado documento de identificação, poderá ocorrer identificação criminal quando

- A) o documento for emitido em Unidade da Federação diferente da que está sendo apresentada.
- B) a identificação civil for essencial às investigações policiais, segundo despacho da autoridade judiciária competente, que decidirá de ofício ou mediante representação da autoridade policial, do Ministério Público ou da defesa.

- C) constar de registros policiais o uso de outros nomes ou diferentes qualificações.
- D) o indiciado portar documentos de identidade fornecendo sua qualificação.
- E) o documento apresentar data de emissão anterior à publicação da Lei Federal.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Disposições processuais penais em leis especiais / Violência doméstica e familiar contra a mulher

Fonte: DELEGADO / Polícia Civil/BA / 2018 / VUNESP

Q121.

A retratação da representação, de acordo com o art. 25 do CPP e do art. 16 da Lei no 11.340/06 (Lei Maria da Penha), respectivamente,

- A) é admitida até o recebimento da denúncia; não é admitida.
- B) é admitida até o recebimento da denúncia; só será admitida perante o juiz, antes do recebimento da denúncia.
- C) é inadmitida; só será admitida perante o juiz, antes do recebimento da denúncia.
- D) é inadmitida depois de oferecida a denúncia; não é admitida.
- E) é inadmitida depois de oferecida a denúncia; só será admitida perante o juiz, antes do recebimento da denúncia.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Disposições processuais penais em leis especiais / Crimes de drogas

Fonte: PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO / MPE/ES / 2016 / VUNESP

Q122.

No procedimento da Lei de drogas,

- A) a sentença, absolutória ou condenatória, não se fundamentará nos artigos 386 ou 387 do CPP, mas sim em uma das hipóteses específicas descritas na Lei de drogas.
- B) na audiência de instrução e julgamento após a inquirição das testemunhas da defesa e da acusação, as partes terão 30 minutos cada para sustentação oral, sendo que, diante da complexidade da causa, esse prazo poderá ser prorrogado por mais 10 minutos.
- C) o momento oportuno para a acusação requerer as provas é o da denúncia, e o da defesa, a defesa prévia, entretanto, os princípios da verdade real e da ampla defesa permitem, se necessário, que a prova seja determinada a qualquer tempo.
- D) após a audiência de instrução e julgamento, o Ministério Público e o Defensor do acusado terão o prazo de 10 dias para a entrega de memoriais escritos.
- E) encerrados os debates orais, o juiz terá o prazo máximo de 30 dias para proferir a sentença.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Disposições processuais penais em leis especiais / Interceptação (ou escuta) telefônica

Fonte: ESCRIVÃO / Polícia Civil/SP / 2018 / VUNESP

Q123.

Diante de uma investigação policial de um crime apenado com detenção, e verificando a necessidade de interceptação da comunicação telefônica, é correto afirmar que

- A) não deverá ser solicitada ao Poder Judiciário, pois não é admitida nos crimes apenados por detenção.
- B) a autoridade policial deverá requerer ao Poder Judiciário que a decretará por prazo não superior a 20 (vinte) dias.
- C) poderá ser decretada pela autoridade policial pelo prazo de 20 (vinte) dias, sendo necessária a remessa da documentação ao Ministério Público para fiscalização da atividade policial.
- D) poderá ser solicitada ao Poder Judiciário, mesmo na hipótese de a prova ter possibilidade de ser realizada por outros meios disponíveis.
- E) a autoridade policial deverá requerer ao Ministério Público que a decretará por prazo não superior a 20 (vinte) dias.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Disposições processuais penais em leis especiais / Abuso de Autoridade

Fonte: INVESTIGADOR / Polícia Civil/SP / 2018 / VUNESP

Q124.

Nos termos da Lei nº 4.898/65 (Lei de Abuso de Autoridade), é correto afirmar:

- A) o processo administrativo não poderá ser sobrestado para o fim de aguardar a decisão da ação penal ou civil.
- B) o direito de representação será exercido por meio de petição dirigida exclusivamente ao Ministério Público.
- C) não constitui abuso de autoridade deixar o Juiz de ordenar o relaxamento de prisão ou detenção ilegal que lhe seja comunicada.
- D) não contempla qualquer sanção administrativa.
- E) a legislação possui penal de reclusão para determinadas modalidades de abuso.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Pref. Porto Ferreira/SP / 2017 / VUNESP

Q125.

Assinale a alternativa correta sobre as técnicas e consequências da elaboração, redação, alteração e promulgação das leis.

- A) A menor unidade de desdobramento dos artigos de lei é a alínea.
- B) A lei nova, incompatível com lei anterior, não tem, por si só, o efeito de revogar a mais antiga.
- C) Na elaboração das leis deve-se evitar o emprego de sinonímia de propósito estilístico.
- D) Na alteração de texto de lei é permitida a renumeração de artigos, devendo ser lançado ao final a expressão “renumerado” e a respectiva lei que o alterou.
- E) Deve-se utilizar nos textos de lei, quando possível, expressão que confira duplo sentido, oportunizando maior discricionariedade ao intérprete.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Das pessoas / Das pessoas naturais e jurídicas / Personalidade e da capacidade

Fonte: AGENTE FISCAL TRIBUTÁRIO / Pref. Suzano/SP / 2016 / VUNESP

Q126.

Assinale a alternativa correta sobre a capacidade civil e sobre os direitos inerentes à personalidade, de acordo com as disposições do Código Civil de 2002.

- A) São considerados absolutamente incapazes de exercer os atos da vida civil os menores de 16 (dezesesseis) anos, os ébrios habituais e os viciados em tóxicos.
- B) São registradas em registro público a emancipação, a interdição e a sentença declaratória de ausência e de morte presumida.
- C) Os absolutamente incapazes em razão da idade não podem ser proprietários de bens imóveis, ressalvada a hipótese de titularidade por herança.
- D) Se duas pessoas falecerem na mesma ocasião, não se podendo constatar aquele que faleceu primeiro, presumir-se-á que faleceu primeiro o mais velho.
- E) A pessoa jurídica, por se tratar de uma ficção, não goza de proteção dos direitos da personalidade.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Das pessoas / Das pessoas naturais e jurídicas / Dos direitos da personalidade

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Câmara de Mogi das Cruzes/SP / 2017 / VUNESP

Q127.

Cláudia, apresentadora de um telejornal na televisão aberta, teve sua foto na praia divulgada em revista de circulação nacional. Além da foto divulgada, a revista fez uma matéria afirmando que Cláudia estaria usufruindo suas férias com dinheiro ilícito. Um escritório de contabilidade aproveitou a foto e a notoriedade do fato para fazer propaganda dos serviços oferecidos pelo escritório.

Diante dos fatos narrados, responda corretamente.

- A) É civilmente responsável pelo ressarcimento de dano, decorrente de publicação pela imprensa, apenas o autor do escrito.
- B) Para Cláudia ter direito a indenização, é necessário fazer prova do prejuízo sofrido.
- C) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.
- D) Por se tratar de fato notório, o escritório de contabilidade pode usar o nome de Cláudia em propaganda comercial.
- E) Não é cabível indenização por dano moral no caso descrito uma vez que a publicação das fotos de Cláudia não causaram a ela dor e sofrimento.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Das pessoas / Das pessoas naturais e jurídicas / Da ausência

Fonte: TÉCNICO MINISTERIAL - ADMINISTRATIVO / MPE/PE / 2012 / FCC

Q128.

Verusca, quarenta e dois anos de idade, é solteira, mãe de Lucas, de vinte e três anos de idade, e de Carlos, de 20 anos de idade. É filha de Sandoval, sessenta anos de idade. Verusca residia com seus filhos e era vizinha de seu pai, já que sua mãe é falecida. Em janeiro de 2012 ela desapareceu de seu domicílio sem deixar notícias, bem como sem deixar representante ou procurador a quem caiba administrar-lhe os bens. Neste caso, em regra,

- A) não há como declarar a ausência de Verusca, uma vez que a mesma possuía endereço certo e desapareceu há menos de dois anos, prazo legal previsto no Código Civil brasileiro.
- B) na declaração de ausência de Verusca será nomeado, obrigatoriamente, seu legítimo curador: Lucas.
- C) não há como declarar a ausência de Verusca, uma vez que a mesma possuía endereço certo e desapareceu há menos de seis meses, prazo legal previsto no Código Civil brasileiro.

- D) na declaração de ausência de Verusca será nomeado seu legítimo curador: Sandoval.
- E) na declaração de ausência de Verusca será nomeado seu legítimo curador: Lucas ou Carlos.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Das pessoas / Das pessoas jurídicas / Disposições gerais; Constituição, extinção, responsabilidade

Fonte: ADVOGADO / CEAGESP / 2016 / VUNESP

Q129.

Assinale a alternativa correta sobre as pessoas jurídicas de direito privado.

- A) É vedada, no ordenamento jurídico brasileiro, a criação de empresa individual de responsabilidade limitada.
- B) Se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, poderá o interessado requerer judicialmente a nomeação de administrador provisório.
- C) De acordo com o Código Civil de 2002, as disposições concernentes às associações não se aplicam subsidiariamente às sociedades simples.
- D) É imprescritível o direito de pleitear a anulação da constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato.
- E) Começa a existência legal de uma sociedade empresária com a assinatura de seu ato constitutivo pelos sócios.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Das pessoas / Das pessoas jurídicas / Associações, fundações e sociedades

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TST / 2017 / FCC

Q130.

São pessoas jurídicas de direito privado:

- A) as associações, as fundações, as sociedades, as organizações religiosas e as empresas individuais de responsabilidade limitada, enquanto a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios são pessoas jurídicas de direito público externo.
- B) as fundações, as sociedades, as organizações religiosas e as empresas individuais de responsabilidade limitada, enquanto as autarquias, as associações públicas e os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público interno.
- C) as associações, os partidos políticos, as fundações, as sociedades, as organizações religiosas e as empresas individuais de responsabilidade limitada, enquanto a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios são pessoas jurídicas de direito público interno.
- D) as associações, as fundações e os partidos políticos, sendo que as empresas individuais de responsabilidade limitada não são consideradas pessoas jurídicas, pois se confundem com pessoa natural do seu titular.
- E) as associações, as sociedades e as empresas individuais de responsabilidade limitada, enquanto a União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios, as autarquias e as organizações religiosas são pessoas jurídicas de direito público interno.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Das pessoas / Das pessoas jurídicas / Desconsideração da personalidade jurídica

Fonte: PROCURADOR DA PROCURADORIA ESPECIAL / TCM/RJ / 2015 / FCC

Q131.

Em execução movida contra sociedade limitada fundada em contrato de empréstimo bancário, após frustradas todas as tentativas de encontrar bens sociais passíveis de penhora, o banco exequente requereu a desconsideração da personalidade jurídica a fim de que fossem penhorados bens particulares dos sócios e dos administradores da empresa executada. Nesse caso,

- A) ainda que demonstrado o abuso da personalidade jurídica por parte da sociedade executada, somente os bens dos sócios poderão ser penhorados, já que a lei é omissa quanto à possibilidade de extensão das obrigações sociais aos bens particulares dos

administradores.

- B) se deferida judicialmente a desconsideração da personalidade jurídica, a sociedade dissolve-se de pleno direito, exceto se a extensão das obrigações sociais se limitar aos bens particulares dos administradores.
- C) demonstrado o abuso da personalidade por parte da sociedade executada, caracterizado pelo desvio da personalidade, os bens dos sócios e dos administradores poderão ser penhorados, disso não resultando a dissolução de pleno direito da sociedade.
- D) a demonstração da insolvabilidade da sociedade executada é suficiente para o acolhimento do pedido em relação aos sócios, mas não em relação aos administradores, cujos bens só poderão ser penhorados se tiverem concorrido para o abuso da personalidade jurídica.
- E) o pedido deve ser indeferido, pois não se admite a desconsideração da personalidade jurídica no âmbito de relações puramente empresariais.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Das pessoas / Do domicílio

Fonte: PROCURADOR MUNICIPAL / Pref. Sertãozinho/SP / 2016 / VUNESP

Q132.

Sobre as regras de domicílio, é correto afirmar que

- A) se considera como domicílio da União todas as capitais dos Estados da federação.
- B) as sociedades empresárias possuem domicílio no endereço de qualquer de seus sócios.
- C) o marítimo e o militar, em razão de suas atribuições, possuem domicílio itinerante.
- D) o servidor público possui domicílio necessário.
- E) o domicílio do Município é eleito pelo seu prefeito.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Dos bens / Dos bens considerados em si mesmos (bens imóveis, móveis, fungíveis e consumíveis, divisíveis, singulares e coletivos)

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Câmara de Poá/SP / 2016 / VUNESP

Q133.

As telhas da igreja matriz no centro de Poá foram retiradas para reforma e restauração. Diante dessa situação, acerca da tutela de bens jurídicos, é correto afirmar que as telhas do caso

- A) serão sempre consideradas bens móveis, independentemente de estarem fora da construção durante a reforma.
- B) serão consideradas como bens móveis somente durante o prazo da restauração.
- C) retiradas do teto da igreja, caso se resolva descartá-las na qualidade de materiais de demolição, serão consideradas bens móveis.
- D) serão sempre consideradas bens fungíveis.
- E) serão sempre consideradas bens móveis, mesmo que já estivessem recolocadas após a restauração.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Dos bens / Dos bens reciprocamente considerados

Fonte: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR - ADVOGADO / Pref. Teresina/PI / 2016 / FCC

Q134.

Os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro bem, denominam-se

- A) benfeitorias voluptuárias.
- B) produtos.
- C) benfeitorias necessárias.
- D) benfeitorias úteis.
- E) pertenças.

Direito Civil / Dos bens / Bens públicos e particulares

Fonte: AGENTE FISCAL TRIBUTÁRIO / Pref. Suzano/SP / 2016 / VUNESP

Q135.

É correto afirmar que os bens públicos de uso especial

- A) não podem servir para o estabelecimento da administração de autarquias.
- B) são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação.
- C) podem ser usucapidos, cumpridos os requisitos legais.
- D) podem ser penhorados para honrar dívidas da Administração Pública com particulares.
- E) são regidos pelas regras e estruturas típicas do direito privado.

Direito Civil / Dos fatos jurídicos / Do negócio jurídico / Modalidade, forma, defeitos e nulidades; Da interpretação do negócio jurídico

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Câmara de Marília/SP / 2016 / VUNESP

Q136.

Assinale a alternativa correta sobre os negócios jurídicos.

- A) É anulável o negócio jurídico quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.
- B) É essencial a escritura pública para transferência da propriedade de imóvel cujo valor seja superior a trinta vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- C) Nos negócios jurídicos celebrados pela forma escrita, prevalecerá o sentido literal da linguagem à efetiva intenção das partes.
- D) São nulos os negócios jurídicos celebrados por menores, relativa ou absolutamente incapazes.
- E) A execução voluntária de um negócio jurídico anulável, cujo vício é de conhecimento do devedor, não implica na extinção das ações que este dispunha em face da outra parte.

Direito Civil / Dos fatos jurídicos / Do negócio jurídico / Da condição, do termo e do encargo

Fonte: ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE TRANSPORTE III - DIREITO / ARTESP / 2017 / FCC

Q137.

Os elementos acidentais do negócio jurídico podem ser definidos como cláusulas que se acrescentam com o objetivo de modificar uma ou algumas das consequências naturais do negócio em questão. Constitui exemplo de cláusulas de tal natureza admitidas pelo ordenamento jurídico vigente:

- A) Condição resolutiva, de cuja ocorrência depende a eficácia do negócio jurídico, não se admitindo o caráter aleatório.
- B) Condição suspensiva, a qual, uma vez implementada, susta os efeitos do negócio jurídico, sendo admissível apenas para contratos de trato sucessivo.
- C) Modo, que difere a exigibilidade do negócio jurídico para momento futuro ou o torna exigível em prestações sucessivas.
- D) Termo, que, por vontade das partes, subordina os efeitos do ato negocial a um evento futuro e incerto, podendo ser inicial ou final.
- E) Encargo, que, enquanto não realizado, suspende o exercício ou aquisição do direito objeto do negócio jurídico, não podendo ser desproporcional ou desarrazoado.

Direito Civil / Dos fatos jurídicos / Do negócio jurídico / Dos defeitos do negócio jurídico

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Pref. Alumínio/SP / 2016 / VUNESP

Q138.

Haverá simulação nos negócios jurídicos quando

- A) o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.
- B) os instrumentos particulares forem antedatados, ou pós-datados.
- C) tiver por objetivo fraudar lei imperativa.
- D) não revestir a forma prescrita em lei.
- E) for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Dos fatos jurídicos / Do negócio jurídico / Da invalidade e da ineficácia do negócio jurídico

Fonte: ANALISTA - ADVOGADO / CRBio / 2017 / VUNESP

Q139.

Assinale a alternativa correta sobre a validade dos negócios jurídicos.

- A) O prazo decadencial para pleitear a anulação de negócio jurídico celebrado por pessoa relativamente incapaz é de 4 (quatro) anos, contados da data da celebração do negócio.
- B) Em caso de simulação do negócio jurídico, subsistirá o negócio dissimulado, se válido for na forma e substância.
- C) A invalidade do instrumento implica na invalidade do próprio negócio jurídico, ainda que este puder provar-se por outro meio.
- D) É anulável o negócio jurídico quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.
- E) É absolutamente nulo o negócio jurídico realizado sob coação.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Dos fatos jurídicos / Dos atos ilícitos

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA ESPECIALIDADE OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL / TRT 3ª / 2015 / FCC

Q140.

Leonardo adquiriu de Paulo carregamento de celulares falsificados, combinando pagar por eles quando da entrega, que, se não efetivada, daria ao adquirente direito a postular cumprimento forçado da obrigação. Em não tendo havido a entrega, Leonardo ajuizou ação contra Paulo, que, em contestação, não suscitou ser ilegal o negócio, confessou a obrigação e dispôs-se a cumpri-la espontaneamente. O cumprimento da obrigação

- A) não poderá ocorrer, devendo o juiz declarar, de ofício, a nulidade do negócio.
- B) deverá ocorrer, tendo em vista que os negócios jurídicos anuláveis são passíveis de convalidação, ainda que tácita.
- C) deverá ocorrer, tendo em vista que as nulidades não podem ser apreciadas de ofício.
- D) deverá ocorrer, tendo em vista que os negócios jurídicos anuláveis são passíveis de convalidação, desde que expressa.
- E) não poderá, a princípio, ocorrer, devendo o juiz anular o negócio jurídico, salvo se, quando do ajuizamento da ação, já houver transcorrido prazo de 4 anos.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Dos fatos jurídicos / Da prescrição e da decadência

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Pref. Marília/SP / 2017 / VUNESP

Q141.

Maria vendeu um imóvel a João, pelo valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na data de 01.01.2004. Foi assinado um instrumento público de compromisso de

compra e venda, estipulando que João deveria pagar o valor devido a Maria em 24 parcelas. Foi prevista cláusula resolutiva expressa, a partir do 30º dia do inadimplemento de qualquer parcela. A primeira parcela venceu no dia 01.03.2004. Em razão do cumprimento do contrato, credor e devedor se encontravam todo mês. Eles iniciaram um relacionamento amoroso e casaram em 01.07.2004. Na data do casamento, haviam sido pagas 3 parcelas, tendo sido a última parcela paga no dia 01.05.2004; a 4ª parcela venceria no dia 01.06.2004 e não foi paga. A partir do casamento, nada mais foi pago. O relacionamento, entretanto, era conturbado e, em 01.07.2011, houve o divórcio. Após o divórcio, Maria ingressou na carreira de Diplomata, tendo iniciado o exercício de suas funções no consulado do Egito em 01.07.2015, somente retornando ao Brasil em 01.07.2016. Após o retorno ao Brasil ajuizou, em 30.06.2017, uma ação de execução de título executivo extrajudicial, para obter os valores não pagos por João, que foi citado em 01.08.2017.

É correto afirmar que a execução judicial

- A) deve ser admitida, tendo em vista que a dívida somente prescreverá em 01.07.2021.
- B) deverá ser extinta, tendo em vista que a dívida prescreveu em 01.07.2009.
- C) deverá ser extinta, tendo em vista que a dívida prescreveu em 01.07.2017, data anterior à citação.
- D) deve ser admitida, tendo em vista que o ajuizamento da ação se deu antes da data da prescrição.
- E) deverá ser extinta, tendo em vista que a dívida prescreveu em 01.07.2016.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Da forma e da prova

Fonte: ANALISTA - ADVOGADO / CRBio / 2017 / VUNESP

Q142.

Assinale a alternativa correta sobre as provas e seus meios de produção, de acordo com as disposições do Código Civil de 2002.

- A) A pessoa com deficiência poderá testemunhar em igualdade de condições com as demais pessoas, sendo-lhe assegurados todos os recursos de tecnologia assistiva.
- B) O sobrinho de determinada parte pode ser admitido para produção de prova testemunhal.
- C) A confissão é ato personalíssimo, sendo absolutamente ineficaz a confissão realizada por representante legal ou convencional.
- D) Os menores entre 16 (dezesesseis) e 18 (dezoito) anos não podem ser admitidos como testemunhas.
- E) A recusa à perícia médica ordenada pelo juiz não poderá suprir a prova que se pretendia obter com o exame.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Do direito das obrigações / Das modalidades e efeitos

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Pref. Marília/SP / 2017 / VUNESP

Q143.

Caio solicitou um empréstimo de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) a Tício e Mélvio. Foi previsto no título da dívida a solidariedade ativa. O vencimento da obrigação foi fixado para a data de 01.08.2017. No dia 30.07.2017, faleceu Tício, que deixou dois herdeiros sucessíveis, seus filhos Aquiles e Justiniano.

Assinale a alternativa correta.

- A) O falecimento de um dos credores não faz cessar a solidariedade, podendo Mélvio demandar Caio pela totalidade da dívida, mas Aquiles e Justiniano apenas o podem fazer pelo valor correspondente aos seus quinhões hereditários.
- B) A morte de qualquer dos credores extingue a solidariedade ativa; dessa forma, Mélvio somente poderia demandar de Caio metade do valor da dívida.
- C) A morte de um dos credores não extingue a solidariedade; dessa forma, Mélvio, Aquiles e Justiniano poderiam, juntos ou cada um deles isoladamente, demandar Caio pelo valor total da dívida.
- D) A morte de um dos credores não extingue a solidariedade, mas Aquiles e Justiniano ou Mélvio, juntos ou isoladamente, podem demandar Caio somente pela metade do valor da dívida.
- E) A morte de um dos credores extingue a solidariedade e transforma a obrigação em indivisível, somente podendo a dívida ser demandada de Caio na integralidade por Mélvio, Aquiles e Justiniano reunidos.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Civil / Do direito das obrigações / Adimplemento, extinção e inadimplemento das obrigações

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Pref. Porto Ferreira/SP / 2017 / VUNESP

Q144.

Assinale a alternativa correta sobre o direito das obrigações, de acordo com as disposições do Código Civil de 2002.

- A) No pagamento com sub-rogação, o credor originário, só em parte reembolsado, terá preferência ao sub-rogado na cobrança da dívida restante.
- B) Na obrigação assumida por pessoa casada, é presumida a responsabilidade solidária do cônjuge.
- C) Na cessão de crédito, é ineficaz a cláusula pela qual o cedente não responde pela solvência do devedor.
- D) Na solidariedade ativa, convertendo-se a prestação em perdas e danos, cessa de pleno direito a solidariedade.
- E) Na assunção de dívida, quando for assinalado prazo para que o credor consinta com a assunção, seu silêncio será interpretado como aceitação.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Civil / Do direito das obrigações / Transferência das obrigações

Fonte: ADVOGADO / CEAGESP / 2016 / VUNESP

Q145.

Assinale a alternativa correta sobre a cessão de crédito, no contexto da transmissão das obrigações.

- A) Para que o credor possa ceder seu crédito é necessário que haja expressa cláusula permissiva no instrumento que trata da obrigação.
- B) É ineficaz a cessão que não tenha cientificado o devedor por meio de notificação encaminhada via Cartório de Títulos e Documentos.
- C) É nula a disposição contratual que retira do cedente a responsabilidade pela solvência do devedor.
- D) Na cessão por título oneroso, o cedente é responsável, perante o cessionário, pela existência do crédito ao tempo que lhe cedeu.
- E) Salvo disposição em contrário, a cessão de um crédito não abrange todos os seus acessórios.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Civil / Do direito das obrigações / Responsabilidade civil

Fonte: ANALISTA - ADVOGADO / CRBio / 2017 / VUNESP

Q146.

Assinale a alternativa correta sobre a responsabilidade civil de indenizar, no âmbito da relação civil paritária.

- A) Pela teoria da responsabilidade civil objetiva, há responsabilidade civil de indenizar mesmo que inexistente nexa causal entre o ato ilícito e o dano suportado.
- B) Aquele que danifica bem de terceiro, com o fim de remover perigo iminente (não causado pelo terceiro prejudicado), fica exonerado do dever de indenizar.
- C) Pela legislação brasileira, é proibida a estipulação de cláusula limitativa do dever de indenizar.
- D) Aplica-se a responsabilidade civil subjetiva quando a atividade normalmente desenvolvida pelo agente implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
- E) Mede-se a indenização pela extensão do dano, mas, se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, admite-se a redução equitativa da indenização.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Dos contratos em geral / Disposições gerais: Princípios, requisitos, formação, interpretação, classificação; Dos efeitos; Vícios redibitórios; Evicção

Fonte: ANALISTA - ADVOGADO / CRBio / 2017 / VUNESP

Q147.

Havendo constatação de vício redibitório, o alienante que conhecia o vício da coisa fica obrigado a restituir o que recebeu

- A) em dobro.
- B) acrescido da metade.
- C) em dobro, mais perdas e danos.
- D) mais perdas e danos.
- E) acrescido das despesas do contrato.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Dos contratos em geral / Da extinção do contrato

Fonte: PROCURADOR DO MUNICÍPIO / Pref. São Luís/MA / 2016 / FCC

Q148.

Constitui característica da onerosidade excessiva, conforme regrado no Código Civil de 2002,

- A) a efetiva alteração radical da estrutura contratual, em decorrência da desproporção manifesta entre o valor da prestação devida e o do momento de sua execução, decorrentes de circunstâncias previstas ou previsíveis.
- B) nos contratos de execução continuada ou diferida, a excessiva onerosidade da prestação de uma das partes, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis.
- C) o enriquecimento inesperado e absolutamente infundado (injusto) para o credor, em detrimento do devedor, como decorrência direta da situação superveniente e imprevista.
- D) a manutenção das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos antecedentes ou supervenientes que as tornem excessivamente onerosas.
- E) o comprovado inadimplemento, pelo credor, de sua obrigação contratual, pois responde por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Dos contratos em geral / Das várias espécies de contrato

Fonte: ASSESSOR JURÍDICO E PROCURADOR JURÍDICO / Prefeitura de Andradinha/SP / 2017 / VUNESP

Q149.

Alertado pela defesa civil sobre a possibilidade de desmoroamento de sua casa em razão da infiltração de água decorrente de vazamento, Marcos contratou Sandro, pintor e pedreiro, para realizar as obras necessárias. O contrato foi assinado pela modalidade de empreitada.

Sobre essa modalidade contratual, assinale a alternativa correta.

- A) Pela modalidade escolhida, presume-se que Sandro é obrigado a fornecer, além da mão de obra, todo o material necessário.
- B) Caso Sandro inutilize materiais fornecidos por Marcos, por imperícia ou negligência, ele será obrigado a ressarcir os valores gastos.
- C) Caso Sandro forneça material e mão de obra, ele responderá durante o prazo de três anos pela solidez e segurança do trabalho.
- D) Caso Marcos decida suspender a obra, ele deverá pagar a Sandro apenas o valor das despesas com mão de obra e materiais já utilizados.
- E) O contrato de empreitada será extinto em caso de morte de Marcos.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Do direito das coisas / Princípios; Da posse e de sua classificação

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Câmara de Marília/SP / 2016 / VUNESP

Q150.

Assinale a alternativa correta sobre os institutos da detenção, da posse e da propriedade.

- A) A detenção de bem imóvel não gera ao detentor a possibilidade de aquisição pela via da usucapião.
- B) O perigo público iminente não constitui fundamento suficiente para privar o proprietário de seu bem.
- C) O possuidor sem justo título tem por si a presunção de má-fé.
- D) No direito de vizinhança, quando houver interferência ao sossego justificada por interesse público, o vizinho prejudicado não tem direito a indenização.
- E) O possuidor turbado não poderá valer-se de sua própria força para preservar sua posse, em razão da vedação à autotutela.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Do direito das coisas / Da aquisição, efeitos e perda da posse

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Pref. Alumínio/SP / 2016 / VUNESP

Q151.

O possuidor de má-fé:

- A) terá ressarcidas as benfeitorias úteis.
- B) terá garantido o direito de retenção, até o ressarcimento das benfeitorias necessárias.
- C) terá garantido o direito de levantar as benfeitorias voluptuárias.
- D) em regra, não responde pela perda ou deterioração da coisa, a que não der causa.
- E) responde por todos os frutos colhidos e percebidos, tendo direito às despesas da produção e custeio.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Do direito das coisas / Dos Direitos Reais; Dos direitos reais sobre coisa alheia

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Câmara de Marília/SP / 2016 / VUNESP

Q152.

É considerado direito real

- A) o direito do promitente comprador de imóvel.
- B) a posse.
- C) a alienação fiduciária em garantia.
- D) a usucapião.
- E) o direito de retenção.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Do direito das coisas / Da propriedade em geral

Fonte: PROCURADOR LEGISLATIVO / Câmara de Taquaritinga / 2016 / VUNESP

Q153.

Assinale a alternativa correta sobre o direito de propriedade.

- A) O proprietário do solo tem o direito de explorar os recursos minerais de emprego imediato na construção civil, ainda que estes sejam submetidos a transformação industrial.
- B) O imóvel urbano abandonado pelo proprietário e que não se encontre na posse de terceiros será arrecadado como bem vago e, após cinco anos, passará à propriedade do Município.
- C) O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.
- D) A propriedade do solo abrange a do subsolo correspondente, porém não abrange a do espaço aéreo.
- E) O proprietário do terreno é também proprietário de eventuais jazidas, minas e recursos minerais encontrados em seu terreno.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Do direito das coisas / Da aquisição da propriedade imóvel e móvel

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Pref. Porto Ferreira/SP / 2017 / VUNESP

Q154.

Na matrícula de um imóvel pode ser realizado(a):

- A) a averbação da intenção do proprietário de alienar o imóvel.
- B) o registro da servidão ambiental.
- C) a averbação da sentença declaratória de prescrição aquisitiva.
- D) o registro de declaração do proprietário sobre a atividade comercial praticada no imóvel, para conhecimento público.
- E) a averbação, por solicitação do interessado, da existência de ação de execução em face do proprietário do imóvel.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Do direito das coisas / Da perda da propriedade; Das restrições ao direito da propriedade

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIO / TRE/PE / 2011 / FCC

Q155.

De acordo com o Código Civil brasileiro, o imóvel urbano que o proprietário abandonar, com a intenção de não mais o conservar em seu patrimônio, e que não se encontrar na posse de outrem,

- A) não poderá ser arrecadado como bem vago, uma vez que não existe a figura do abandono de bem imóvel no Código Civil brasileiro.

- B) poderá ser arrecadado como bem vago e passar, três anos depois, à propriedade do Município ou à do Distrito Federal, se se achar nas respectivas circunscrições.
- C) poderá ser arrecadado como bem vago e passar, dois anos depois, à propriedade do Município ou à do Distrito Federal, se se achar nas respectivas circunscrições.
- D) poderá ser arrecadado como bem vago e passar, cinco anos depois, à propriedade da União.
- E) poderá ser arrecadado como bem vago e passar, dez anos depois, à propriedade do Estado ou à do Distrito Federal, se se achar nas respectivas circunscrições.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Do direito das coisas / Dos direitos de vizinhança

Fonte: PROCURADOR LEGISLATIVO / Câmara de Taquaritinga / 2016 / VUNESP

Q156.

É permitida a construção

- A) de varanda a menos de um metro e meio do terreno vizinho.
- B) em zona rural a menos de 3 metros do terreno vizinho, desde que a construção seja residencial.
- C) de armários na parede-meia, correspondente a outro, de mesma natureza, já feito do lado oposto, independentemente do consentimento do condomínio.
- D) que inutilize a água de nascente alheia, desde que mediante indenização.
- E) de obra que possa comprometer a segurança do prédio vizinho, desde que feitas, previamente, obras acautelatórias.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Do direito das coisas / Da propriedade resolúvel

Fonte: DEFENSOR PÚBLICO DE CLASSE INICIAL / DPE/RS / 2011 / FCC

Q157.

Assinale a alternativa que contém a afirmação correta em relação ao assunto indicado: Direitos Reais.

- A) O possuidor com justo título tem por si a presunção absoluta de boa-fé.
- B) O possuidor de má-fé detém o direito de ressarcimento pelas benfeitorias necessárias e de levantamento das benfeitorias voluptuárias.
- C) Não é cabível a constituição de usufruto que recaia em bens móveis e em um patrimônio inteiro.
- D) O contrato de promessa de compra e venda, desde que escrito, confere ao seu titular direito real à aquisição do imóvel.
- E) Resolvida a propriedade pelo implemento da condição ou pelo advento do termo, entendem-se também resolvidos os direitos reais concedidos na sua pendência.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Do direito das coisas / Da propriedade fiduciária

Fonte: PROCURADOR DO MUNICÍPIO / Pref. São Luís/MA / 2016 / FCC

Q158.

Tratando-se do direito de propriedade, de acordo com o Código Civil,

- A) na propriedade fiduciária o devedor pode, com a anuência do credor, dar seu direito eventual à coisa em pagamento da dívida, após o vencimento desta.
- B) as limitações do direito de vizinhança se impõem somente a imóveis contíguos.
- C) a função social da propriedade e o abuso de direito de propriedade constituem a mesma realidade jurídica.
- D) a aquisição da propriedade por acessão pode se dar por usucapião.
- E) a prenotação no protocolo não garante eficácia ao título desde o momento em que é apresentado ao oficial do registro.

Direito Civil / Do direito das coisas / Da superfície

Fonte: ASSESSOR JURÍDICO E PROCURADOR JURÍDICO / Prefeitura de Andradinha/SP / 2017 / VUNESP

Q159.

Mário, rico fazendeiro, é proprietário de diversos terrenos em uma cidade do interior de São Paulo. Preocupado com ocupações ilegais, decide conceder a Paula o direito de plantar grãos em um de seus terrenos.

Sobre a questão hipotética envolvendo o direito de superfície, assinale a alternativa correta.

- A) A concessão de Mário poderá ser gratuita ou onerosa. Contudo, se onerosa, Paula só poderá realizar o pagamento em uma única parcela.
- B) Apesar de Paula utilizar o direito de superfície, Mário é o responsável pelos encargos e tributos incidentes sobre o imóvel.
- C) No caso de extinção do direito de superfície em consequência de desapropriação, Paula não terá direito a indenização.
- D) Paula não pode transferir a terceiros o seu direito de superfície.
- E) Em caso de alienação do imóvel, Paula terá direito de preferência.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Do direito das coisas / Das servidões

Fonte: ADVOGADO / Nossa Caixa / 2011 / FCC

Q160.

Dois prédios situados no alto de uma encosta têm acesso à rodovia através de servidão de passagem, instituída por escritura pública e registrada no Cartório de Registro de Imóveis, que atravessa o prédio localizado à margem desta. As obras necessárias à conservação e uso da servidão, como não há disposição a respeito no título constitutivo:

- A) serão pagas, metade pelos donos dos prédios dominantes e metade pelo dono do prédio serviente.
- B) correrão por conta do dono do prédio serviente.
- C) serão rateadas proporcionalmente entre os donos dos prédios dominantes e o dono do prédio serviente.
- D) serão rateadas entre os donos dos prédios dominantes.
- E) correrão por conta do dono do prédio que a utilizar com mais frequência.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Do direito das coisas / Do usufruto e da administração dos bens de filhos menores

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Pref. Alumínio/SP / 2016 / VUNESP

Q161.

Considerando que Maria da Silva é usufrutuária vitalícia do imóvel em que reside, cuja nu-proprietária é sua filha, e que deve R\$ 50.000,00 a Luís da Silva, pretendendo dar garantia à dívida, esse usufruto

- A) poderá ser objeto de penhor, uma vez que seu exercício pode ser cedido a título gratuito ou oneroso.
- B) poderá ser objeto de penhor, por ser o exercício de um direito com expressão econômica.
- C) poderá ser objeto de penhor, desde que a nu-proprietária concorde em alterá-lo para tempo determinado.
- D) não poderá ser objeto de penhor, por não poder ser transferido por alienação.
- E) não poderá ser objeto de penhor, pela impossibilidade de haver penhor de bem imóvel e o usufruto ser em caráter vitalício.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Fonte: ANALISTA - ADVOGADO / CRBio / 2017 / VUNESP

Q162.

Assinale a alternativa correta sobre o direito das obrigações.

- A) Não perde a qualidade de indivisível a obrigação que se resolver em perdas e danos.
- B) Quando o pagamento for em quotas periódicas, a quitação da última estabelece presunção juris et de jure de estarem solvidas as anteriores.
- C) O credor não pode ceder seu crédito, salvo se houver expressa permissão legal ou cláusula permissiva de cessão.
- D) Nas obrigações alternativas a escolha cabe, em regra, ao credor.
- E) Ocorre o vencimento antecipado da dívida quando se tornarem insuficientes as garantias do débito, e o devedor, intimado, se negar a reforçá-las.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Estatuto da Cidade

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Pref. Porto Ferreira/SP / 2017 / VUNESP

Q163.

Acerca do que dispõe a Lei nº 10.257/01, é correto afirmar que

- A) o direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.
- B) a concessão do direito de superfície deverá ser invariavelmente onerosa.
- C) na pendência da ação de usucapião especial urbana, tramitam conjuntamente quaisquer outras ações, petições ou possessórias, que venham a ser propostas relativamente ao imóvel usucapiendo.
- D) decorridos dez anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em dinheiro.
- E) compete aos Municípios, entre outras atribuições de interesse da política urbana, legislar sobre normas gerais de direito urbanístico.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Do direito de família / Do casamento; Formalidades

Fonte: TÉCNICO PREVIDENCIÁRIO - ADMINISTRATIVO / MANAUSPREV / 2015 / FCC

Q164.

De acordo com o ordenamento jurídico vigente, a equiparação do casamento religioso ao casamento civil é

- A) incabível, dado o caráter laico do Estado.
- B) possível, apenas para evitar o cumprimento de pena criminal ou no caso de gravidez.
- C) exceção absoluta, apenas sendo admissível na hipótese de um dos nubentes encontrar-se em risco iminente de vida.
- D) incabível, salvo por decisão judicial.
- E) admitida, desde que atendidas as exigências da lei para validade do casamento civil e registrado no registro próprio.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Q165.

Com relação à capacidade para o casamento, assinale a alternativa correta.

- A) A idade núbil é de 16 (dezesesseis) anos, podendo-se contrair casamento com idade inferior para evitar imposição ou cumprimento de pena criminal.
- B) A ausência de regular autorização para celebração do casamento é causa de nulidade absoluta.
- C) Celebrado o casamento mediante autorização judicial, os cônjuges podem eleger o regime de bens que julgarem mais conveniente.
- D) A idade núbil é de 16 (dezesesseis) anos, prescindindo de autorização de um dos pais, sob pena de anulação.
- E) O casamento do menor, regularmente celebrado, é hipótese de cessação da incapacidade.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Q166.

A respeito do casamento, considere.

I. Não devem casar o viúvo ou a viúva que tiver filho do cônjuge falecido, enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros, sendo permitido aos nubentes, porém, solicitar ao juiz que não lhes seja aplicada a causa suspensiva referida, provando-se a inexistência de prejuízo para o herdeiro.

II. O homem e a mulher com dezesseis anos podem casar, exigindo-se autorização de ambos os pais, ou de seus representantes legais, enquanto não atingida a maioridade civil, e a autorização, uma vez concedida, é irrevogável.

III. Excepcionalmente, em caso de gravidez, será permitido o casamento de quem ainda não alcançou a idade núbil.

IV. Os impedimentos matrimoniais podem ser opostos, até o momento da celebração do casamento, por qualquer pessoa, capaz ou incapaz.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) I e III.
- D) I e IV.
- E) II e IV.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Q167.

Ana Carolina e José Augusto casaram-se no dia 30 de Junho de 2012 na Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro uma vez que são católicos e pretendiam trocar seus votos de união e fidelidade perante Autoridade Religiosa. No dia 04 de Julho de 2012, eles registraram o respectivo casamento religioso no registro próprio objetivando a sua equiparação ao casamento civil. De acordo com o Código Civil brasileiro, neste caso, o respectivo casamento religioso produzirá efeitos a partir

- A) da data do registro.
- B) da data de sua celebração.
- C) do dia seguinte ao registro do referido casamento.
- D) do dia seguinte da data de sua celebração.
- E) do primeiro dia útil posterior a data do registro.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Do direito de família / Do pacto antenupcial

Fonte: ANALISTA DO TESOIRO ESTADUAL / SEFAZ/PI / 2015 / FCC

Q168.

O pacto antenupcial

- A) pode ser realizado por instrumento particular, desde que contenha os mesmos requisitos do testamento particular.
- B) quando realizado por menor, tem a eficácia sempre condicionada à aprovação de seu representante legal.
- C) é ineficaz se não lhe seguir o casamento.
- D) terá efeito perante terceiros a partir de sua elaboração, desde que constante de escritura pública.
- E) é anulável se não realizado por escritura pública.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Do direito de família / Do regime de comunhão universal

Fonte: OFICIAL DE DILIGÊNCIA / DPE/RR / 2015 / FCC

Q169.

André, por ser casado com Beatriz sob o regime da comunhão universal de bens,

- A) necessita do consentimento dela para propor qualquer ação, independentemente do seu objeto.
- B) não necessita do consentimento dela para propor nenhuma ação, independentemente do seu objeto.
- C) necessita do consentimento dela para propor ações de estado.
- D) necessita do consentimento dela para propor ações de execução.
- E) necessita do consentimento dela para propor ações que versem sobre direitos reais imobiliários.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Do direito de família / Da união estável

Fonte: PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO / MPE/ES / 2016 / VUNESP

Q170.

Considerando as normas que regem o instituto da união estável e o entendimento jurisprudencial dominante, assinale a alternativa correta.

- A) A pessoa casada, mas separada de fato, está impedida de constituir união estável até que se divorcie de seu cônjuge.
- B) A união estável constituída quando um dos companheiros é maior de 70 (setenta) anos não prejudica a comunicação dos bens adquiridos na constância da união.
- C) Ao contrário do casamento, os companheiros não podem pedir uns aos outros alimentos de que necessitem.
- D) Na união estável, aplica-se às relações patrimoniais o regime de comunhão universal de bens, salvo contrato

escrito.

- E) As causas suspensivas para contrair casamento impedem a constituição de união estável.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Do direito de família / Da guarda, tutela, curatela e da interdição

Fonte: ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE TRANSPORTE I - DIREITO / ARTESP / 2017 / FCC

Q171.

Considere que Carlos, piloto de aeronaves, tenha sido considerado pródigo, nos termos da legislação civil pátria em vigor. Tal declaração significa que Carlos

- A) era considerado desaparecido e agora recupera todos os direitos que estavam suspensos desde a declaração de ausência, ressalvados os direitos de terceiros de boa-fé.
- B) passa a ser considerado absolutamente incapaz para o exercício dos atos da vida civil, que serão nulos se realizados sem a devida representação legal.
- C) torna-se relativamente incapaz, com a declaração de interdição, para a realização de determinados atos da vida civil, entre os quais a alienação ou oneração de bens.
- D) perde a condição de sujeito de direitos, apenas em relação a alguns direitos de natureza patrimonial, preservando-se os demais direitos da personalidade.
- E) passa a ser considerado absolutamente incapaz, o que significa a interdição de todos os direitos da personalidade, que somente podem ser exercidos mediante o instituto da tutela.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Dos direitos das sucessões / Da sucessão em geral

Fonte: AGENTE FISCAL TRIBUTÁRIO / Pref. Suzano/SP / 2016 / VUNESP

Q172.

No direito das sucessões, é correto afirmar que, até o compromisso do inventariante, a administração da herança caberá, sucessivamente,

- A) ao Município, na pessoa do procurador municipal; ao herdeiro que estiver na posse e administração dos bens, e, se houver mais de um nessas condições, ao mais velho; ao cônjuge ou companheiro, se com o outro convivia ao tempo da abertura da sucessão; e, por fim, a pessoa de confiança do juiz.
- B) ao mandatário nomeado pelo autor da herança para administração de seus bens, quando houver; ao testamenteiro; ao cônjuge ou companheiro, se com o outro convivia ao tempo da abertura da sucessão; e, por fim, ao Município, na pessoa do procurador municipal.
- C) ao cônjuge ou companheiro, se com o outro convivia ao tempo da abertura da sucessão; ao herdeiro que estiver na posse e administração dos bens, e, se houver mais de um nessas condições, ao mais velho; ao testamenteiro; e, por fim, a pessoa de confiança do juiz.
- D) ao ascendente mais próximo do autor da herança, independentemente de sua qualidade de herdeiro; ao herdeiro que estiver na posse e administração dos bens, e, se houver mais de um nessas condições, ao mais velho; e, por fim, ao cônjuge ou companheiro, se com o outro convivia ao tempo da abertura da sucessão.
- E) ao testamenteiro; ao mandatário nomeado pelo autor da herança para administração de seus bens, quando houver; ao ascendente mais próximo do autor da herança, independentemente de sua qualidade de herdeiro; e, por fim, a pessoa de confiança do juiz.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Dos direitos das sucessões / Da sucessão legítima

Fonte: TÉCNICO PREVIDENCIÁRIO - ADMINISTRATIVO / MANAUSPREV / 2015 / FCC

Q173.

O instituto do direito sucessório denominado "legítima" corresponde

- A) à metade dos bens de herança que pertence aos herdeiros necessários.
- B) ao direito, atribuível apenas aos filhos, de reivindicar metade da herança.
- C) exclusivamente à parcela da herança devida ao cônjuge ou companheiro em união estável, de acordo com o regime de bens aplicável.
- D) ao direito dos ascendentes, quando vivos, de reivindicarem a integralidade da herança dos filhos que não possuam descendentes, ainda que existente testamento válido.
- E) ao direito de o Estado arrecadar parcela da herança para quitar dívidas trabalhistas e previdenciárias deixadas pelo de cujus.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Civil / Dos direitos das sucessões / Da capacidade de testar

Fonte: PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO / MPE/ES / 2016 / VUNESP

Q174.

Entende-se por testamento conjuntivo aquele

- A) realizado por duas ou mais pessoas, em instrumentos distintos, cada qual beneficiando o outro.
- B) realizado por pessoa sem capacidade de testar.
- C) que dispõe da totalidade dos bens do testador.
- D) que contenha disposições testamentárias eivadas de erro, dolo ou coação.
- E) feito por duas ou mais pessoas, no mesmo instrumento, em benefício recíproco ou de terceiro.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Civil / Dos direitos das sucessões / Das disposições testamentárias

Fonte: DEFENSOR PÚBLICO DE CLASSE INICIAL / DPE/RS / 2011 / FCC

Q175.

Assinale a alternativa que contém a afirmação correta em relação ao assunto indicado: Direito das Sucessões.

- A) Na sucessão universal, o direito de propriedade imobiliária transmite-se quando do registro dos formais de partilha no Ofício do Registro de Imóveis.
- B) Conforme regra expressa do Código Civil, são herdeiros necessários os descendentes, os ascendentes, os cônjuges e os companheiros.
- C) O testador não pode, mesmo justificando, estabelecer cláusula de impenhorabilidade sobre os bens da legítima.
- D) O direito de representação, no direito sucessório, dá-se apenas na linha reta descendente e ascendente.
- E) O prazo de decadência para anular disposição testamentária inquinada de coação é de quatro anos, contados de quando o interessado tiver conhecimento do vício.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Civil / Registros Públicos / Dos Registros públicos

Fonte: PROCURADOR LEGISLATIVO / Câmara de Taquaritinga / 2016 / VUNESP

Q176.

Assinale a alternativa correta considerando o disposto na Lei de Registros Públicos, Lei nº 6.015/73.

- A) O registro será feito pela simples exibição do título, dependendo sempre da apresentação do extrato.
- B) Não serão registrados, no mesmo dia, títulos pelos quais se constituam direitos reais contraditórios sobre o mesmo imóvel, ainda que possuam a hora da lavratura.
- C) O título de natureza particular apresentado em uma só via será arquivado em cartório, fornecendo o oficial, a pedido, certidão do mesmo.
- D) Protocolizado o título, proceder-se-á ao registro, dentro do prazo de vinte dias.
- E) O protocolo para registro de títulos será encerrado semanalmente.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Normas processuais civis / Normas (regras e princípios) fundamentais; interpretação e aplicação

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Câmara de Mogi das Cruzes/SP / 2017 / VUNESP

Q177.

A respeito da lei processual civil, assinale a alternativa correta.

- A) O prazo de *vacatio legis* do novo Código de Processo Civil foi de seis meses decorrido da data de sua publicação.
- B) As condições da ação regem-se pela lei vigente à data de propositura da ação.
- C) A lei vigente na data do oferecimento da peça recursal é a reguladora dos efeitos e dos requisitos da admissibilidade dos recursos.
- D) A revelia, bem como os efeitos, regulam-se pela lei vigente na data do ajuizamento da demanda.
- E) A resposta do réu, bem como seus efeitos, regem-se pela lei vigente na data do ajuizamento da demanda, que torna a coisa julgada.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Função Jurisdicional / Limites e cooperação internacional

Fonte: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR - ADVOGADO / Pref. Teresina/PI / 2016 / FCC

Q178.

João, em razão da existência de foro de eleição, ajuizou em Teresina, execução de título extrajudicial em face de José residente em Roma, na Itália, em local conhecido. A citação de José se fará através de

- A) carta de ordem.
- B) carta rogatória.
- C) carta precatória.
- D) carta arbitral.
- E) edital.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Função Jurisdicional / Competência interna: critérios determinativos; Competência absoluta e relativa

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO ÁREA JUDICIÁRIA - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL / TRF 5ª / 2017 / FCC

Q179.

A ação de falência tramitando na Justiça Estadual

- A) será remetida à Justiça Federal se a União for credora do falido, mas desde que tenha habilitado o seu crédito na falência.

- B) será remetida à Justiça Federal se a União for credora do falido, independentemente de ter ou não habilitado o seu crédito na falência.
- C) será remetida à Justiça Federal sempre que houver interesse jurídico da União, ainda que não seja credora do falido.
- D) não deve ser remetida à Justiça Federal, salvo se a União expressamente o requerer, e houver a concordância do administrador judicial e do Ministério Público com o pedido.
- E) não deve ser remetida à Justiça Federal, nem mesmo se nela intervier a União.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Função Jurisdicional / Incompetência

Fonte: PROCURADOR / Pref. Campinas/SP / 2016 / FCC

Q180.

No que tange à incompetência absoluta e à incompetência relativa, é correto afirmar:

- A) A competência determinada em razão de matéria, da pessoa ou da função é derogável por convenção das partes.
- B) Prorrogar-se-ão as competências relativa e absoluta se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação.
- C) A incompetência absoluta será alegada como preliminar de contestação, enquanto a relativa será arguida por meio de exceção.
- D) Caso a alegação de incompetência seja acolhida, o processo será extinto, sem resolução de mérito.
- E) A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Sujeitos do processo / Partes e Procuradores

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRT 21ª / 2017 / FCC

Q181.

Acerca dos procuradores no processo, considere:

I. Salvo disposição expressa em sentido contrário constante do próprio instrumento, a procuração outorgada na fase de conhecimento é ineficaz para a fase de cumprimento de sentença.

II. A procuração geral para o foro habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, inclusive receber citação, confessar, desistir, firmar compromisso e assinar declaração de hipossuficiência econômica, que não precisam constar de cláusula específica.

III. O advogado não será admitido a postular em juízo sem procuração, salvo para evitar preclusão, decadência ou prescrição, ou para praticar ato considerado urgente, caso em que deverá, independentemente de caução, exibir a procuração no prazo de 15 dias, prorrogável por igual período por despacho do juiz.

IV. A procuração para o foro pode ser assinada digitalmente, na forma da lei, devendo conter, obrigatoriamente, o nome do advogado, seu número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil e endereço completo.

V. A parte será representada em juízo por advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil ou em órgão equivalente dos países com os quais o Brasil tenha firmado acordo de cooperação internacional.

De acordo com o novo Código de Processo Civil, está correto o que consta APENAS em

- A) I e II.
- B) I e V.

- C) II e IV.
- D) III e V.
- E) III e IV.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Sujeitos do processo / Capacidade processual

Fonte: ADVOGADO / CEAGESP / 2016 / VUNESP

Q182.

Sobre a capacidade processual, nos termos previstos no Código de Processo Civil, é correto afirmar que

- A) o juiz dará ao réu preso curador especial, apenas se for revel.
- B) o cônjuge precisará do consentimento do outro sempre que a ação tratar de direitos reais imobiliários, independentemente do regime de casamento.
- C) nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensável nas hipóteses de comosse ou de ato por ambos praticado.
- D) o condomínio edilício só poderá ser representado ativa ou passivamente em juízo por seu síndico.
- E) verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz, imediatamente, extinguirá o processo sem resolução do mérito.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Sujeitos do processo / Despesas, honorários advocatícios e multas

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR / TRT 24ª / 2017 / FCC

Q183.

José é credor de Joaquim da quantia de R\$ 50.000,00 decorrente de contrato de empréstimo particular assinado pelas partes e por duas testemunhas. Vencido o prazo de um ano estabelecido para pagamento e inadimplida a obrigação José propõe ação de execução de quantia certa contra Joaquim com o escopo de receber o seu crédito, com juros e correção monetária. Ao despachar a inicial o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de

- A) 10%, a serem pagos pelo executado, que serão reduzidos pela metade no caso de integral pagamento da dívida no prazo de 5 dias.
- B) 10% a 20%, a serem pagos pelo executado, que serão reduzidos pela metade no caso de integral pagamento da dívida no prazo de 5 dias.
- C) 20%, a serem pagos pelo executado, que serão reduzidos pela metade no caso de integral pagamento no prazo de 5 dias.
- D) 20%, a serem pagos pelo executado, que serão reduzidos pela metade no caso de integral pagamento no prazo de 3 dias.
- E) 10%, a serem pagos pelo executado, que serão reduzidos pela metade no caso de integral pagamento da dívida no prazo de 3 dias.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Sujeitos do processo / Gratuidade da justiça

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRF 5ª / 2017 / FCC

Q184.

Em ação de indenização por danos morais movida por Cláudio contra Amélia, foi concedida ao autor a gratuidade da justiça.

Nesse caso, vindo o pedido a ser julgado totalmente improcedente, o autor

- A) não deverá ser condenado ao pagamento das despesas processuais e de honorários, exceto se for reputado litigante de má-fé.
- B) não deverá ser condenado ao pagamento das despesas processuais e de honorários, nem mesmo se for reputado litigante de má-fé.
- C) não deverá ser condenado ao pagamento das despesas processuais, mas poderá ser condenado ao pagamento de honorários se for reputado litigante de má-fé.

- D) deverá ser condenado ao pagamento das despesas processuais e de honorários, mas as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade.
- E) deverá ser condenado ao pagamento das despesas processuais e de honorários de sucumbência, mas as obrigações decorrentes de sua sucumbência não poderão jamais ser exigidas.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Sujeitos do processo / Litisconsórcio

Fonte: ADVOGADO / CEAGESP / 2016 / VUNESP

Q185.

Sobre o litisconsórcio, nos termos do Código de Processo Civil, é correto afirmar que

- A) o juiz não poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, liquidação ou execução, pela aplicação do princípio da segurança jurídica das decisões judiciais.
- B) o litisconsórcio será unitário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.
- C) nos casos de litisconsórcio ativo necessário, o juiz determinará ao autor que requeira a citação de todos que devam ser litisconsortes, dentro do prazo que assinar, sob pena de extinção do processo.
- D) os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio unitário, caso em que os atos e as omissões de um não prejudicarão os outros, mas os poderão beneficiar.
- E) o juiz não poderá limitar o litisconsórcio necessário quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, liquidação ou execução, pela aplicação do princípio da economia processual.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Sujeitos do processo / Assistência

Fonte: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR - ADVOGADO / Pref. Teresina/PI / 2016 / FCC

Q186.

A respeito da intervenção de terceiros, é correto afirmar:

- A) Na assistência simples, se o assistido for revel, o assistente será considerado seu substituto processual.
- B) Feita a denunciação da lide pelo réu, se o denunciado contestar o pedido formulado pelo autor, o processo prosseguirá somente contra ele, com a exclusão do denunciante.
- C) O amicus curiae não poderá recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.
- D) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica não é cabível na fase de cumprimento de sentença.
- E) O chamamento ao processo só pode ser requerido pelo autor, na inicial ou na réplica.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Sujeitos do processo / Denunciação da lide

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRT 2ª / 2018 / FCC

Q187.

Sobre a intervenção de terceiros no Código de Processo Civil, é correto afirmar:

- A) Na assistência simples sendo revel o assistido, o assistente não será considerado seu substituto processual.
- B) A decisão do Magistrado que admitir uma entidade especializada, com representatividade adequada como amicus curiae, pode ser objeto de recurso de agravo de instrumento.
- C) Havendo denunciação da lide, se o denunciante for vencedor na ação principal, a ação de denunciação não terá o seu pedido examinado, sem prejuízo da condenação do denunciante ao pagamento das verbas de sucumbência em favor do denunciado.

- D) Instaurado o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 10 dias.
- E) Admitido o assistente simples a parte principal não pode renunciar ao direito sobre o que se funda a ação.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Sujeitos do processo / Incidente de desconsideração da personalidade jurídica

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Pref. Marília/SP / 2017 / VUNESP

Q188.

A teoria da desconsideração da personalidade jurídica autoriza o Poder Judiciário a ignorar a autonomia patrimonial da pessoa jurídica, atingindo os bens pessoais do sócio. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- A) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica poderá ser instaurado a pedido da parte, pelo Ministério Público ou de ofício pelo juiz.
- B) A desconsideração inversa da personalidade jurídica é um instituto consagrado pela doutrina e jurisprudência, mas não previsto expressamente no ordenamento jurídico.
- C) O incidente de desconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.
- D) Acolhido o pedido de desconsideração, a alienação de bens havida em fraude de execução será inexistente em relação ao requerente.
- E) Dispensa-se a instauração do incidente de desconsideração de pessoa jurídica se ela for requerida na petição inicial. Caso seja requerida após, a instauração do incidente interrompe o processo.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Sujeitos do processo / Juiz / Impedimentos e suspeição

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR / TRT 20ª / 2016 / FCC

Q189.

Analise as proposições abaixo, acerca dos impedimentos e da suspeição:

- I. Há impedimento quando o juiz promover ação contra a parte ou seu advogado.
- II. Há impedimento quando o primo do juiz estiver postulando como advogado.
- III. Há suspeição quando o juiz for amigo íntimo ou inimigo das partes ou seus advogados.
- IV. Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A) I, II e III.
- B) III e IV.
- C) I, III e IV.
- D) I e II.
- E) II e IV.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Sujeitos do processo / Ministério Público

Fonte: ADVOGADO / CEAGESP / 2016 / VUNESP

Q190.

Sobre a participação do Ministério Público nos procedimentos previstos no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- A) O Ministério Público deverá intervir nas ações que possuam interesses de incapazes.
- B) O Ministério Público será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica, nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal, nos processos que envolvam, por exemplo, interesse público ou social.
- C) A participação da Fazenda Pública em qualquer processo configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.
- D) Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público não poderá produzir provas, mas requererá as medidas processuais pertinentes, sendo impedido de recorrer.
- E) O Ministério Público gozará de prazo em quádruplo para manifestar-se nos autos, que terá início a partir de sua intimação pessoal.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Sujeitos do processo / Defensoria pública

Fonte: ASSESSOR JURÍDICO E PROCURADOR JURÍDICO / Prefeitura de Andradinha/SP / 2017 / VUNESP

Q191.

Quanto ao Processo Civil Coletivo, é correta a seguinte afirmação:

- A) Ainda que mais de um legitimado proponha ação coletiva em defesa do mesmo interesse coletivo, não se configura a litispendência, por não existir a identidade de parte ativa.
- B) A Defensoria Pública tem legitimidade para propor ação civil pública na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.
- C) Uma pessoa que não tenha participado de ação civil pública como litisconsorte não pode beneficiar-se do resultado favorável e promover a execução individual.
- D) A sentença proferida fará coisa julgada erga omnes, ainda quando julgada improcedente por falta de provas.
- E) As ações coletivas que versem sobre direitos difusos e direitos coletivos em sentido estrito induzem litispendência para as ações individuais.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Processo / Atos processuais / Prazos; Penalidades e preclusões

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Pref. Porto Ferreira/SP / 2017 / VUNESP

Q192.

Acerca dos prazos no processo civil, assinale a alternativa correta.

- A) Se os autos do processo forem eletrônicos, havendo pluralidade de réus assistidos por advogados diferentes, mesmo que pertençam a sociedade de advogados em comum, estes terão o benefício da contagem de prazo dobrado para se defender.
- B) A suspensão dos processos, que ocorre entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, em virtude do recesso forense, suspenderá tanto os prazos processuais quanto os relativos a direito material.
- C) A contagem de prazos deverá ser feita em dias úteis, incluindo-se o dia em que foi praticado o ato e excluindo-se o dia do vencimento. Nos processos digitais, tais prazos, para serem considerados tempestivos, deverão ser cumpridos das 6 às 22 horas do último dia do interregno.
- D) Em se tratando da hipótese de contagem de prazos em dobro, a parte beneficiária, para usufruir deste

direito, deverá requerer ao juiz, que não poderá conceder tal benesse de ofício.

- E) A Fazenda Pública, o Ministério Público, e a Defensoria Pública, para contestar, recorrer e falar nos autos quando intimados gozam, em regra, de prazo em dobro.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Processo / Atos processuais / Comunicação dos atos processuais

Fonte: ASSESSOR JURÍDICO E PROCURADOR JURÍDICO / Prefeitura de Andradinha/SP / 2017 / VUNESP

Q193.

Numa ação de conhecimento pelo procedimento comum, em que o polo passivo é composto por litisconsórcio formado por duas pessoas, assinale a alternativa correta.

- A) Em caso de pedido de ambos os réus para que não seja realizada a audiência de conciliação e mediação, feito por advogados distintos, o prazo para apresentar defesa se inicia quando do protocolo do último pedido para retirada de pauta de tal sessão.
- B) Quando a citação for eletrônica, o início do prazo será o dia útil seguinte à última consulta feita pelos réus quanto ao teor da citação, o que será certificado nos autos.
- C) A data para contestar começa individualmente para cada réu quando a citação for feita por meio de oficial de justiça, iniciando-se o lapso para defesa a partir da juntada aos autos de cada certidão positiva de citação.
- D) Na citação por carta precatória, para ambos os réus, a realização do ato citatório será imediatamente informada, por meio eletrônico, pelo juiz deprecado ao juiz deprecante, iniciando-se o prazo para defesa dos réus em litisconsórcio na data de juntada da última comunicação do cumprimento dessas cartas nos autos originários.
- E) No caso de citação por edital, o prazo para defesa começará para ambos os réus da data em que se determinou a citação por essa modalidade.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Processo / Tutela jurisdicional / Tutela provisória

Fonte: ASSESSOR JURÍDICO E PROCURADOR JURÍDICO / Prefeitura de Andradinha/SP / 2017 / VUNESP

Q194.

Antônio propõe uma ação indenizatória contra Alfredo, versando sobre fatos ocorridos há mais de 15 anos. Requer tutela provisória de urgência, que é deferida num primeiro momento pelo juiz de primeiro grau. A prescrição é clara. Diante desse fato, é correto afirmar que

- A) Antônio responderá pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar a Alfredo, se posteriormente o juiz acolher a tese de prescrição eventualmente alegada pelo réu.
- B) mesmo sendo clara a prescrição, o juiz só poderá aplicá-la se Alfredo alegar sua existência.
- C) a sentença que acolher a prescrição extinguirá o processo sem resolução do mérito, por inépcia da petição inicial, sendo necessário que o juiz dê a oportunidade de Antônio se manifestar antes de decretá-la.
- D) a prescrição só poderá ser analisada pelo juiz de primeiro grau. Caso não seja reconhecida na sentença, está precluso o direito de retomar tal discussão.
- E) em vista do deferimento da tutela de urgência, precluso está o direito de Alfredo alegar a questão da prescrição, que se convalidou pela decisão provisória do juízo de primeiro grau.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Processo / Tutela jurisdicional / Tutela definitiva

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Pref. Alumínio/SP / 2016 / VUNESP

Q195.

Em um processo de conhecimento, o qual fique caracterizado abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório das partes, a parte lesada poderá requerer tutela provisória de

- A) evidência.
- B) urgência cautelar incidental.
- C) urgência antecipada antecedente.
- D) urgência cautelar antecedente.
- E) urgência antecipada incidental.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Processo e procedimento / Jurisdição contenciosa / Ações possessórias

Fonte: PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO / MPE/ES / 2016 / VUNESP

Q196.

Mário, residente em Salvador, tem a posse de um imóvel rural situado em São Carlos, há mais de três anos. Romário que é seu vizinho, há um ano e um dia vem alegando que as linhas de divisa dos imóveis estão erradas e que suas terras avançam para mais de um terço do imóvel de Mário. Este último discorda e diz que está tudo correto. No entanto, há alguns dias, Romário, no auge do conflito, afirmou pretender destruir as divisas e tomar posse da parte que lhe cabe, sendo que, inclusive, parou tratores na porteira do imóvel de Mário, com homens armados vigiando o local. Na hipótese, qual a ação cabível para a defesa dos interesses de Mário?

- A) Ação de manutenção de posse, em São Carlos, com pedido de liminar.
- B) Ação de reintegração de posse, em São Carlos, sem pedido de liminar.
- C) Ação de interdito proibitório, em São Carlos, com pedido de liminar.
- D) Ação de imissão na posse, em Salvador, com pedido de liminar.
- E) Ação de interdito proibitório, em Salvador, sem pedido de liminar.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Processo e procedimento / Jurisdição contenciosa / Inventário e partilha

Fonte: ADVOGADO / CEAGESP / 2016 / VUNESP

Q197.

Sobre a legitimidade ativa principal e não concorrente para propor ação de inventário e partilha, é correto afirmar que pode ser autor:

- A) o legatário.
- B) o herdeiro.
- C) o cessionário do herdeiro ou legatário.
- D) quem estiver na posse e na administração do espólio.
- E) o Ministério Público, havendo herdeiros incapazes.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Processo e procedimento / Jurisdição contenciosa / Embargos de terceiro

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR / TRT 20ª / 2016 / FCC

Q198.

Os embargos de terceiro

- A) não admitem prova oral.
- B) não podem ser opostos pelo cônjuge do devedor, salvo para defesa dos bens que poderá vir a herdar.
- C) podem ser opostos apenas no processo de execução.
- D) são distribuídos livremente, não suspendendo o processo principal.
- E) podem ser de terceiro proprietário, inclusive fiduciário, ou possuidor.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Processo e procedimento / Jurisdição contenciosa / Ação monitória

Fonte: PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO / MPE/ES / 2016 / VUNESP

Q199.

A ação monitória é cabível para exigir cumprimento de obrigação de

- A) pagar quantia certa decorrente de contrato de prestação de serviços, com assinatura das partes, mas não de testemunhas; para exigir dívida reconhecida por declaração do devedor, constante de uma missiva.
- B) pagar quantia certa, representada por contrato escrito, assinado apenas pelas partes, de entrega de coisa fungível ou relativa a bens imóveis ou expressa em declaração firmada por terceiros.
- C) pagar dívida representada por cheque prescrito, de entrega de coisa certa ou semovente ou relativa a bens móveis ou imóveis ou, ainda, expressa em declaração firmada por terceiros.
- D) fazer ou não fazer entrega de coisa fungível ou relativa a bens móveis; para exigir dívida reconhecida por declaração de terceiros ou expressa em duplicata sem aceite.
- E) dívida em dinheiro representada por cheque prescrito, entrega de coisa certa ou incerta, móveis ou semoventes, imóveis, bens fungíveis ou infungíveis ou ainda expressa pelo devedor em uma missiva.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Processo e procedimento / Jurisdição voluntária / Disposições gerais

Fonte: ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO (INTERIOR) / TJ/SP / 2018 / VUNESP

Q200.

Processa(m)-se durante as férias forenses, onde as houver, e não se suspendem pela superveniência delas:

- A) a homologação de desistência de ação.
- B) os procedimentos de jurisdição voluntária e os necessários à conservação de direitos, quando puderem ser prejudicados pelo adiamento.
- C) os processos que versem sobre arbitragem, inclusive sobre cumprimento de carta arbitral.
- D) o registro de ato processual eletrônico e a respectiva intimação eletrônica da parte.
- E) a realização de audiência cujas datas tiverem sido designadas.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Processo e procedimento / Jurisdição voluntária / Herança jacente

Fonte: PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO / MPE/ES / 2016 / VUNESP

Q201.

É correto afirmar que

- A) somente após o trânsito em julgado da decisão que declarar a herança vacante, o juiz, em cuja comarca tiver domicílio o falecido que deixou bens, mas não herdeiros, procederá sem perda de tempo a arrecadação de todos os seus bens.
- B) a herança jacente ficará sob guarda, conservação e administração de um curador até a respectiva entrega ao sucessor legalmente habilitado, ou até a declaração de vacância, caso em que será incorporada ao domínio da União, Estados e Municípios.
- C) após a declaração da herança vacante e ultimada a arrecadação de bens, o juiz mandará expedir edital, que será estampado por três vezes em jornal de grande circulação, dando prazo de um ano para que os sucessores venham se habilitar, após o qual, sem qualquer habilitação, declarará a herança jacente.
- D) no final do processo de herança vacante, o juiz, após um ano da publicação do edital, sem que haja herdeiros habilitados, declarará a herança jacente, podendo esta ser arrecadada exclusivamente pelos municípios.
- E) após o trânsito em julgado da sentença que declarou a vacância, o cônjuge, os herdeiros e também os credores somente poderão reclamar seu direito por ação direta.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Processo e procedimento / Procedimento comum / Petição inicial e seus requisitos, registro e distribuição, valor da causa, cumulação de pedidos; deferimento, indeferimento e emenda da inicial

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Pref. Marília/SP / 2017 / VUNESP

Q202.

Sobre os requisitos da petição inicial, assinale a alternativa correta.

- A) Em caso de determinação de emenda, o juiz deve indicar os defeitos existentes de forma genérica, sob pena de perda da sua imparcialidade.
- B) O pedido deve ser certo e determinado, podendo ser genérico nas ações universais se o autor não puder individualizar os bens demandados.
- C) Se o autor não cumprir a diligência para emenda da petição inicial, cabe ao réu, em preliminar de contestação, requerer a extinção do feito.
- D) É lícita a cumulação de vários pedidos contra o mesmo réu em um único processo, desde que entre eles haja conexão.
- E) A petição inicial será indeferida se, a despeito da falta de informação quanto ao nome, prenome, estado civil, profissão, for possível a citação do réu.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Processo e procedimento / Procedimento comum / Improcedência liminar do pedido

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Pref. Porto Ferreira/SP / 2017 / VUNESP

Q203.

Hugo, pretendendo reaver seus direitos, ingressa com uma ação pelo procedimento comum contra Fernando.

Seu advogado propõe a ação e neste momento tal exordial está sendo analisada pelo juiz. É certo que o magistrado poderá:

- A) determinar a emenda no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da petição inicial. Caso a emenda não se concretize, extinguirá o processo com solução do mérito.
- B) julgar extinta a ação sem resolução do mérito, se não preenchidos os requisitos da petição inicial e caso não se tenha emendado, quando então, Hugo, poderá interpor a apelação, da qual não cabe juízo

de retratação.

- C) determinar a citação de Fernando, caso a petição esteja apta, para que, querendo, apresente sua contestação diretamente na audiência de mediação e conciliação sob pena de revelia.
- D) julgar liminarmente improcedente a ação, antes mesmo da citação, caso se verifique a prescrição dos direitos de Hugo.
- E) designar desde logo a sessão de mediação e conciliação, citando o réu para comparecer à assentada. Havendo acordo, o juiz, mesmo após a citação, poderá julgar inepta a petição inicial, caso entenda que ela não preencheu os requisitos da legislação vigente.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Processo e procedimento / Procedimento comum / Audiência de conciliação ou mediação

Fonte: PROCURADOR / Pref. Campinas/SP / 2016 / FCC

Q204.

Em relação à audiência de conciliação ou de mediação, é correto afirmar:

- A) A audiência não será realizada se qualquer das partes, ainda que isoladamente, de maneira expressa ou tácita, manifestar seu desinteresse na composição consensual.
- B) As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos, podendo constituir representantes, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir.
- C) A intimação do autor para essa audiência será realizada pessoalmente, por via postal, ou, se incabível, por mandado a ser cumprido pelo Oficial de Justiça.
- D) Se houver desinteresse na autocomposição, o autor deverá apontá-la na petição inicial, cabendo ao réu fazê-lo por ocasião de sua contestação, necessariamente.
- E) O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato de litigância de má-fé, sendo apenado com multa de até cinco por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Processo e procedimento / Procedimento comum / Contestação e reconvenção

Fonte: ANALISTA - ADVOGADO / CRBio / 2017 / VUNESP

Q205.

João demanda contra José, pelo procedimento comum.

José, porém, entende que possui direitos a serem constituídos contra João. Nesse caso, é correto afirmar que

- A) José poderá contestar, e em peça apartada fazer reconvenção, sendo os prazos comuns. Caso a contestação seja protocolada antes, haverá preclusão consumativa para a apresentação da reconvenção.
- B) João poderá protocolar sua manifestação sobre eventual contestação apresentada por José caso este, em sua defesa, alegue fato impeditivo, modificativo ou extintivo aos seus direitos, permitindo-lhe o juiz a produção de provas.
- C) José deverá apresentar contestação com a reconvenção, sob pena de preclusão acerca de eventuais direitos que ele pretenda constituir contra João.
- D) se João requerer a desistência da ação em que José tenha feito reconvenção, ambas serão extintas, sem necessidade da anuência de José.
- E) se além de José, Antônio também possuir direitos conexos com os que estão sendo discutidos na ação proposta por João, não poderá apresentar eventual reconvenção nos autos, conjuntamente com José, pela vedação expressa na lei acerca da formação de litisconsórcio em sede de reconvenção.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Processo e procedimento / Procedimento comum / Julgamento conforme o estado do processo

Q206.

O juiz resolverá o mérito quando

- A) a petição inicial for indeferida.
- B) verificar a ausência de pressupostos de constituição do processo.
- C) reconhecer a existência de coisa julgada.
- D) homologar a desistência da ação.
- E) homologar a transação.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Processo e procedimento / Procedimento comum / Sentença

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Pref. Alumínio/SP / 2016 / VUNESP

Q207.

Sobre as disposições do Código de Processo Civil a respeito da eficácia da sentença no que concerne à remessa necessária, certo é que

- A) submeter-se-á a este instituto a sentença que julgar procedentes ou improcedentes os embargos à execução fiscal.
- B) mesmo não havendo apelação, a sentença proferida contra a União que tenha um valor mínimo superior a 1.000 salários-mínimos deverá passar pela remessa necessária, sendo que se o juiz não o fizer deverá o presidente do respectivo tribunal avocá-la.
- C) se a decisão estiver fundada em acórdão proferido pelo STF em julgamento de recursos repetitivos contra o Município, ainda assim deverá a sentença passar pelo crivo da remessa necessária.
- D) se a condenação tiver proveito econômico de 600 salários-mínimos e o condenado for o Distrito Federal, não haverá necessidade de remessa necessária.
- E) não se aplica as disposições de excepcionalidade da remessa necessária para as autarquias e fundações municipais.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Processo e procedimento / Procedimento comum / Coisa julgada

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO ÁREA JUDICIÁRIA - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL / TRF 5ª / 2017 / FCC

Q208.

Acerca da coisa julgada, considere:

I. Denomina-se coisa julgada formal a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.

II. A verdade dos fatos faz coisa julgada, quando estabelecida como fundamento da sentença.

III. A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, e em relação a terceiros juridicamente interessados.

IV. Os motivos não fazem coisa julgada, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.

V. Transitada em julgado a decisão de mérito, consideram-se formuladas e rejeitadas todas as defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A) I e III.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) II e V.
- E) IV e V.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Processo e procedimento / Procedimento comum / Cumprimento provisório e definitivo da sentença

Fonte: ADVOGADO / CEAGESP / 2016 / VUNESP

Q209.

Diante de uma sentença condenatória transitada em julgado, o exequente, para receber seus créditos, deverá,

- A) nos mesmos autos, requerer o cumprimento de sentença, sendo que o executado terá três dias para realizar o pagamento, sob pena de penhora.
- B) nos mesmos autos, requerer o cumprimento de sentença para pagamento do valor devido em 15 dias, sob pena de multa de 10% sobre o montante devido, sem prejuízo de penhora dos bens do executado.
- C) em autos apensos, requerer o cumprimento de sentença, sendo que o executado terá quinze dias para pagamento, sob pena de multa de 10% sobre o montante devido, sem prejuízo de penhora dos bens do executado.
- D) em autos separados, propor ação de execução por título extrajudicial, com determinação para que o executado pague em três dias, sob pena de penhora, e com a possibilidade de pagar cinquenta por cento do valor dos honorários de advogado se realizar o pagamento voluntário.
- E) nos mesmos autos, propor ação de execução por título extrajudicial, com determinação para que o executado pague em três dias, sob pena de penhora, e com a possibilidade de pagar cinquenta por cento do valor dos honorários de advogado se realizar o pagamento voluntário.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Processo de execução / Espécies de execução / Por quantia certa

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Pref. Marília/SP / 2017 / VUNESP

Q210.

Maria locou um apartamento de propriedade de João, pelo valor mensal de R\$ 3.000,00 (três mil reais), por um prazo de 120 meses. Foi previsto no contrato a aplicação de índice de correção monetária oficial, a ser aplicado anualmente. Contudo, todo o contrato foi cumprido, mediante o pagamento mensal do valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), sem qualquer correção monetária, e sem qualquer oposição do locador. Após o término do contrato, foi o imóvel entregue. Contudo, após dois anos da entrega do imóvel, Maria recebeu uma citação decorrente de um processo judicial, no qual o locador pretendia reaver a correção monetária não paga durante todo o período do contrato.

A pretensão do locador deve ser julgada

- A) procedente, tendo em vista que o contrato previa a obrigação de pagamento com correção monetária, incidindo o princípio da força obrigatória dos contratos.
- B) improcedente, tendo em vista a prescrição dos valores devidos, cujo prazo é de um ano, contado do término do contrato.
- C) improcedente, tendo em vista a configuração do instituto da supressio, decorrente do princípio da boa-fé.

- D) parcialmente procedente, tendo em vista o prazo prescricional de três anos, contados da data de vencimento de cada mensalidade do aluguel.
- E) procedente, tendo em vista que a correção monetária apenas recompõe o valor da moeda, não podendo a locatária se beneficiar da sua torpeza (venire contra factum proprium).

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Processo de execução / Espécies de execução / Execução de alimentos

Fonte: ANALISTA JURÍDICO DE DEFENSORIA - CIÊNCIAS JURÍDICAS / DPE/AM / 2018 / FCC

Q211.

A respeito da execução de alimentos, é correto afirmar:

- A) O débito alimentar que autoriza a decretação da prisão civil do alimentante é o que compreende até as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo.
- B) O cumprimento integral da prisão civil exige o executado do pagamento das prestações que a ensejaram.
- C) No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia ou de decisão interlocutória que fixe alimentos, o juiz, de ofício ou a requerimento do exequente, mandará intimar o executado pessoalmente para, em cinco dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuar-lo.
- D) Se o executado for funcionário público, não poderá o juiz, em nenhuma hipótese, atender ao requerimento do exequente para que se realize o desconto em folha de pagamento da importância da prestação alimentícia.
- E) Cabe a impetração de habeas corpus contra a decisão que decreta a prisão civil do devedor de alimentos por ausência de previsão legal de recurso para atacá-la.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Processo de execução / Oposição à execução / Embargos à execução

Fonte: PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO / MPE/ES / 2016 / VUNESP

Q212.

Em determinada execução por título extrajudicial, há três executados, João, Pedro e Maria, sendo que esses dois últimos, além de serem casados um com o outro, também têm o mesmo patrono, o qual, por sua vez, não é o mesmo contratado por João. Nesse caso, o prazo para embargos à execução

- A) que é de quinze dias, para todos os executados, será contado da juntada do último mandado de citação aos autos.
- B) será contado em dobro, para cada executado, da juntada do respectivo mandado de citação, aos autos.
- C) será de dez dias, contados da juntada aos autos, do mandado de efetivação da penhora.
- D) que é de quinze dias, será contado para João, da juntada, aos autos, do respectivo mandado de citação, sendo que, para o casal, será contado, entre eles, da juntada do último dos respectivos mandados de citação.
- E) será de quinze dias, contados, para cada executado, da juntada do respectivo mandado de citação, aos autos.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Processo de execução / Recursos / Disposições gerais

Fonte: PROCURADOR LEGISLATIVO / Câmara de Taquaritinga / 2016 / VUNESP

Q213.

João é autor de uma ação de procedimento comum contra Alberto. A ação foi julgada parcialmente procedente. Estando no prazo para recursos, é correto afirmar que:

- A) pela aplicação do princípio que proíbe reformatio in pejus, mesmo que Alberto recorra da decisão, o Tribunal não poderá modificá-la para desfavorecer João, na parte que ganhou em primeiro grau de jurisdição.
- B) o recurso de que ambos podem se valer é o de apelação, sendo que nesse caso não é admitida a

interposição desse recurso por meio da modalidade adesiva.

- C) se João recorrer, poderá, a qualquer tempo, com a anuência do recorrido e dos litisconsortes, desistir do recurso.
- D) se o assunto da ação proposta por João tratar de homologação de divisão de terras, interposta a apelação, essa deverá ser recebida tanto no efeito devolutivo quanto no suspensivo.
- E) Alberto interpôs a apelação, não sendo beneficiário das isenções das taxas judiciárias. Verificando-se a insuficiência no valor do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, tal fato implicará em deserção se, intimado na pessoa de seu advogado, não vier a supri-lo no prazo de 5 (cinco) dias.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Processo de execução / Recursos / Apelação

Fonte: ANALISTA - ADVOGADO / CRBio / 2017 / VUNESP

Q214.

Pedro ingressou com uma ação contra Antônio. A ação foi julgada totalmente procedente, sendo que a decisão está no prazo de recurso. Diante desse quadro, assinale a alternativa correta.

- A) Apenas Pedro poderá recorrer pelo princípio da sucumbência, sendo que o recurso correto é o de Apelação.
- B) Se a ação tratar sobre demarcação de terras, Pedro poderá interpor Apelação que não terá efeito suspensivo.
- C) Caso a sentença confirme a antecipação de tutela, Pedro poderá interpor Agravo Retido contra a decisão.
- D) Apenas Antônio poderá recorrer pelo princípio da sucumbência, sendo que o recurso correto é o de Apelação.
- E) Em se tratando de decisão que estabeleça convenção de arbitragem, Antônio e Pedro terão interesse em recorrer por meio de Recurso Especial, que não receberá efeito suspensivo.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Processo de execução / Recursos / Agravo de instrumento

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Câmara de Mogi das Cruzes/SP / 2017 / VUNESP

Q215.

A respeito do tema dos recursos no direito processual civil, é correto afirmar que

- A) a preliminar de repercussão geral da questão constitucional suscitada é requisito formal necessário para o conhecimento de todos os recursos extraordinários, sob pena de não ser admitido o referido recurso.
 - B) o juízo de retratação do magistrado somente é cabível no agravo de instrumento e no recurso especial.
 - C) os embargos de declaração interpostos intempestivamente pelo recorrente não suspendem o prazo para interposição de outro recurso.
 - D) a recusa do recorrido ao pedido de desistência recursal deve ser fundamentada e justificada, não bastando a simples alegação de discordância.
 - E) os embargos infringentes são cabíveis quando o acórdão não unânime proferido pelo tribunal houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito.
-

Direito Processual Civil / Processo de execução / Recursos / Agravo interno

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Pref. Porto Ferreira/SP / 2017 / VUNESP

Q216.

X ingressou com uma ação contra a empresa Y. X teve sua demanda julgada improcedente e por isso recorreu. O desembargador relator, em decisão monocrática, não conheceu da apelação, pois entendeu que esta não foi preparada adequadamente, não concedendo prazo para que X sanasse o vício, determinando inclusive a certificação do trânsito em julgado. Ocorre que X é beneficiária da Justiça Gratuita e por isso isenta de custas de preparo.

A medida judicial cabível para que X questione a atitude do desembargador e consiga reverter a decisão é

- A) Agravo de Instrumento.
- B) Embargos de Divergência.
- C) Recurso Especial.
- D) Recurso Ordinário.
- E) Agravo Interno.

Direito Processual Civil / Processo de execução / Recursos / Embargos de declaração

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Pref. Marília/SP / 2017 / VUNESP

Q217.

Matheus ajuizou ação contra seu Município, buscando reparação de danos morais alegando que seu nome foi equivocadamente inscrito no cadastro de inadimplentes. O Município apresentou contestação. A ação foi julgada improcedente e o Município condenado a pagar as custas e honorários advocatícios em favor de Matheus. Diante da situação hipotética, o Município, por meio de sua procuradoria, deverá

- A) opor embargos de declaração no prazo de cinco dias, endereçado ao juiz da causa para que ele corrija a sentença.
- B) interpor apelação no prazo de quinze dias, endereçada ao juiz da causa para que ele modifique a sentença.
- C) opor embargos de declaração no prazo de quinze dias, endereçado ao juiz da causa para que ele modifique a sentença.
- D) interpor agravo de instrumento no prazo de quinze dias, endereçado ao tribunal para que a sentença seja reformada.
- E) opor embargos de declaração no prazo de cinco dias, endereçado ao tribunal para que a sentença seja reformada.

Direito Processual Civil / Processo de execução / Recursos / Recurso Extraordinário; Recurso Especial

Fonte: ANALISTA - ADVOGADO / CRBio / 2017 / VUNESP

Q218.

Assinale a alternativa correta a respeito do recurso extraordinário.

- A) Pode ser interposto nas causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

- B) A repercussão geral das questões constitucionais, que deve ser demonstrada pelo recorrente, somente pode ser aceita pelo STF pela manifestação de dois terços de seus membros.
- C) Não pode ser interposto para discutir decisão, mesmo em causas decididas em última ou única instância, que tenha declarado inconstitucional tratado internacional.
- D) Pode ser interposto nas causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal.
- E) É admissível a interposição do recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Processo de execução / Recursos / Embargos de Divergência; Noções gerais e hipóteses de cabimento

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRT 2ª / 2018 / FCC

Q219.

Considere a seguinte situação hipotética:

No ano de 2015, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça julgou um importante tema de direito privado em sede de recurso especial envolvendo contratos bancários. Neste ano de 2018 houve alteração na composição da referida Turma, com a saída de três dos cinco Ministros e a posse de três novos Ministros. No mês de Abril do corrente ano, a mesma Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, quando do julgamento de outro recurso especial, divergiu do julgamento anterior proferido no ano de 2015, quando da análise da mesma questão de mérito envolvendo contratos bancários. Neste caso, nos termos estabelecidos pelo Código de Processo Civil, a parte interessada poderá interpor

- A) agravo regimental.
- B) embargos de divergência.
- C) embargos infringentes.
- D) mandado de segurança.
- E) reclamação.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Mandado de segurança individual e coletivo

Fonte: PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO / MPE/ES / 2016 / VUNESP

Q220.

São legitimados para propor mandado de segurança coletivo, nos termos da lei:

- A) organização sindical, entidade de classe ou associação, sendo esta última legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, um ano, em defesa dos direitos líquidos e certos de seus membros ou associados, na forma de seus estatutos, devendo haver pertinência temática e tratar apenas de direitos coletivos e individuais homogêneos, sendo dispensada autorização especial de seus membros.
- B) partido político com representação no Congresso Nacional e organização sindical desde que legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, um ano, em defesa dos direitos líquidos e certos de seus membros ou associados, na forma de seus estatutos, devendo haver pertinência temática e tratar de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, sendo dispensada autorização especial de seus membros.
- C) partido político com representação no Congresso Nacional, na defesa de seus interesses legítimos, e associações desde que legalmente constituídas e em funcionamento há, pelo menos, um ano, em defesa dos direitos líquidos e certos de seus membros ou associados, na forma de seus estatutos, devendo haver pertinência temática e tratar

apenas de direitos coletivos e individuais homogêneos, exigindo-se autorização especial de seus membros.

- D) partido político com representação no Congresso Nacional e entidade de classe legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, um ano, em defesa dos direitos líquidos e certos de seus membros ou associados, na forma de seus estatutos, devendo haver pertinência temática e tratar apenas de direitos coletivos e individuais homogêneos, mediante autorização especial de seus membros.
- E) organização sindical, entidade de classe e associação, exigindo-se que todas sejam legalmente constituídas e estejam em funcionamento há, pelo menos, um ano, em defesa dos direitos líquidos e certos de seus membros ou associados, na forma de seus estatutos, devendo haver pertinência temática e tratar apenas de direitos coletivos e individuais homogêneos, sendo dispensada autorização especial de seus membros.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Ação Popular

Fonte: PROCURADOR MUNICIPAL / Pref. Sertãozinho/SP / 2016 / VUNESP

Q221.

Quanto à ação popular, assinale a alternativa correta.

- A) A ação popular pode ser proposta pelo cidadão para pleitear anulação de atos lesivos ao patrimônio público, desde que tenha mais de 18 anos de idade, quando adquire a capacidade plena para os atos da vida civil.
- B) O Ministério Público possui legitimidade para propor ação popular, na defesa do patrimônio público, da moralidade administrativa, do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural.
- C) É facultado a qualquer cidadão habilitar-se como litisconsorte ou assistente do autor da ação popular.
- D) Não é possível a condenação do autor no pagamento de custas e honorários advocatícios.
- E) O prazo para a propositura da ação popular é de dois anos e tem natureza decadencial.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito da Infância e da Juventude / Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 1990) / Do Ministério Público

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Pref. Porto Ferreira/SP / 2017 / VUNESP

Q222.

No que diz respeito ao Termo de Ajustamento de Conduta, assinale a alternativa correta.

- A) O Ministério Público tem legitimidade exclusiva para realizar termos de ajustamento de conduta.
- B) Realizado o termo, esse passa a ter força de título executivo judicial, podendo ser executado por meio de cumprimento de sentença.
- C) O termo de ajustamento de conduta só se torna exigível após a homologação pelo Poder Judiciário.
- D) O objeto desse termo são apenas os direitos classificados como difusos.
- E) O termo de ajustamento de conduta é prescindível à ação civil pública.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Tutela de Interesses Difusos e Coletivos / Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos

Fonte: ADVOGADO / SABESP / 2014 / FCC

Q223.

A sentença em ação coletiva, tendo como objeto interesses individuais homogêneos,

- A) não impede que, em caso de improcedência da ação coletiva, os interessados proponham ação individual de indenização, se não tiverem atuado como litisconsortes.
- B) poderá ter execução coletiva, a qual exclui a possibilidade de execuções individuais.
- C) poderá ser liquidada e executada, entre outros, pelo Ministério Público, em proveito direto das vítimas, quando, decorrido o prazo de 2 (dois) anos, não houver habilitado interessados em número compatível com a gravidade do dano.
- D) faz coisa julgada apenas em relação ao legitimado que propôs a ação, qualquer que tenha sido o seu conteúdo.
- E) pode ser liquidada e executada pela vítima mas não por seus sucessores, dado o caráter personalíssimo da decisão.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Tutela de Interesses Difusos e Coletivos / Meio Ambiente / Política Nacional do Meio Ambiente

Fonte: ANALISTA DE GESTÃO - ADMINISTRAÇÃO / SABESP / 2018 / FCC

Q224.

Entre os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente previstos na Lei nº 6.938/1981 se inclui-se a denominada servidão ambiental, que

- A) corresponde, em relação a áreas particulares, ao espaço territorialmente protegido, este último de titularidade pública.
- B) é determinada pelo órgão de proteção ambiental federal ou estadual, sempre em caráter não oneroso.
- C) poderá ser onerosa ou gratuita e, quanto à duração, perpétua ou temporária, porém nunca com duração inferior a 15 anos.
- D) pode recair sobre reserva legal ou unidade de conservação, viabilizando um grau razoável de aproveitamento econômico.
- E) é sempre instituída por lei, ensejando a perda do potencial de exploração econômica da área e gerando direito à indenização correspondente.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Tutela de Interesses Difusos e Coletivos / Meio Ambiente / Tutela administrativa do ambiente: poder de polícia, competência, licenciamento, responsabilidade administrativa

Fonte: ESPECIALISTA EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO URBANA / Pref. Suzano/SP / 2016 / VUNESP

Q225.

Assinale alternativa correta referente às etapas do licenciamento ambiental para empreendimentos de grande impacto.

- A) LP – Licença Prévia: é fornecida após a instalação do empreendimento e se transforma em Licença de Operação depois de verificadas as condições reais da operação.
- B) LO – Licença de Obra: refere-se à permissão de início das obras do empreendimento após a aprovação dos respectivos estudos de viabilidade ambiental.
- C) LO – Licença de Operação: é concedida concomitantemente com a LI – Licença de Instalação – de forma a não acarretar prejuízos econômicos para o empreendedor.
- D) LI – Licença de Instalação: é concedida após a aprovação dos Estudos de Impacto Ambiental, cabendo ao órgão emissor da licença estabelecer condicionantes.
- E) LI – Licença de Instalação: refere-se à instalação de equipamentos de monitoramento para o desenvolvimento dos estudos de viabilidade ambiental do empreendimento.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Tutela de Interesses Difusos e Coletivos / Meio Ambiente / Tutela e responsabilidade civil do ambiente

Fonte: PROCURADOR / Pref. Campinas/SP / 2016 / FCC

Q226.

O Poder Público adquiriu, por meio de venda e compra, um terreno pertencente a uma fábrica de fertilizantes desativada, para reforma e instalação de uma unidade produtora de vacinas, a cargo de um ente da Administração indireta.

Durante a execução das obras, foi identificado um foco de contaminação no solo, situação que não fora identificada durante as providências e análises prévias à aquisição.

Diante da divulgação da notícia, o Ministério Público instaurou inquérito civil para investigação do ocorrido e apuração de eventuais danos ambientais.

Diante desse cenário, o Poder público

- A) deve pagar os custos da recuperação ambiental, na qualidade de usuário-pagador e principal responsável, em razão da titularidade do domínio, podendo mover ação de indenização em face do antigo proprietário, na qual caberá demonstrar a culpa pelos danos.
- B) não pode ser responsabilizado, salvo por modalidade subjetiva, tendo em vista que o princípio do poluidor-pagador exige que o real causador seja instado a sanar os danos ambientais.
- C) tem responsabilidade exclusiva e integral pela recuperação ambiental da área, em razão da sucessão dominial operada, salvo se o contrato de venda e compra possuir alguma disposição em sentido diverso.
- D) deve aderir ao polo ativo de eventual ação de indenização para busca do real causador dos danos ambientais e da proporcional reparação.
- E) pode estar sujeito à recuperação dos danos ambientais, sem prejuízo da possibilidade do antigo proprietário ser solidariamente responsabilizado pelos danos ambientais que tiver causado.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Tutela de Interesses Difusos e Coletivos / Proteção ao patrimônio público e social / Idoso

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Pref. Marília/SP / 2017 / VUNESP

Q227.

Com relação ao transporte, o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) estabelece que

- A) aos maiores de sessenta e cinco anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.
- B) para ter acesso à gratuidade, basta que o idoso apresente qualquer documento pessoal que faça prova de sua idade e um comprovante de endereço demonstrando que reside no respectivo Município.
- C) nos veículos de transporte coletivo, serão reservados vinte por cento dos assentos para os idosos, devidamente identificados com a placa de reservado preferencialmente para idosos.
- D) no caso das pessoas compreendidas na faixa etária entre sessenta e sessenta e cinco anos, ficará a critério da legislação federal dispor sobre as condições para exercício da gratuidade nos meios de transporte coletivo.
- E) é assegurada a reserva, para os idosos, nos termos da lei local, de dez por cento das vagas nos estacionamentos públicos e de vinte por cento nos privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Tutela de Interesses Difusos e Coletivos / Proteção ao patrimônio público e social / Pessoa com deficiência

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 24ª / 2017 / FCC

Q228.

A legislação mais moderna se refere à pessoa que tem "impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas", como

- A) deficiente.
- B) pessoa com deficiência.

- C) pessoa portadora de deficiência.
- D) pessoa portadora de necessidades especiais.
- E) excepcional.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Tutela de Interesses Difusos e Coletivos / Proteção ao patrimônio público e social / Inclusão social

Fonte: ANALISTA ÁREA SAÚDE - ESPECIALIDADE ASSISTENTE SOCIAL / DPE/RS / 2017 / FCC

Q229.

De acordo com o último Censo aproximadamente 23% de brasileiros declararam ter, ao menos, um tipo de deficiência. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência visa assegurar e promover a igualdade do exercício de liberdades fundamentais desse segmento. Dentre os elementos de reconhecimento igual perante esta Lei, está a curatela adotada como uma medida protetiva extraordinária apenas em caso de

- A) direito ao próprio corpo.
- B) direito à privacidade.
- C) estabelecimento de matrimônio.
- D) natureza negocial.
- E) acesso ao trabalho.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Tutela de Interesses Difusos e Coletivos / Proteção ao patrimônio público e social / Saúde Pública

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Pref. Porto Ferreira/SP / 2017 / VUNESP

Q230.

Uma indústria de cerâmica passa a depositar seus detritos no leito de um rio de Porto Ferreira sem adotar as medidas corretas para proteger a salubridade das águas daquele manancial. Muitas famílias ribeirinhas que dependem da pesca e da água para consumo sofrem com a poluição causada pela indústria.

Neste caso, é correto afirmar que

- A) as pessoas lesadas formam uma coletividade de pessoas, e possuem interesses difusos que as unem.
- B) no caso em apreço a coletividade se une por meio dos direitos coletivos stricto sensu.
- C) essa situação não poderá ser tutelada pela defesa coletiva, tendo em vista que cada pessoa vitimada possui prejuízos individuais que não podem ser discutidos de forma comum.
- D) revela uma situação que demonstra violação de direitos individuais homogêneos.
- E) no caso em apreço, temos duas classes de direitos coletivos que se observam: para os que falecerem, tem-se o direito coletivo stricto sensu. Já para os que se ferirem, a coletividade se une por interesses individuais homogêneos.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Tutela de Interesses Difusos e Coletivos / Consumidor / A proteção e defesa do consumidor na Constituição Federal de 1988

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Pref. Alumínio/SP / 2016 / VUNESP

Q231.

No que diz respeito à Lei Federal nº 8.078/90, é correto afirmar que

- A) os direitos nela previstos em favor do consumidor não excluem outros decorrentes de tratados ou convenções internacionais de que o Brasil seja

signatário.

- B) tendo mais de um autor a ofensa contra o consumidor, o agente principal do ato danoso responde objetivamente, e os demais responderão subsidiariamente pela reparação dos danos.
- C) estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem privada, porém de interesse social.
- D) consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final ou intermediário.
- E) a Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores e fornecedores no mercado de consumo.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Tutela de Interesses Difusos e Coletivos / Consumidor / Direitos básicos do consumidor

Fonte: ANALISTA - ADVOGADO / CRBio / 2017 / VUNESP

Q232.

Josefino estava parado no posto de gasolina da rede Predileto, abastecendo seu carro, quando, de repente, um helicóptero da empresa Duro na queda caiu sobre tal estabelecimento, morrendo na explosão todos que estavam no helicóptero e no posto. Nesse caso, com relação à liame que agora une essas partes, é correto afirmar que Josefino

- A) é considerado consumidor em relação ao posto de gasolina, mas não em relação à empresa dona do helicóptero.
- B) é consumidor por equiparação com as duas empresas.
- C) é consumidor por equiparação em relação à empresa do helicóptero, mas com relação ao posto de gasolina, mantém uma relação civil, tutelada pelo Código Civil.
- D) mantém relação civil e não de consumo com ambas as empresas.
- E) é consumidor tanto do posto quanto da empresa Duro na queda, sendo que da última é assim considerado por equiparação.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Tutela de Interesses Difusos e Coletivos / Consumidor / Prevenção e reparação de danos

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Pref. Alumínio/SP / 2016 / VUNESP

Q233.

Quanto à responsabilidade civil do fornecedor no âmbito das relações de consumo, com base na Lei Federal nº 8.078/90, cabe asseverar que

- A) a responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada objetivamente.
- B) o fabricante não será responsabilizado pelo fato do produto quando provar culpa concorrente do consumidor.
- C) o comerciante é igualmente responsável pelo fato do produto, ainda que conserve adequadamente os produtos perecíveis.
- D) não sendo o vício sanado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, pode o consumidor exigir a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso.
- E) a ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços o exime de responsabilidade.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Tutela de Interesses Difusos e Coletivos / Consumidor / Desconsideração da personalidade jurídica

Fonte: PROCURADOR DO MUNICÍPIO / Pref. Rosana/SP / 2016 / VUNESP

Q234.

Sobre a desconsideração da personalidade jurídica prevista no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que

- A) as sociedades integrantes dos grupos societários são subsidiariamente responsáveis, enquanto as sociedades controladas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.
- B) o juiz deverá desconsiderar a personalidade jurídica somente quando houver má administração e falência do fornecedor.
- C) as empresas coligadas respondem solidária e objetivamente pelos prejuízos causados aos consumidores.
- D) as sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.
- E) as sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas são ambas solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Tutela de Interesses Difusos e Coletivos / Consumidor / Práticas comerciais

Fonte: ANALISTA - ADVOGADO / CRBio / 2017 / VUNESP

Q235.

Determinada empresa de roupas fez anúncio em um jornal de grande circulação de São Paulo, colocando as seguintes frases: "Sempre pensando no figurino das sereias e nunca das baleias" e "Não basta ser magra para ser linda, tem que se vestir bem". Um órgão que defende direitos humanos se insurgiu contra tal anúncio.

É correto afirmar que

- A) há motivos para tal reclamação, pois a publicidade é enganosa por ação.
- B) por se tratar de publicidade enganosa por omissão, há motivos para essa reclamação.
- C) não há motivos para qualquer reclamação, pois é apenas uma frase que não causa ofensa a ninguém.
- D) a publicidade é abusiva e, por isso, há motivos para reclamar sobre o anúncio.
- E) é publicidade enganosa por ação e por omissão ao mesmo tempo, e por tal motivo há razões para a indignação.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Tutela de Interesses Difusos e Coletivos / Consumidor / Proteção contratual

Fonte: PROCURADOR MUNICIPAL / Pref. Sertãozinho/SP / 2016 / VUNESP

Q236.

No que concerne aos contratos de consumo, é correto afirmar que

- A) firmados entre fornecedor e consumidor pessoa jurídica, é válida a cláusula contratual que estabeleça que a indenização poderá ser limitada, em situações justificáveis.
- B) será reputado de adesão aquele cujas cláusulas tenham sido estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de serviços, sendo que a inserção de cláusula no formulário pelo consumidor o desfigura como tal.
- C) as multas de mora decorrentes do inadimplemento de obrigações no seu termo não poderão ser superiores a 10 (dez) por cento do valor da prestação.
- D) quando de adesão, suas cláusulas deverão ser redigidas em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte não será inferior

ao corpo onze, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor.

- E) as cláusulas contratuais serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor, desde que caracterizada a má-fé do fornecedor.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Tutela de Interesses Difusos e Coletivos / Consumidor / Sanções administrativas

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Pref. Marília/SP / 2017 / VUNESP

Q237.

O Código de Defesa do Consumidor prevê diversas formas de sanções administrativas, dentre elas: multa, apreensão ou inutilização do produto, suspensão de fornecimento ou de atividade e imposição de contrapropaganda. Dada tal afirmação, assinale a alternativa correta.

- A) As sanções administrativas serão aplicadas pela autoridade judiciária da comarca onde ocorrer o dano ou no domicílio do consumidor lesado.
- B) Não é possível a aplicação de sanções administrativas por medida cautelar antes do trânsito em julgado.
- C) A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração, será revertida proporcionalmente entre o Fundo de Proteção ao Consumidor e o consumidor diretamente lesado.
- D) Quando forem constatados vícios de quantidade ou qualidade por inadequação do produto ou serviço, a pena de suspensão temporária de atividade será aplicada pela administração, mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa.
- E) A pena de contrapropaganda será divulgada pelo responsável da mesma forma, frequência e dimensão, preferencialmente no mesmo veículo, local, espaço e horário anteriormente apresentada, de modo que seja capaz de desfazer o malefício da publicidade enganosa ou abusiva.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Tutela de Interesses Difusos e Coletivos / Consumidor / Defesa do consumidor em juízo

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Câmara de Marília/SP / 2016 / VUNESP

Q238.

Sobre a defesa do consumidor em juízo, assinale a assertiva verdadeira.

- A) A defesa dos interesses e direitos dos consumidores poderá ser exercida em juízo individualmente pelo interessado, ou por meio do Ministério Público quando for ele hipossuficiente.
- B) São assim entendidos como interesses ou direitos difusos, os transindividuais de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas determinadas e ligadas por circunstâncias de fato.
- C) O Município tem legitimidade para a defesa meta-individual do consumidor em juízo.
- D) As associações legalmente constituídas há pelo menos seis meses e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos do consumidor, em regra, são legitimadas para a defesa coletiva do consumidor em juízo.
- E) Para a defesa dos direitos e interesses do consumidor em juízo, são admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela, desde que previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Tutela de Interesses Difusos e Coletivos / Consumidor / Ações coletivas

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Pref. Marília/SP / 2017 / VUNESP

Q239.

Considerando a distinção das categorias de direitos transindividuais segundo as suas origens, na hipótese de consumidores que adquiriram produtos fabricados em série com defeito, ou seja, interessados determináveis que estão ligados entre si por uma mesma situação de fato compõem a categoria de

- A) interesses coletivos em sentido estrito.
- B) direito individual puro.
- C) interesses individuais homogêneos.
- D) interesses individuais heterogêneos.
- E) interesses difusos.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Tutela de Interesses Difusos e Coletivos / Consumidor / Sistema Nacional de Defesa do Consumidor

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Câmara de Marília/SP / 2016 / VUNESP

Q240.

Ao organismo de coordenação da política do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor cabe

- A) solicitar à polícia judiciária a instauração de inquérito policial para a apreciação de delito contra os consumidores e os fornecedores.
- B) determinar ao Ministério Público competente que adote as medidas processuais cabíveis contra infrações aos direitos dos consumidores que violem os interesses difusos, coletivos, ou individuais dos consumidores.
- C) prestar aos consumidores orientação permanente sobre seus direitos e garantias, desde que hipossuficientes.
- D) informar, conscientizar e motivar o consumidor e o fornecedor, por meio dos diferentes meios de comunicação.
- E) incentivar, inclusive com recursos financeiros e outros programas especiais, a formação de entidades de defesa do consumidor pela população e pelos órgãos públicos estaduais e municipais.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Tutela de Interesses Difusos e Coletivos / Consumidor / Inquérito civil; Natureza. Finalidade. Princípios. Instauração. Poderes instrutórios

Fonte: PROCURADOR / Pref. Campinas/SP / 2016 / FCC

Q241.

Sobre o instituto do Inquérito Civil, é correto afirmar:

- A) A instauração de inquérito civil é causa suspensiva para fluência do prazo prescricional para que o consumidor exerça o direito de reclamar sobre vícios aparentes ou de fácil constatação de serviço ou de produto.
- B) O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento consolidado dando conta da possibilidade de trancamento do inquérito civil tanto pela via do habeas corpus, como pela via mandamental.
- C) O controle do arquivamento dos inquéritos civis pelo Conselho Superior do Ministério Público também se aplica às peças de informações.
- D) Jurisprudência dominante nos tribunais superiores vem admitindo o arquivamento implícito do inquérito civil, em oposição ao que ocorre com o inquérito policial, onde o arquivamento implícito não é admitido.
- E) O membro do Ministério Público que promoveu o arquivamento de inquérito civil e teve sua decisão reformada pelo Conselho Superior da instituição somente pode atuar na Ação Civil Pública resultante, na qualidade de custos legis.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Comercial e Empresarial / Empresário / Caracterização, inscrição e capacidade. Os microempresários e empresários de pequeno porte

Fonte: ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE TRANSPORTE I - DIREITO / ARTESP / 2017 / FCC

Q242.

De acordo com o disposto no Código Civil Brasileiro, considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou de serviços. O mesmo diploma legal estabelece, contudo, alguns requisitos, bem como vedações ou limitações ao exercício da atividade empresária e, nesse sentido,

- A) não considera empresário aquele que exerça profissão intelectual ou artística, ainda que o exercício constitua elemento de empresa.
- B) obriga o empresário casado sob o regime da comunhão universal a obter outorga conjugal para alienar ou gravar bens que integram o patrimônio da empresa.
- C) veda a realização de atividade científica sob o regime de empresa, obrigando que a mesma seja exercida, ainda que com finalidade econômica, na forma de associação ou fundação.
- D) obriga a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, dispensando o registro de filial, sucursal ou agência.
- E) aquele que estiver legalmente impedido de exercer atividade própria de empresário, ainda assim, se o fizer, responde pelas obrigações contraídas perante terceiros.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Comercial e Empresarial / Empresário / A escrituração

Fonte: PROCURADOR DO MUNICÍPIO / Pref. Rosana/SP / 2016 / VUNESP

Q243.

Considerando a necessidade de retificação do registro ou da averbação, que vise à indicação de rumos, ângulos de deflexão ou inserção de coordenadas georeferenciadas, em que não haja alteração das medidas perimetrais, em escritura pública, esta poderá ser feita somente

- A) a pedido do proprietário, por ação judicial.
- B) a pedido de qualquer interessado, por ação judicial.
- C) a pedido do Cartório, por ação judicial.
- D) de ofício ou a requerimento do interessado, por procedimento administrativo ou por ação judicial.
- E) a requerimento da municipalidade, por procedimento administrativo ou ação judicial.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Comercial e Empresarial / Empresário / A Empresa Individual de Responsabilidade Limitada

Fonte: PROCURADOR DA PROCURADORIA ESPECIAL / TCM/RJ / 2015 / FCC

Q244.

Acerca da empresa individual de responsabilidade limitada, considere:

I. Seu titular não poderá figurar em outras empresas de mesma modalidade, nem participar, como sócio, de quaisquer sociedades empresárias.

II. Seu nome empresarial deverá ser formado pela inclusão da expressão "LTDA." após a firma ou a denominação social.

III. Será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não poderá ser inferior a cem vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

IV. Poderá ser formada a partir da concentração das quotas de sociedade limitada num único sócio, independentemente das razões que motivaram tal concentração.

V. Sua personalidade jurídica confunde-se com a do seu titular, sendo incapaz de adquirir personalidade jurídica própria.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A) III e IV.
- B) I e V.
- C) II e V.
- D) I e IV.
- E) II e III.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Comercial e Empresarial / Empresário / Estabelecimento

Fonte: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO / TCE/PI / 2014 / FCC

Q245.

A alienação do estabelecimento

- A) extingue os contratos celebrados pelo alienante, tenham ou não caráter pessoal.
- B) não é admitida, em razão do princípio da preservação da empresa.
- C) implica proibição de concorrência, pelo alienante ao adquirente, pelo prazo de cinco anos da transferência, salvo se houver autorização expressa.
- D) faz cessar as obrigações do alienante pelas dívidas anteriores à alienação.
- E) produz efeitos perante terceiros independentemente de averbação.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Comercial e Empresarial / Sociedades / Disposições gerais

Fonte: PROCURADOR MUNICIPAL / Pref. Sertãozinho/SP / 2016 / VUNESP

Q246.

É correto afirmar que

- A) as pessoas jurídicas de direito público interno não respondem objetivamente pelos danos causados por atos de seus agentes, no exercício de suas funções.
- B) a existência legal das pessoas jurídicas inicia-se, em regra, com o início de suas atividades.
- C) o sistema brasileiro admite a constituição de empresa individual de responsabilidade limitada.
- D) para a desconsideração da personalidade jurídica, o Código Civil de 2002 adotou a denominada teoria menor, pela qual haverá desconsideração sempre que a personalidade jurídica representar empecilho para saldar o crédito de terceiros.
- E) as fundações são pessoas jurídicas de direito privado, constituídas pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Comercial e Empresarial / Sociedades / Sociedade em conta de participação

Fonte: ADVOGADO JÚNIOR / Metrô/SP / 2012 / FCC

Q247.

Na sociedade em conta de participação:

- A) a especialização patrimonial produz efeitos em relação aos sócios e terceiros interessados ou não.
- B) o contrato social produz efeito somente entre os sócios, mas a eventual inscrição de seu instrumento em qualquer registro confere personalidade jurídica à sociedade.
- C) somente a contribuição do sócio participante constitui patrimônio especial, objeto da conta de participação relativa aos negócios sociais.
- D) a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes.
- E) obriga-se perante terceiro tanto o sócio ostensivo como o sócio participante.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Comercial e Empresarial / Sociedades / Sociedade simples

Fonte: ADVOGADO JÚNIOR / Metrô/SP / 2012 / FCC

Q248.

No tocante à sociedade simples, na cessão total ou parcial de quota, responde o cedente solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio até

- A) cinco anos da data da assinatura da modificação contratual.
- B) dois anos da data da assinatura da modificação contratual.
- C) cinco anos depois de averbada a modificação do contrato.
- D) dois anos depois de averbada a modificação do contrato.
- E) três anos depois de averbada a modificação do contrato.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Comercial e Empresarial / Tipos societários / Sociedade limitada

Fonte: PROCURADOR DA PROCURADORIA ESPECIAL / TCM/RJ / 2015 / FCC

Q249.

A sociedade limitada

I. tem seu capital dividido em quotas, necessariamente iguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio.

II. admite regência supletiva pelas normas da sociedade anônima, desde que previsto em seu contrato social.

III. pode ser administrada por pessoa que não ostente a qualidade de sócio.

IV. é dispensada da elaboração de balanço de resultado econômico desde que o seu capital social seja inferior a dois milhões de reais.

V. deve contar, obrigatoriamente, com um conselho fiscal.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A) II e III.
- B) I e II.
- C) I e V.
- D) III e IV.
- E) IV e V.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Q250.

Na sociedade anônima, a responsabilidade dos sócios é

- A) limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.
- B) restrita ao valor nominal de suas ações, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
- C) ilimitada.
- D) restrita ao valor de mercado de suas ações, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
- E) limitada ao valor de mercado das ações subscritas ou adquiridas, mas apenas no tocante às companhias abertas.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Q251.

Assinale a alternativa correta sobre direito societário, de acordo com as disposições do Código Civil de 2002.

- A) Na incorporação de sociedade, extingue-se a sociedade incorporada, sucedendo a incorporadora todos os direitos e obrigações daquela.
- B) A consignação em pagamento não prejudica o pedido de anulação do ato de incorporação, promovido pelo credor que já o era antes da incorporação.
- C) Na fusão de duas sociedades, uma delas é extinta e a outra remanesce, conforme deliberado nos atos da fusão.
- D) O ato de transformação das sociedades exige prévia dissolução e depende do consentimento de todos os sócios.
- E) Ocorrendo a falência da sociedade incorporadora no prazo legal em que o credor anterior pode requerer a anulação do ato de incorporação, este não tem o direito de requerer a separação dos patrimônios, para o fim de serem os créditos pagos pelos bens das respectivas massas.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Q252.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) tem atribuição de

- A) efetuar o controle dos capitais estrangeiros.
- B) fiscalizar a auditoria de companhias fechadas.
- C) estabelecer condições para a posse em quaisquer cargos de administração de instituições financeiras.
- D) orientar as aplicações fora do país dos recursos das instituições financeiras.
- E) conceder registro para negociação em bolsa e no mercado de balcão.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Q253.

Marcos, residente e domiciliado em Goiânia, assinou um contrato de compra e venda de bois, no qual se comprometia a pagar para Pedro, residente e domiciliado em Cuiabá, o valor de trezentos reais mensais, durante 24 meses. Conforme previsão no Código Civil, o pagamento seria efetuado no domicílio do devedor, ou seja, Goiânia.

Ocorre que Marcos constantemente viajava para Cuiabá e passou a efetuar o pagamento nessa cidade. Porém, após o pagamento da vigésima parcela, Marcos decidiu pagar o valor em Goiânia, o que não foi aceito por Pedro.

Diante do narrado, é possível afirmar que

- A) Marcos está correto em razão do instituto conhecido como *duty to mitigate the law*.
- B) Marcos está correto, pois o devedor, por ser a parte mais fraca na relação jurídica, tem o direito de escolher onde irá realizar o pagamento.
- C) Marcos está correto em razão do instituto conhecido como *venire contra factum proprium*.
- D) Pedro está correto em razão do instituto conhecido como *supressio*.
- E) Pedro está correto, pois a relação está fundamentada no código de defesa do consumidor.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Comercial e Empresarial / Contratos mercantis / Contratos em espécie / Transporte de coisas e de pessoas

Fonte: ANALISTA MINISTERIAL - AUDITOR DE CONTAS PÚBLICAS / MPE/PB / 2015 / FCC

Q254.

A respeito do contrato de transporte, considere:

I. O transportador responde pelos danos causados às pessoas transportadas e suas bagagens, salvo motivo de força maior, ou, então, se tal responsabilidade tiver sido excluída por cláusula contratual.

II. A responsabilidade contratual do transportador por acidente com passageiro não é elidida por culpa de terceiro, contra o qual tem ação regressiva,

III. Não se subordina às normas do contrato de transporte o feito gratuitamente, por amizade ou cortesia.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) I e III.
- D) II.
- E) I.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Comercial e Empresarial / Contratos mercantis / Contratos em espécie / Fiança

Fonte: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO / TCE/PI / 2014 / FCC

Q255.

Carolina celebrou um contrato e Cláudia prestou fiança mesmo contra a vontade de Carolina. Obrigou-se, no entanto, por apenas metade do valor da obrigação. A fiança é

- A) inválida, pois a fiança pressupõe anuência do devedor, além de sempre abranger o valor total da obrigação.
- B) válida, pois é possível estipular fiança contra a vontade do devedor e em valor inferior ao da obrigação.
- C) válida, mas abrangendo o valor todo, pois é possível estipular fiança contra a vontade do devedor, mas não em valor inferior ao da obrigação.
- D) inválida, pois, embora possa abranger apenas parte do valor da obrigação, a fiança pressupõe anuência do devedor.
- E) inválida, porque a dispensa da anuência do devedor só é possível nos casos em que o fiador houver se obrigado por $\frac{1}{4}$ do valor da obrigação.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Comercial e Empresarial / Contratos mercantis / Contratos em espécie / Comissão

Fonte: ADVOGADO I / SABESP / 2012 / FCC

Q256.

Paulo era proprietário de um apartamento e, desejando vendê-lo, contratou os serviços do corretor Pedro, com exclusividade, pelo prazo de sessenta dias, com a remuneração de 6% sobre o valor do negócio. Durante a vigência do contrato, Pedro apresentou a Paulo, João, interessado na compra, mas o negócio não se realizou porque não houve acordo quanto ao preço. Após o prazo de vigência do contrato de corretagem, João procurou diretamente Paulo e aumentou a oferta, que acabou sendo aceita por Paulo, com a concretização do negócio. Nesse caso, a comissão do corretor

- A) é devida pela metade, porque, embora o negócio tenha sido realizado após o termo final do contrato de corretagem o foi por preço diferente do estabelecido durante a sua vigência.
- B) não é devida, porque o negócio foi realizado após o termo final do contrato de corretagem.
- C) só é devida se houver expressa previsão no contrato de corretagem de que a realização do negócio por qualquer preço, após o prazo de vigência, não prejudica a remuneração.
- D) é devida na integralidade porque, embora o negócio tenha se concretizado posteriormente, foi fruto da mediação feita por Pedro.
- E) não é devida porque o negócio foi realizado por preço diferente do estabelecido durante a vigência do contrato de corretagem.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Comercial e Empresarial / Contratos mercantis / Contratos bancários / Arrendamento mercantil ou "Leasing"

Fonte: ESCRITURÁRIO / Banco do Brasil / 2011 / FCC

Q257.

Nas operações de arrendamento mercantil do tipo leasing operacional de um bem,

- A) há sempre um valor residual garantido.
- B) a eventual compra pelo arrendatário costuma ser pelo valor de mercado.
- C) o arrendatário tem assegurada sua propriedade legal e contábil.
- D) há incidência de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).
- E) este deve ser novo.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Comercial e Empresarial / Contratos mercantis / Títulos de crédito / Títulos de crédito no Código Civil e na legislação especial

Fonte: PROCURADOR MUNICIPAL / Pref. Presidente Prudente/SP / 2016 / VUNESP

Q258.

No que se refere aos títulos de crédito "à ordem", a cláusula constitutiva de penhor, lançada no endosso, confere ao endossatário o exercício dos direitos inerentes ao título. Segundo o regramento do Código Civil, o endossatário de endosso-penhor só pode endossar novamente o título na qualidade de

- A) procurador.
- B) sacado.
- C) avalista.
- D) credor.

- E) aceitante.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Comercial e Empresarial / Recuperação de empresas e falência / Modalidades de recuperação

Fonte: PROCURADOR DA PROCURADORIA ESPECIAL / TCM/RJ / 2015 / FCC

Q259.

Acerca da recuperação extrajudicial de empresas, é correto afirmar que

- A) é possível a homologação do plano de recuperação extrajudicial ainda que pendente pedido de recuperação judicial anterior.
- B) só é admitida nos casos em que não for cabível a recuperação judicial.
- C) a homologação do plano de recuperação extrajudicial depende da adesão unânime de todos os credores que a ele estejam sujeitos.
- D) não se aplica a titulares de créditos derivados da legislação do trabalho.
- E) os credores não poderão, após a distribuição do pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial, em nenhuma hipótese, desistir da sua adesão a ele.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Comercial e Empresarial / Recuperação de empresas e falência / Pedidos de falência; Sentença; Efeitos; encerramento; Extinção das obrigações do falido

Fonte: PROCURADOR MUNICIPAL / Pref. Presidente Prudente/SP / 2016 / VUNESP

Q260.

Assinale a alternativa correta acerca das preferências do crédito tributário no processo falimentar.

- A) O crédito tributário decorrente de fato gerador ocorrido no curso do processo de falência é concursal.
- B) O crédito tributário prefere aos créditos extraconcursais.
- C) A extinção das obrigações do falido requer a prova de quitação de todos os tributos.
- D) A multa tributária prefere somente aos créditos quirografários.
- E) A concessão de recuperação judicial independe da prova de quitação de todos os tributos.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direitos Humanos / Direitos Humanos / Conceito e evolução histórica: as dimensões dos Direitos Humanos

Fonte: DEFENSOR PÚBLICO / DPE/SP / 2012 / FCC

Q261.

Dos tratados internacionais abaixo, qual o Brasil ainda NÃO ratificou?

- A) Convenção sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e de suas Famílias.
- B) Convenção sobre os Direitos da Criança.
- C) Protocolo Facultativo da Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.
- D) Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.
- E) Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direitos Humanos / Sistema Internacional de promoção e proteção dos Direitos Humanos

Fonte: AGENTE DE TELECOMUNICAÇÕES POLICIAL / Polícia Civil/SP / 2018 / VUNESP

Q262.

Nos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, todo ser humano tem

- A) assegurado o direito ao amplo acesso à informação, sendo vedado, em qualquer hipótese, resguardar o sigilo da fonte.
- B) deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.
- C) direito à prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- D) direito a obter gratuitamente certidões em repartições públicas para o exercício da ampla defesa.
- E) assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direitos Humanos / Sistema Interamericano

Fonte: AUXILIAR DE PAPILOSCOPISTA / Polícia Civil/SP / 2018 / VUNESP

Q263.

É correto afirmar que consta,

- A) da Convenção Americana de Direitos Humanos, que as penas privativas de liberdade devem ter por finalidade essencial a reforma e a readaptação social dos condenados.
- B) do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, que a pena de morte não deverá ser imposta em casos de crimes cometidos por pessoas menores de 21 (vinte e um) anos nem aplicada a pessoas em estado de doença grave.
- C) da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento ou castigo cruel, salvo nas hipóteses de investigação de terrorismo.
- D) da Convenção Americana de Direitos Humanos, que os menores, quando puderem ser processados, devem, se possível, ser separados dos adultos e conduzidos a tribunal especializado.
- E) da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado, exceto nas hipóteses previstas na Constituição.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direitos Humanos / Sistema Único de Saúde

Fonte: PEDAGOGO SOCIAL / Pref. Sertãozinho/SP / 2016 / VUNESP

Q264.

A Lei nº 8.080, de setembro de 1990, regula as ações e serviços de saúde, executados isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas, de direito público ou privado. Conforme prescreve o seu artigo 2º, a saúde é um direito fundamental do ser humano, e o provimento das condições indispensáveis ao seu pleno exercício é dever

- A) dos profissionais da área.
- B) do Estado.
- C) da sociedade civil.
- D) dos conselhos de classes.
- E) de grupos empresariais.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direitos Humanos / Pessoas com deficiência

Q265.

O desenvolvimento de potencialidades, talentos, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, atitudinais, profissionais e artísticas que contribuem para a conquista da autonomia da pessoa com deficiência e de sua participação social em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, segundo previsto pela Lei nº 13.146/2015, é o objetivo do processo de

- A) recuperação da saúde.
- B) inclusão social.
- C) não discriminação da pessoa com deficiência.
- D) habilitação e reabilitação.
- E) terapia comportamental.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Direito Eleitoral / Conceito e fundamentos; Fontes do Direito Eleitoral; Princípios de Direito Eleitoral; Hermenêutica eleitoral

Fonte: PROCURADOR MUNICIPAL / Pref. Sertãozinho/SP / 2016 / VUNESP

Q266.

Assinale a alternativa correta.

- A) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.
- B) As leis e os regulamentos que alterarem o processo eleitoral somente entrarão em vigor um ano após sua promulgação.
- C) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando-se à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.
- D) As leis e os regulamentos que alterarem o processo eleitoral entrarão em vigor na data de sua publicação, aplicando-se à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.
- E) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor imediatamente após sua promulgação.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Direito Eleitoral / Organização eleitoral / Distribuição territorial; Sistemas eleitorais

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRE/SP / 2017 / FCC

Q267.

A explicação do Tribunal Superior Eleitoral – TSE sobre o funcionamento desse sistema é a seguinte: Os votos computados são os de cada partido ou coligação e, em uma segunda etapa, os de cada candidato. Eis a grande diferença. Em outras palavras, para conhecer os deputados e vereadores que vão compor o Poder Legislativo, deve-se, antes, saber quais foram os partidos políticos vitoriosos para, depois, dentro de cada agremiação partidária que conseguiu um número mínimo de votos, observar quais são os mais votados. Encontram-se, então, os eleitos. Esse, inclusive, é um dos motivos de se atribuir o mandato ao partido e não ao político. – Agência Câmara Notícias.

O sistema eleitoral descrito no texto é o

- A) misto.
- B) distrital.
- C) majoritário simples.
- D) majoritário de dois turnos.
- E) proporcional.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ANÁLISE DE SISTEMAS / TRE/SP / 2017 / FCC

Q268.

Atenção: As questões referem-se ao conteúdo de Noções de Direito Eleitoral.

Considere a seguinte situação hipotética: nas últimas eleições Valentina, domiciliada em Recife, não votou uma vez que estava viajando a trabalho na cidade de São Paulo-Capital. Já se passaram mais de sessenta dias e ela não justificou, perante o juiz eleitoral, o motivo de não ter votado. Neste caso, de acordo com o Código Eleitoral, Valentina

- A) não sofrerá qualquer penalidade uma vez que estava viajando à trabalho devendo se justificar até o último dia que antecederá as próximas eleições.
- B) incorrerá na multa de um salário-mínimo da região.
- C) incorrerá na multa de três a dez por cento sobre o salário-mínimo da região.
- D) terá até noventa dias após a realização da eleição para se justificar, sob pena de incorrer na penalidade de multa.
- E) terá até cento e vinte dias após a realização da eleição para se justificar, sob pena de incorrer na penalidade de multa.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Direito Eleitoral / Justiça Eleitoral / Órgãos e composição

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRE/SP / 2017 / FCC

Q269.

Kiara é Ministra do Tribunal Superior Eleitoral. Glauber, parente por afinidade de Kiara em segundo grau, é cidadão brasileiro, advogado há 15 anos, possui notável saber jurídico e idoneidade moral e deseja compor o mesmo Tribunal que Kiara integra. Considerando as informações apenas indicadas neste enunciado, de acordo com o Código Eleitoral, Glauber

- A) poderá fazer parte do Tribunal Superior Eleitoral, por nomeação do Presidente da República, desde que indicado pelo Supremo Tribunal Federal.
- B) não poderá fazer parte do Tribunal Superior Eleitoral em razão do parentesco que possui com Kiara.
- C) poderá fazer parte do Tribunal Superior Eleitoral, por nomeação do Presidente da República, desde que indicado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- D) não poderá fazer parte do Tribunal Superior Eleitoral, pois este é composto apenas por Ministros do Supremo Tribunal Federal e por membros do Superior Tribunal de Justiça.
- E) poderá fazer parte do Tribunal Superior Eleitoral, pois não podem fazer parte deste Tribunal apenas os cidadãos que tenham entre si parentesco por consanguinidade até o segundo grau na linha reta.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Direito Eleitoral / Justiça Eleitoral / Ministério Público Eleitoral / Composição; Atribuições; Ministério Público Eleitoral e lisura do processo eleitoral

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRE/PB / 2015 / FCC

Q270.

Na representação para instauração de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social em benefício de candidato ou de partido político, nas eleições para Presidente da República, é INCORRETO afirmar que o Corregedor-Geral Eleitoral

- A) poderá transferir a presidência da investigação ao Ministério Público Eleitoral, que terá as mesmas atribuições do relator em processos judiciais.
- B) poderá indeferir desde logo a inicial, quando não for o caso de representação ou lhe faltar algum requisito da Lei Complementar nº 64/1990.
- C) apresentará afinal, após o prazo para alegações, relatório conclusivo sobre o que houver sido apurado.
- D) poderá determinar que se suspenda o ato que deu motivo à representação, quando for relevante o fundamento e do ato impugnado puder resultar a ineficiência da medida caso seja julgada procedente.
- E) poderá, no curso da investigação, ouvir terceiros referidos pelas partes, ou testemunhas, como conhecedores dos fatos e circunstâncias que possam

influir na decisão.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Direito Eleitoral / Justiça Eleitoral / Alistamento eleitoral / Ato de alistamento; Fases do alistamento; Efeitos do alistamento

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRE/PB / 2015 / FCC

Q271.

Brutus completou dezoito anos de idade e formalizou requerimento de inscrição eleitoral, que foi deferido pelo Juiz Eleitoral. Dessa decisão

- A) cabe recurso de qualquer delegado de partido político.
- B) não cabe recurso.
- C) cabe recurso de qualquer eleitor.
- D) cabe recurso de qualquer candidato.
- E) cabe recurso de qualquer ocupante de cargo eletivo.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Direito Eleitoral / Justiça Eleitoral / Alistamento eleitoral / Cancelamento e exclusão

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS / TRE/SP / 2017 / FCC

Q272.

Considere as seguintes hipóteses: Sofia está temporariamente privada dos direitos políticos, Carlos não sabe exprimir-se na língua nacional e Gabriela está definitivamente privada dos direitos políticos. Nesses casos, de acordo com o Código Eleitoral brasileiro, NÃO podem alistar-se os eleitores

- A) Carlos e Gabriela, apenas.
- B) Gabriela, apenas.
- C) Carlos, apenas.
- D) Sofia, Carlos e Gabriela.
- E) Gabriela e Sofia, apenas.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Direito Eleitoral / Justiça Eleitoral / Alistamento eleitoral / Revisão do eleitorado

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRE/CE / 2012 / FCC

Q273.

Denúncia fundamentada de fraude no alistamento de um determinado município acarretou a realização de correição, tendo ficado provada a fraude em proporção comprometedora. Nesse caso, a revisão do eleitorado poderá ser ordenada pelo

- A) Ministério Público Eleitoral, comunicando a decisão ao Tribunal Regional Eleitoral.
- B) Juiz Eleitoral, comunicando a decisão ao Tribunal Regional Eleitoral.
- C) Tribunal Superior Eleitoral, apenas.
- D) Tribunal Regional Eleitoral, comunicando a decisão ao Tribunal Superior Eleitoral.
- E) Juiz Eleitoral, comunicando a decisão ao Ministério Público Eleitoral.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Direito Eleitoral / Elegibilidade; Inelegibilidades; Inelegibilidades constitucionais; Inelegibilidades infraconstitucionais ou legais; Arguição judicial de inelegibilidade

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Câmara de Mogi das Cruzes/SP / 2017 / VUNESP

Q274.

Pedro, Prefeito do Município Alfa, estava no terceiro ano de seu primeiro mandato quando se separou de Rachel. Logo após, Rachel, que não exercia profissão, lançou-se candidata a Vereadora do mesmo município.

Diante dessa situação, nos termos da Constituição Federal e do entendimento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que Rachel

- A) era elegível quando casada com Pedro, pois não se candidatou para o cargo de Prefeito.
- B) tornou-se elegível porque a separação ocorreu antes do último ano do mandato de Pedro.
- C) tornou-se elegível porque se separou de Pedro.
- D) se tornará elegível após a separação, se Pedro se desincompatibilizar de seu cargo seis meses antes das eleições.
- E) se tornará elegível após a separação, se Pedro não for reeleito.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Direito Eleitoral / Registro de candidaturas; Processo de Registro de Candidatura

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Câmara de Marília/SP / 2016 / VUNESP

Q275.

Com relação ao controle da legalidade das eleições, é correto afirmar que

- A) para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição eleitoral e estar com a filiação deferida pelo partido com no mínimo um ano antes da data da eleição.
- B) nos Municípios de até cem mil eleitores, cada coligação poderá registrar candidatos para Câmara Legislativa no total de até 200% (duzentos por cento) do número de lugares a preencher.
- C) os partidos e coligações solicitarão à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos até as dezenove horas do dia 05 de julho do ano em que se realizarem as eleições.
- D) os candidatos ou partidos conservarão a documentação concernente à sua conta até cento e vinte dias após a diplomação, exceto se pendente de julgamento de processo judicial relativo às contas, quando, então, a documentação deverá ser conservada até decisão final.
- E) é permitida a veiculação de propaganda eleitoral por intermédio de cavaletes e bonecos infláveis, desde que obedecida a mobilidade desses materiais e mantidos em locais de uso comum.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Direito Eleitoral / Convenção Partidária

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRE/AP / 2015 / FCC

Q276.

As convenções partidárias

- A) somente poderão deliberar a respeito da escolha dos candidatos às eleições majoritárias ou proporcionais.
- B) poderão deliberar a respeito da escolha dos candidatos às eleições majoritárias ou proporcionais e a respeito de coligações.
- C) somente poderão deliberar a respeito de coligações.
- D) deverão ser realizadas em qualquer data do mês de agosto do ano das eleições.
- E) deverão constar de termo interno do partido, dispensada a rubrica da Justiça Eleitoral e a respectiva publicação em qualquer meio de comunicação.

Direito Eleitoral / Direito Eleitoral / Coligação Partidária

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - APOIO ADMINISTRATIVO - CONTABILIDADE / TRE/AP / 2015 / FCC

Q277.

A responsabilidade pelo pagamento de multas decorrentes de propaganda eleitoral é

- A) solidária entre os candidatos e os respectivos partidos, não alcançando outros partidos mesmo quando integrantes de uma mesma coligação.
- B) solidária entre os candidatos e os respectivos partidos, alcançando, inclusive, outros partidos integrantes de uma mesma coligação.
- C) subsidiária entre os candidatos e o respectivo partido, nesta ordem.
- D) subsidiária entre os partidos e os respectivos candidatos, nesta ordem.
- E) limitada a cem salários mínimos vigentes.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Partidos políticos / Criação, fusão e extinção dos partidos políticos

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR / TRT 11ª / 2017 / FCC

Q278.

Considere a seguinte situação hipotética: Hugo, Leonardo e Jaílma pretendem criar o partido político Y. Hugo propõe que seja contatada determinada entidade estrangeira com a finalidade de receber dela recursos financeiros para o novo partido; Leonardo sugere que seja criado o partido em caráter regional; Jaílma sugere a utilização, pelo novo partido, de organização paramilitar.

Com relação a tais sugestões,

- A) todas são admissíveis porque os partidos políticos podem receber recursos financeiros de entidade estrangeira, além de ser possível o seu caráter regional, sendo permitida a utilização de organização paramilitar.
- B) são inadmissíveis as de Hugo e de Jaílma, porque os partidos políticos estão proibidos de receber recursos financeiros de entidade estrangeira, sendo vedada a utilização de organização paramilitar, mas é admissível a de Leonardo, pois os partidos políticos podem ter caráter regional.
- C) são inadmissíveis as de Hugo e de Leonardo, porque os partidos políticos estão proibidos de receber recursos financeiros de entidade estrangeira e devem ter caráter nacional, mas é admissível a de Jaílma, pois é permitida, pelos partidos políticos, a utilização de organização paramilitar.
- D) são inadmissíveis as de Leonardo e Jaílma, porque os partidos políticos devem ter caráter nacional, sendo vedada a utilização de organização paramilitar, mas é admissível a de Hugo, pois é permitido, aos partidos políticos, o recebimento de recursos financeiros de entidade estrangeira.
- E) todas são inadmissíveis, porque os partidos políticos estão proibidos de receber recursos financeiros de entidade estrangeira e devem ter caráter nacional, sendo vedada a utilização de organização paramilitar.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Partidos políticos / Filiação partidária

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Pref. Alumínio/SP / 2016 / VUNESP

Q279.

Sobre o sistema eleitoral brasileiro e a filiação partidária, assinale a alternativa correta.

- A) Estão permitidas as candidaturas avulsas, desde que o candidato esteja no gozo de seus direitos políticos.
- B) Para concorrer a cargo eletivo, a filiação partidária deverá ocorrer, pelo menos, um ano antes do pleito.
- C) Para se desligar de partido, o filiado deve comunicar por escrito o órgão de direção municipal e o Juiz Eleitoral da Zona em que for inscrito.
- D) Na existência de dupla filiação partidária, ambas são consideradas nulas para todos os efeitos.
- E) Não perderá o mandato o detentor de cargo eletivo que se desfiliar do partido pelo qual foi eleito, exceto

se concorrer a cargo no executivo.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Partidos políticos / Financiamento dos partidos políticos, controle de arrecadação e prestação de contas

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Câmara de Marília/SP / 2016 / VUNESP

Q280.

Com relação aos partidos políticos, é correto afirmar que

- A) a fusão ou incorporação de partidos políticos é admitida àqueles que obtiveram o registro provisório perante o Tribunal Superior Eleitoral há pelo menos dois anos.
- B) a desaprovação da prestação de contas do partido ensejará no impedimento de participação do pleito eleitoral naquele período respectivo à eleição próxima a ser realizada.
- C) é vedado ao partido receber, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou pretexto, contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro, inclusive através de publicidade de qualquer espécie, procedente de entidade de classe ou sindical.
- D) o Tribunal Superior Eleitoral dará prioridade ao partido político que possuir registro mais antigo de sua criação, na hipótese de coincidência de data de formação de cadeia de transmissão de propaganda partidária.
- E) a propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão é assegurada aos partidos políticos apenas nos blocos de transmissão regulados pelo Tribunal Superior Eleitoral, ficando as inserções às expensas da referida agremiação partidária.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Garantias eleitorais / Liberdade de escolha; Proteção jurisdicional contra a violência atentatória à liberdade de voto

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVO / TRE/SP / 2012 / FCC

Q281.

A Justiça Eleitoral requisitou veículos particulares para transporte de eleitores em zonas rurais no dia da eleição. Esse transporte será

- A) gratuito, por tratar-se de múnus público.
- B) pago pela Justiça Eleitoral, com recursos do Fundo Partidário.
- C) pago diretamente pelos partidos políticos.
- D) rateado entre os candidatos às eleições majoritárias.
- E) rateado entre todos os candidatos.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Garantias eleitorais / Contenção ao poder econômico e ao desvio e abuso do poder político

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRE/SP / 2017 / FCC

Q282.

Dante ganhou, em primeiro turno, as eleições para a chefia do executivo, nas últimas eleições. Após ter sido diplomado, teve contra sua pessoa representação (ação de investigação judicial eleitoral) julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso de poder econômico. Nesse caso, Dante

- A) é inelegível para a eleição na qual foi diplomado, bem como para as que se realizarem nos dez anos seguintes.
- B) é inelegível apenas para a eleição na qual foi diplomado.
- C) não é inelegível, tendo em vista que não houve trânsito em julgado da decisão.
- D) não é inelegível, tendo em vista que a decisão foi proferida após a sua diplomação.
- E) é inelegível para a eleição na qual foi diplomado, bem como para as que se realizarem nos oito anos seguintes.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Garantias eleitorais / Transporte de eleitores das zonas rurais

Q283.

De acordo com a Lei nº 6.091/1974, nenhum veículo ou embarcação poderá fazer transporte de eleitores desde

- A) o dia anterior até o posterior à eleição, salvo, dentre outras hipóteses, coletivos de linhas regulares e não fretados.
- B) dois dias anteriores até dois posteriores à eleição, salvo, dentre outras hipóteses, coletivos de linhas regulares e não fretados.
- C) o dia anterior até o posterior à eleição, inclusive, de uso individual do proprietário, para o exercício do voto dos membros da sua família.
- D) dois dias antes anteriores até dois posteriores à eleição, inclusive a serviço da Justiça Eleitoral.
- E) cinco dias anteriores até dois posteriores à eleição, salvo, dentre outras hipóteses, coletivos de linhas regulares e não fretados.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Campanha eleitoral / Financiamento de campanha eleitoral e prestação de contas; Modelo brasileiro de financiamento de campanha eleitoral

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRE/SP / 2017 / FCC

Q284.

Sebastião, eleitor, e a entidade esportiva J desejam fazer doação em dinheiro para utilização nas campanhas eleitorais para o partido político K. Obedecido o disposto em lei, Sebastião

- A) e a entidade esportiva J poderão fazer a doação, desde que limitada a 10% dos rendimentos brutos auferidos por cada um deles no ano anterior à eleição.
- B) e a entidade esportiva J não poderão fazer doação de qualquer quantia em dinheiro ou estimável em dinheiro.
- C) poderá fazer a doação, desde que limitada a 10% dos rendimentos brutos auferidos por ele no ano anterior à eleição, sendo vedada a doação pela entidade esportiva J.
- D) poderá fazer a doação de qualquer quantia, sem limitação, sendo vedada a doação pela entidade esportiva J.
- E) poderá fazer a doação, desde que limitada a 20% dos rendimentos brutos auferidos por ele no ano anterior à eleição, sendo vedada a doação pela entidade esportiva J.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Campanha eleitoral / Pesquisas e testes pré-eleitorais

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA / TRE/RR / 2015 / FCC

Q285.

A empresa Alpha realizou pesquisa de opinião pública relativa às eleições para conhecimento público. Nesse caso, é INCORRETO afirmar que, mediante requerimento à Justiça Eleitoral, os partidos poderão ter acesso

- A) às planilhas individuais por meio de livre e aleatória escolha.
- B) à identidade dos respondentes.
- C) à identificação dos entrevistadores.
- D) aos mapas por meio de livre e aleatória escolha.
- E) ao sistema interno de controle da coleta de dados.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Campanha eleitoral / Propaganda eleitoral em geral; Propaganda eleitoral na internet

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRE/PR / 2017 / FCC

Q286.

Antenor, candidato a Deputado Estadual, reúne-se com seus assessores para decidir sobre a propaganda eleitoral que será utilizada para a divulgação de sua candidatura. A assessora Laura propõe: a utilização de espaço para veiculação de propaganda em bens particulares, mediante o pagamento de um salário mínimo a cada proprietário desses bens; a assessora Leda propõe a utilização de bandeiras móveis ao longo das vias públicas, sem dificultar o bom andamento do trânsito de pessoas e veículos; a assessora Lídia propõe a utilização da Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS ou o recurso de legenda, na propaganda eleitoral gratuita na televisão, atingindo, assim, também os eleitores com deficiência auditiva. Nesse quadro, a propaganda sugerida por Laura

- A) e por Leda é proibida e a sugerida por Lídia é facultada.
- B) e também por Leda e por Lídia é facultada.
- C) é proibida, a sugerida por Leda é facultada e a sugerida por Lídia é obrigatória.
- D) é facultada, a sugerida por Leda é proibida e a sugerida por Lídia é obrigatória.
- E) é obrigatória, a sugerida por Leda é proibida e a sugerida por Lídia é facultada.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Campanha eleitoral / Propaganda eleitoral na imprensa

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRE/AP / 2015 / FCC

Q287.

Peter é candidato a Vereador e pretende divulgar anúncios de propaganda eleitoral paga na imprensa escrita.

Nesse caso, observadas as demais exigências legais, tais anúncios poderão ser divulgados

- A) sem constar o valor pago pela inserção.
- B) até o dia das eleições.
- C) até a véspera das eleições.
- D) em número não superior a cinco anúncios por dia no mesmo veículo.
- E) em número não superior a dez, por veículo, em datas diversas.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Campanha eleitoral / Propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRE/SP / 2017 / FCC

Q288.

Os partidos políticos X, Y e Z, dentro da mesma circunscrição, celebraram coligações para eleição majoritária e proporcional, observadas todas as normas legais para sua formação. Chegado o momento próprio, descobriram que, na realização de propaganda na televisão para eleição majoritária, a coligação usará,

- A) facultativamente, sob sua denominação, as legendas de todos os partidos que a integram, e, na propaganda para eleição proporcional, cada partido usará apenas sua legenda sob o nome da coligação.
- B) obrigatoriamente, sob sua denominação, as legendas de todos os partidos que a integram, e, na propaganda para eleição proporcional, cada partido usará apenas sua legenda sob o nome da coligação.
- C) obrigatoriamente, apenas a legenda do partido ao qual o candidato é filiado, sob o nome da coligação, e, na propaganda para eleição proporcional, usará, também obrigatoriamente, sob sua denominação, as legendas de todos os partidos que a integram.
- D) facultativamente, sob sua denominação, as legendas de todos os partidos que a integram, aplicando-se a mesma regra na propaganda para eleição proporcional.
- E) obrigatoriamente, como denominação, a junção de todas as siglas dos partidos que a integram, e, na propaganda para eleição proporcional, cada partido poderá usar, facultativamente, sua legenda sob o nome da coligação.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Campanha eleitoral / Direito de resposta

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRE/PB / 2015 / FCC

Q289.

Paulo, candidato escolhido em convenção para candidatar-se a Governador do Estado pelo partido Alpha, foi acusado, na programação normal de emissora de televisão, de remeter valores desviados dos cofres públicos para o exterior quando era prefeito municipal de uma cidade do interior. Paulo poderá pedir o exercício do direito de resposta à Justiça Eleitoral, no prazo, contado da veiculação da ofensa, de

- A) quinze dias.
- B) quarenta e oito horas.
- C) setenta e duas horas.
- D) cinco dias.
- E) dez dias.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Campanha eleitoral / Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / Pref. Alumínio/SP / 2016 / VUNESP

Q290.

É proibido ao agente público

- A) nos três meses que antecedem a eleição e até a posse dos eleitos, nomear para cargos do Poder Judiciário ou Tribunal de Contas.
- B) realizar, no ano que antecede a eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais.
- C) realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, no semestre que antecede as eleições.
- D) fazer qualquer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, caso seja candidato e anunciar sua candidatura.
- E) ceder servidor público para comitês de campanha eleitoral de candidato, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver licenciado.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Campanha eleitoral / Captação irregular de sufrágio

Fonte: ADVOGADO / Câmara de Registro/SP / 2016 / VUNESP

Q291.

Sobre o crime de captação ilícita de sufrágio, tipificado no artigo 41-A da Lei nº 9.504/97 (Lei das Eleições), assinale a alternativa correta.

- A) Pratica o candidato que doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, somente bem ou vantagem pessoal relativa a emprego ou função pública.
- B) O prazo para interposição de recurso contra decisões proferidas para o crime em questão será de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação do julgamento no Diário Oficial.
- C) Pratica o candidato que doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, antes mesmo do registro da candidatura até o dia da eleição.
- D) Para a caracterização da conduta ilícita, é desnecessário o pedido explícito de votos, bastando a evidência do dolo, consistente no especial fim de agir.
- E) As sanções de cassação do registro ou do diploma, além da multa, previstas para o crime em questão, não se aplicam contra quem praticar atos de violência ou grave ameaça a pessoa, com o fim de obter-lhe o voto.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Procedimento Preparatório Eleitoral / Atos preparatórios à votação

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JURÍDICA / TRE/PR / 2012 / FCC

Q292.

Maria é advogada. Ana é professora. Luiz é investigador de polícia. Pedro pertence ao serviço eleitoral. No que concerne às Mesas Receptoras, somente poderão ser nomeados mesários:

- A) Maria e Ana.
- B) Luiz e Pedro.
- C) Maria e Pedro.
- D) Ana e Pedro.
- E) Maria e Luiz.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Procedimento Preparatório Eleitoral / Apuração eleitoral

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - JURÍDICA / TRE/CE / 2012 / FCC

Q293.

Das decisões que versarem sobre a expedição de diplomas nas eleições federais ou estaduais e das decisões que denegarem habeas corpus ou mandado de segurança,

- A) cabe recurso especial e ordinário, respectivamente.
- B) cabe somente recurso especial.
- C) cabe recurso ordinário e especial, respectivamente.
- D) cabe recurso ordinário.
- E) não cabe recurso.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Procedimento Preparatório Eleitoral / Diplomação

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRE/RN / 2011 / FCC

Q294.

A diplomação é o ato pelo qual a Justiça Eleitoral habilita os candidatos eleitos e seus suplentes a exercer seus respectivos mandatos. Dentre suas características, destaca-se que

- A) a competência para outorgar a diplomação pode ser de um órgão monocrático ou colegiado, conforme a instância em que ocorra.
- B) a data da diplomação não pode ser alterada pela Justiça Eleitoral, uma vez que constitui objeto de norma expressa, de natureza cogente, na legislação eleitoral.
- C) a expedição do diploma pode ser fiscalizada por partido político, coligação, candidato ou membro do Ministério Público, ante seu caráter de ato jurídico público.
- D) nas eleições majoritárias são diplomados somente os candidatos eleitos ao Poder Executivo, não sendo cabível a diplomação dos vices.
- E) existindo recurso contrário à diplomação, esta será sobrestada enquanto não julgado o recurso.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Procedimento Preparatório Eleitoral / Recurso contra expedição de diploma

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVO / TRE/RN / 2011 / FCC

Q295.

O instrumento processual que tem como objetivo a desconstituição do pronunciamento judicial, que deferiu a homologação do resultado das eleições, por afrontar determinados requisitos constantes em lei, é

- A) a ação de impugnação ao mandato eletivo.
- B) a ação de impugnação de registro de candidato.
- C) a ação de prestação de contas.

- D) a ação de investigação judicial eleitoral.
- E) o recurso contra a expedição de diploma.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Ações judiciais eleitorais / Ação de impugnação de registro de candidatura

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRE/AP / 2015 / FCC

Q296.

A impugnação de registro de candidatura

- A) deve ser formulada no prazo máximo de 48 horas, contado da publicação do pedido de registro.
- B) não pode ser feita pelo Ministério Público Eleitoral, que tem atribuições somente para opinar.
- C) pode ser feita por candidato, jamais por partido político ou coligação.
- D) pode ser feita com base em prova testemunhal.
- E) pode ser feita por partido político ou coligação, jamais por candidato.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Ações judiciais eleitorais / Ação de investigação judicial eleitoral por abuso de poder de autoridade, político e econômico

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVO / TRE/RN / 2011 / FCC

Q297.

O artigo 22 da Lei complementar no 64/90 prevê que qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral, diretamente ao Corregedor-Geral ou Regional, relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias, e pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político. Tal norma veicula a chamada ação de investigação judicial eleitoral (AIJE), a qual

- A) constitui procedimento de investigação, de natureza inquisitorial, voltado à coleta de provas acerca das condutas narradas no dispositivo.
- B) tem como objeto a exclusão da disputa eleitoral, por meio da sanção da inelegibilidade, de candidatos e de pessoas que tenham contribuído ou se beneficiado das práticas narradas no dispositivo.
- C) apenas declarará a inelegibilidade dos envolvidos, caso a sentença seja proferida até a proclamação dos eleitos.
- D) admite no polo passivo somente candidatos concorrentes no pleito, não sendo instrumento apto a apurar a conduta de não candidatos.
- E) permite a investigação de fatos ocorridos antes do registro da candidatura, como, por exemplo, abuso de poder econômico para vencer a convenção.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Ações judiciais eleitorais / Ação de impugnação de mandato eletivo

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - JURÍDICA / TRE/CE / 2012 / FCC

Q298.

A ação de impugnação de mandato eletivo

- A) pode ser ajuizada contra candidato eleito, até a diplomação.
- B) contra deputados federais deve ser ajuizada perante o Tribunal Superior Eleitoral.
- C) só pode ser ajuizada por partido político ou coligação.
- D) deve tramitar em segredo de justiça.
- E) comporta recurso somente quando for julgada improcedente.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Eleitoral / Crimes eleitorais

Fonte: PROCURADOR MUNICIPAL / Pref. Sertãozinho/SP / 2016 / VUNESP

Q299.

Assinale a alternativa correta sobre o crime tipificado no artigo 350 do Código Eleitoral, omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, para fins eleitorais.

- A) Trata-se de crime material, sendo necessária a ocorrência de prejuízo efetivo, não sendo suficiente a potencialidade lesiva da conduta.
- B) Sua configuração não exige que a declaração falsa inserida no documento seja apta a provar um fato juridicamente relevante, com aptidão para lesionar a fé pública eleitoral.
- C) Sua consumação não prescinde de resultado naturalístico.
- D) Se o agente da falsidade documental é funcionário público e comete o crime prevalecendo-se do cargo ou se a falsificação ou alteração é de assentamentos de registro civil, a pena é agravada.
- E) É apenado com reclusão de até 5 anos e pagamento de 5 a 15 dias-multa, tanto para a falsificação de documento público como particular.